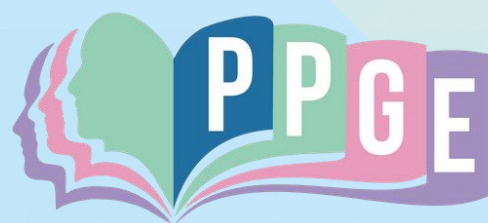


# **Educação Especial em Montes Claros: implantação e consolidação da Apae (1970-2015)**

**Stefanie Kelly Lourenço Oliveira**

**Mestrado em Educação**

**Montes Claros / MG  
2024**



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Universidade Estadual de Montes Claros**  
**Centro de Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**Educação Especial em Montes Claros:  
implantação e consolidação da Apae (1970-2015)**

**Stefanie Kelly Lourenço Oliveira**

*Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais, Diversidade e Formação de Professores.*

Orientador: Prof. Dr. José Normando Gonçalves Meira

**Montes Claros / MG**

**2024**



*A divulgação ou reprodução total ou parcial desta dissertação é autorizada exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.*

O48e Oliveira, Stefanie Kelly Lourenço.  
Educação especial em Montes Claros [manuscrito]: implantação e consolidação da Apae (1970-2015) / Stefanie Kelly Lourenço Oliveira – Montes Claros (MG), 2024.  
161 f. : il.

Bibliografia: f. 138-146.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE, 2024.

Orientador: Prof. Dr. José Normando Gonçalves Meira.

1. Educação especial - Montes Claros (MG). 2. Instituições escolares. 3. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. 4. Pessoas com deficiência. 5. Professores - Formação. I. Meira, José Normando Gonçalves. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: implantação e consolidação da Apae (1970-2015).

Catálogo Biblioteca Central Professor Antônio Jorge



Universidade Estadual de Montes Claros  
Centro de Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

Educação Especial em Montes Claros: implantação e consolidação da Apae (1970-2015)

Stefanie Kelly Lourenço Oliveira

Dissertação apresentada em 28 de julho de 2024, à  
banca examinadora constituída pelas pesquisadoras e  
pesquisadores

---

Prof. Dr. José Normando Gonçalves Meira — Orientador  
Universidade Estadual de Montes Claros

Profa. Dra. Geisa Magela Veloso  
Universidade Estadual de Montes Claros

Profa. Dra. Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida  
Universidade Estadual de Montes Claros

Profa. Dra. Ester Fraga Villas-Boas Carvalho Nascimento  
Universidade Tiradentes

Prof. Dr. Jadson Rabelo Assis  
Universidade Estadual de Montes Claros



*Realizar um mestrado em uma Universidade Pública é embarcar em uma jornada de aprofundamento do conhecimento, desenvolvimento de habilidades críticas e contribuição significativa para o avanço da área de estudo, culminando em crescimento pessoal e profissional. É contribuir para o desenvolvimento social de um país. Segundo Oliveira (2023, p. 328), o mestrado*

*tem as dificuldades do percurso, como todos os processos das nossas vidas. Tem os anseios, as decepções, as alegrias, os momentos de interação com colegas e professores. Mas, o mais importante é você estar ali, aprendendo, dando o seu melhor, tirando de si todo o seu potencial e se deparando com um universo de conhecimentos inexplicável. O sentimento que muitas vezes temos é que, o tempo é pouco para tanto que se pode aprender.*

*Em cada passo dado e por cada desafio superado, o sentimento por mim alcançado é Gratidão!*

*Agradeço a Deus pela oportunidade concedida. Ele que iluminou meu caminho, me guiou, me deu coragem e discernimento para que eu aprendesse com cada nova experiência em busca das minhas conquistas pessoais e profissionais.”*

*À Universidade Estadual de Montes Claros, minha eterna gratidão pela oportunidade de fazer parte, pela segunda vez, dessa comunidade em que tenho tanto orgulho.*

*Aos professores do PPGE/Unimontes, pelo compartilhar saberes.*

*Ao professor José Normando Gonçalves Meira, não tenho palavras para expressar o quanto sou grata pela oportunidade que me foi dada de fazer parte do mestrado e de me ingressar no mundo fascinante da historiografia. Obrigada pelos ensinamentos, orientações, paciência, resiliência e, principalmente, pela sabedoria com que conduz os estudos e trabalhos. És um enviado de Deus na Terra para acalmar os corações e trazer paz àqueles que atravessam o seu caminho.*

*À professora Francely, coordenadora e professora do PPGE. Não poderíamos começar as primeiras disciplinas do mestrado sem alguém com a sua força, com a sua coragem. Sempre me lembrarei da sua frase: “vocês não estão sozinhos!”.*



*À professora Shirley Patrícia. Ah! O meu coração se aquieta só de ouvir a sua voz. Obrigada por nos presentear com o seu conhecimento e leveza. Ao meu pai e à minha mãe, gratidão por sempre me apoiarem para que eu pudesse consolidar esse sonho.*

*Às minhas filhas, Letícia e Mariana. São por vocês e para vocês que eu quis dar o meu maior exemplo. Estudar é o caminho para as verdadeiras conquistas da vida.*

*À minha família, marido, irmãos, sobrinhos, primos, cunhados. Muito obrigada por estarem sempre presentes em minha vida.*

*Aos colegas da turma PPGE/2022, em especial, Priscila, Karoline, Amanda, Maria Eva, Jaqueline, Daniele Pinho, Maria Aparecida, Sabrina, José Carlos, Kátia e Renan. Obrigada por compartilharem comigo os momentos de alegrias e as horas mais difíceis. Nunca me esquecerei de vocês!*

*Às colegas que partiram para um outro plano, Analice (in memoriam) e Érika Patrícia (in memoriam). Sempre lembrarei de vocês!*

*Agradeço ao ex-presidente de Apae, Lenir de Abreu e a todos os entrevistados pela acolhida e paciência. Vocês foram parte fundamental para que essa pesquisa acontecesse.*

*Agradeço aos professores membros da banca, professor Dr. José Normando Gonçalves Meira-PPGE/Unimontes (orientador), a professora Dra. Shirley Patrícia Nogueira de Castro e Almeida-PPGE/Unimontes, professora Dra. Geisa Magela Veloso PPGE/Unimontes, professora Dra. Ester Fraga Villas-Boas Carvalho Nascimento- (Universidade Tiradentes) e o professor Dr. Jadson Rabelo Assis (Universidade Estadual de Montes Claros). Muito obrigada por todas as valiosas contribuições, que enriqueceram significativamente esta pesquisa e elevaram a qualidade do trabalho realizado.*

*Por fim, expresso minha gratidão a todos que fizeram parte da minha jornada e que contribuíram para que eu alcançasse este momento.*

*Gratidão!*



*Dedico, com carinho, este produto de esforço e conhecimento à minha família, sobretudo aos meus pais, que me deram o meu maior presente que é a “vida” e me ensinaram o valor que ela tem, e ao meu esposo, por ser um apoio e compreensão no decurso do mestrado. Dedico, também, às minhas filhas, que foram o meu maior incentivo para que eu chegasse até aqui. Acima de tudo, dedico a Deus, porque me ajudou a trilhar essa jornada pelo aperfeiçoamento profissional e humano.*



*Somos o lugar onde nos fizemos, as pessoas com quem convivemos. Somos a história de que participamos. A memória coletiva que carregamos (Arroyo, 2000, p. 14).*



OLIVEIRA, Stefanie Kelly Lourenço. *Educação Especial em Montes Claros: implantação e consolidação da Apae (1970-2015)*. 2024. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Ciências Humanas. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros / MG. Brasil.

## RESUMO

---

Esta pesquisa está inserida no âmbito da História da Educação, focando especificamente na história das instituições escolares, com ênfase na História da Educação Especial. Seu objetivo geral reconstituir os marcos históricos da implantação e consolidação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) no município de Montes Claros-MG. Ao revisitar o passado, buscamos identificar os indivíduos que participaram da fundação e consolidação da Apae em Montes Claros, assim como os desafios sociais, políticos e econômicos enfrentados durante esse processo. O problema de pesquisa deste estudo é: Como ocorreu a implantação e a consolidação da Apae no município de Montes Claros? Outras perguntas decorrentes: quais as iniciativas e justificativas para a sua implantação? Como se deu o atendimento às pessoas com deficiência no período estudado, especialmente no que diz respeito às demandas educacionais? havia escolarização desde a sua implantação? Quais os seus projetos relevantes e as suas contribuições no campo educacional? quais os desafios encontrados para a formação inicial e continuada de professores para o cumprimento dos objetivos propostos pela instituição?. O recorte temporal estabelecido, inicia no ano da fundação da referida instituição em 1970, até a promulgação da Lei 13.146, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, em 6 de julho de 2015, que garante a inclusão das pessoas com deficiência no sistema regular de ensino. O estudo é historiográfico e fundamenta-se em autores como Burke (2006), Schaff (1983), Pinsky (2006) e Thompson (1992), que discutem a pesquisa histórica, sua natureza, metodologia e importância social. Sobre a história das instituições escolares, autores como Nosella e Buffa (2008), Gatti Júnior e Gatti (2015) foram referências. Quanto à Educação Especial, fundamentou-se em autores como Mantoan (2003), Borges A. (2015), Januzzi (2005) e Mazzotta (2011). Foram utilizadas fontes históricas de diversos tipos, coletadas em arquivos públicos e privados: registros escolares, leis e decretos relacionados à Educação Especial no Brasil, atas, jornais, revistas, fotografias, revisão de literatura e “fontes vivas”, utilizando recursos da História Oral, pois acreditamos que essa metodologia permite capturar informações que não seriam possíveis por meio de outras fontes, trazendo visibilidade aos indivíduos que contribuíram para a consolidação da referida instituição em Montes Claros. O estudo contextualiza o surgimento da Apae no Brasil e em Minas Gerais, explorando os aspectos específicos na cidade de Montes Claros ao longo de seus primeiros 45 anos de existência. Ao examinar o processo de criação e consolidação da referida instituição e seu papel social, sobretudo no campo educacional para pessoas com deficiência, a pesquisa contribui para a reflexão sobre as transformações da Educação Especial e para a compreensão da relevância e das limitações das suas instituições antes da inclusão de seu público-alvo no sistema regular de ensino.

**Palavras-chave:** Educação Especial. Instituições Escolares. Apae. Pessoa com deficiência. Formação de Professores.



OLIVEIRA, Stefanie Kelly Lourenço. *Special Education in Montes Claros: implementation and consolidation of Apae (1970-2015)*. 2024. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Ciências Humanas. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros / MG. Brasil.

## ABSTRACT

---

This research is situated within the scope of the History of Education, specifically focusing on the history of educational institutions, with an emphasis on the History of Special Education. Its general objective is to reconstruct the historical milestones of the establishment and consolidation of the Association of Parents and Friends of the Exceptional (Apae) in the municipality of Montes Claros-MG. By revisiting the past, we aim to identify the individuals who participated in the founding and consolidation of Apae in Montes Claros, as well as the social, political, and economic challenges faced during this process. The research problem of this study is: How did the establishment and consolidation of Apae occur in the municipality of Montes Claros? Other related questions include: What were the initiatives and justifications for its establishment? How was the service provided to people with disabilities during the studied period, especially regarding educational demands? Was there schooling since its inception? What are its relevant projects and contributions in the educational field? What challenges were encountered for the initial and continuing training of teachers to meet the institution's proposed objectives? The time frame established begins in the year of the institution's foundation in 1970 and extends to the enactment of Law 13.146, known as the Statute of the Person with Disabilities, on July 6, 2015, which guarantees the inclusion of people with disabilities in the regular education system. The study is historiographical and is based on authors such as Burke (2006), Schaff (1983), Pinsky (2006), and Thompson (1992), who discuss historical research, its nature, methodology, and social importance. Regarding the history of educational institutions, authors such as Nosella and Buffa (2008), Gatti Júnior and Gatti (2015) were referenced. Regarding Special Education, it was based on authors such as Mantoan (2003), Borges A (2015), Januzzi (2005), and Mazzotta (2011). Various types of historical sources were used, collected from public and private archives: school records, laws, and decrees related to Special Education in Brazil, minutes, newspapers, magazines, photographs, literature review, and "living sources," using Oral History resources, as we believe this methodology allows capturing information that would not be possible through other sources, bringing visibility to the individuals who contributed to the consolidation of the institution in Montes Claros. The study contextualizes the emergence of Apae in Brazil and Minas Gerais, exploring specific aspects in the city of Montes Claros over its first 45 years of existence. By examining the process of creation and consolidation of the institution and its social role, especially in the educational field for people with disabilities, the research contributes to the reflection on the transformations of Special Education and to the understanding of the relevance and limitations of its institutions before the inclusion of its target audience in the regular education system.

**Keywords:** Special Education. School Institutions. APAE. People with disabilities. Teacher training.



## LISTA DE QUADROS

---

Quadro 1: Leis e Documentos da Educação Especial no Brasil .....	53
Quadro 2: Fundação das Apaes no Brasil à partir da 1954 até a década de 1980.....	65
Quadro 3: Projetos e programas promovidos pela Apae.....	74
Quadro 4: Presidentes e vice-presidentes da Apae de Montes Claros .....	105
Quadro 5: Participação das professoras da Apae em cursos e formações na área de educação especial .....	130

## LISTA DE FIGURAS

---

Figura 1: Reforma Francisco Campos - Regulamenta o ensino primário em Minas Gerais..	43
Figura 2: Helena Antipoff – Pioneira da Educação Especial em Minas Gerais.....	46
Figura 3: Símbolo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais .....	68
Figura 4: Serviços ofertados pela Associação de Pais de Amigos do Excepcionais- Apae...	68
Gráfico 1: Fundação de Apaes no território mineiro a partir de 1956 .....	70
Figura 5: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e os atendimentos realizados na atualidade.....	76
Figura 6: Ata de fundação da Associação de Pais e Amigos do Excepcionais da cidade de Montes Claros.....	83
Figura 7: Placa de inauguração da rampa de acesso ao 2º pavimento .....	85
Figura 8: Doação de terreno para a Construção da Escola Apae depois do Clube Max Min	86
Figura 9: Foto da Apae no início das suas atividades (1981-1982) .....	88
Figura 10: Convênio com a Secretaria Estadual de Educação em 1982 .....	90
Figura 11: A divulgação da feijoada beneficente em prol da Apae .....	94
Figura 12: Semana do Excepcional da Apae de Montes Claros .....	96
Figura 13: Relatório das atividades desenvolvidas em 1999 na Apae de Montes Claros .....	98
Figura 14: Livro de comemoração dos 40 anos da Apae de Montes Claros .....	102
Figura 15: Pedido de reforma para ônibus da Apae .....	103
Figura 16: Jornal informativo da Apae / abril de 2000 .....	108
Figura 17: Jornal informativo da Apae / Abril de 2000 .....	109
Figura 18: Mensagem de divulgação de cursos para trabalho com criança retardada (Mensagem da Apae, 1963) .....	111
Figura 19: Primeiro apelo para uma grande campanha (Mensagem da Apae, 1964) .....	113
Figura 20: Seminário sobre a infância excepcional (Mensagem da Apae, 1964).....	114
Figura 21: Certificado de conclusão do Magistério da professora Maria Celeste Pires Silveira Ribeiro .....	123
Figura 22: Livro do ponto do dia 01 de março de 1982.....	124
Figura 23: Convênio com a Secretaria Estadual de Educação em 1982 .....	124
Figura 24: I Encontro Mineiro sobre Síndrome de Down (1993).....	126
Figura 25: Foto do I Encontro Mineiro sobre Síndrome de Down. ....	127
Figura 26: Certificado de conclusão de curso de Especialização em Educação Especial com habilitação em deficiência mental .....	128

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1: PANORAMA HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL</b> .....	24
1.1 Da Antiguidade à Contemporaneidade: um olhar sobre o tratamento da pessoa com deficiência.....	24
1.2 Um olhar histórico sobre a Educação Especial no Brasil.....	35
1.1.2 A Educação Especial no contexto mineiro.....	42
1.3 Legislações brasileiras acerca da Educação Especial.....	47
<b>CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSÃO E A TRAJETÓRIA DA APAE NO BRASIL</b> .....	57
2.1 Raízes solidárias e voluntariado .....	57
2.2 A Apae no Brasil .....	64
<b>CAPÍTULO 3: TRAJETÓRIA DA APAE NO CENÁRIO MONTES-CLARENSE, SEUS DESAFIOS E SUAS CONQUISTAS</b> .....	73
3.1 Educação Especial em Montes Claros na década de 1970.....	77
3.2 Educação Especial na Apae de Montes Claros: da fundação à Lei 13.146 de 2015 ....	82
3.2.1 O telemarketing nas ações da Apae.....	106
3.3 Formação de professores em Educação Especial para a Apae .....	110
3.4 A formação inicial e continuada de professores na escola da Apae de Montes Claros para o atendimento do “excepcional” .....	122
<b>CONSIDERAÇÕES</b> .....	132
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	136
<b>APÊNDICE</b> .....	145
Apêndice A: Roteiro para as entrevistas .....	145
<b>ANEXOS</b> .....	147
Anexo A: Parecer consubstanciado do CEP .....	147
Anexo B: Termo de consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa (TCLE) .....	152
Anexo C: Ata de fundação da Apae .....	155
Anexo D: Registro de doação de terreno para a apae de Montes Claros .....	157





## INTRODUÇÃO

---

Esta pesquisa dedica-se à investigação da história das instituições escolares, com um foco específico na Educação Especial, visando reconstituir a história da implantação e consolidação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) no município de Montes Claros-MG. O período estudado abrange desde a fundação da referida instituição na cidade, em 1970, até 2015, ano que marca um ponto significativo nessa trajetória, com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, em 6 de julho de 2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. A legislação se propõe a garantir condições de igualdade no sistema educacional para as pessoas com deficiência, promovendo assistência, inclusão social e cidadania. Essa delimitação permitiu identificar os elementos que levaram à criação da Apae em Montes Claros, examinar os desafios enfrentados durante sua implementação e analisar os processos que contribuíram para sua consolidação.

Ademais, é fundamental a compreensão de que a Apae nasceu a partir da iniciativa de civis para suprir as necessidades advindas da falta de investimento do setor público na educação voltada para o atendimento às pessoas com deficiência (PcD). A Apae de Montes Claros é uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, que foi implantada no dia 3 de maio de 1970, numa reunião em uma das salas, onde funcionava a Escola Cirandinha, na rua Padre Teixeira, número 153, com registro em ata. Para a sua existência, necessitou-se de doações, recursos e apoio de outras instituições, tais como as entidades envolvidas em filantropia: Maçonaria, Rotary, Lions Clubs, Legião Brasileira de Assistência (LBA), entre outras, que apoiaram a constituição da Apae, a partir de voluntários que trabalharam para a arrecadação de recursos financeiros para que a instituição fosse consolidada no município.

Outras classes, como o empresariado local e a política, também, tiveram importante contribuição por meio da doação do terreno para construção do prédio da Apae, de recursos financeiros para o crescimento das instalações, materiais e objetos escolares, entre outros elementos necessários para que o atendimento à PcD fosse cada vez mais efetivo. Após a sua criação, não há registro documental ou fontes orais do seu funcionamento até o ano de 1981, conforme pode ser verificado no recorte do Jornal de Notícias de Montes Claros (Apae, 2023).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) já possuía em seus princípios o compromisso de assegurar a observação e a divulgação dos direitos das pessoas com deficiência. Além disso, tinha a missão de promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços e apoio à família, visando à melhoria de vida dos indivíduos com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária, conforme estabelecido em seu Estatuto.

É fato que a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, trouxe os marcos legais para cada área de atendimento específico, tornando esse período relevante para a inclusão da PcD no país, especialmente no que se refere à Educação Especial e ao seu atendimento. Esse fato marcante determinou a escolha do recorte temporal desta pesquisa. A referida Lei, denominada “*Estatuto da Pessoa com Deficiência*”, além de garantir às famílias o direito de matricular o indivíduo com deficiência na escola comum, trouxe a regulamentação necessária para que as instituições de ensino regular reforçassem e aprimorassem o atendimento efetivo a essas pessoas. Em seu Art. 1º, no Capítulo I, expõe que

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015, p. 1).

A criação da referida Lei proporcionou direitos fundamentais, abrangendo diversos setores, como educação, saúde, trabalho, acessibilidade, assistência social, entre outros. Reconhecendo-as como sujeitos de direitos, garantindo autonomia, dignidade e participação plena na sociedade. Promoveu acessibilidade física e digital, permitindo igualdade de acesso a espaços, serviços e informações.

Ao refletir sobre a importância da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) no que se refere ao objetivo de atender às pessoas com deficiência desde a sua fundação até os dias atuais, percebeu-se que houve diversos avanços das aplicações legais quanto aos direitos conquistados por esse público. A partir de políticas públicas e do referido Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi necessária a adaptação, integração e inclusão, mediante diversos equipamentos oferecidos pela instituição.

No âmbito educacional, a Apae contribui com o atendimento da pré-escola até a Educação de Jovens e Adultos (EJA), além de atividades de esporte, cultura e lazer para todas as faixas etárias, na perspectiva de uma educação inclusiva e integrativa. O princípio da

integração, que prevaleceu por muito tempo na Educação Especial, envolve inserir o aluno com necessidades especiais na escola, fornecendo o suporte necessário para sua adaptação. Nesse modelo, a responsabilidade de ajuste recai sobre o aluno, que deve se adaptar à escola, em vez de a escola se adaptar ao aluno. Glat (1995) define que a integração “é um processo espontâneo e subjetivo, que envolve direta e pessoalmente o relacionamento entre seres humanos”. A Apae oferece serviços educacionais especializados, adaptados às necessidades individuais aos alunos, proporcionando um ambiente de aprendizado acolhedor e favorável ao desenvolvimento.

Na perspectiva de revisitar o passado, identificar os indivíduos envolvidos na fundação e na consolidação do projeto institucional, além de desafios sociais, políticos e econômicos encontrados durante o processo, apresentamos a seguinte questão-problema para este estudo: como se deu a implantação e a consolidação da Apae no município de Montes Claros? Outras perguntas decorrentes: quais as iniciativas e justificativas para a sua implantação? Como se deu o atendimento às pessoas com deficiência no período estudado, especialmente no que diz respeito às demandas educacionais? havia escolarização desde a sua implantação? Quais os seus projetos relevantes e as suas contribuições no campo educacional? quais os desafios encontrados para a formação inicial e continuada de professores para o cumprimento dos objetivos propostos pela instituição?

Para o cumprimento da proposta da pesquisa, definimos o seguinte objetivo geral: reconstituir os marcos históricos da implantação e consolidação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) no município de Montes Claros-MG de 1970 a 2015, analisando os processos da sua fundação e consolidação da referida instituição. Já os objetivos específicos são: investigar o desenvolvimento da educação especial, abrangendo uma perspectiva geral, bem como os contextos específicos do Brasil e de Minas Gerais; analisar o percurso da implantação e consolidação da Apae no Município de Montes Claros e sua relevância para a sociedade local e discutir sobre a formação inicial e continuada de professores na Educação Especial, abordando suas mudanças e avanços.

O interesse pelo estudo referente às instituições de Educação Especial, e especificamente sobre a Apae, surgiu no ano 2018, durante a realização do estágio supervisionado do curso de Pedagogia, no qual, a partir do contato direto com alunos com deficiência, esta pesquisadora pôde perceber a dedicação dessas instituições em oferecer diversas possibilidades de adaptação no que concerne à prática pedagógica de acordo com as necessidades individuais, no acolhimento e nos diversos equipamentos oferecidos. Para além

dos serviços direcionados à escolarização desse público, os profissionais oferecem aos alunos, serviços de assistência social com ênfase na saúde, bem como para suas famílias.

Após esse período de estágio, houve a intenção em continuar os estudos na área, e no ano de 2021, originando o projeto de pesquisa submetido ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros-MG (PPGE), a fim de aprofundar o conhecimento sobre a história dessas instituições. O desenvolvimento da investigação no âmbito do PPGE permitiu ampliar a percepção do potencial da pesquisa na área da historiografia da educação e, especificamente, no que concerne ao seu objeto de estudo.

O propósito inicial desta pesquisa era investigar a história das instituições de Educação Especial do município de Montes, que são quatro. A primeira a ser fundada e registrada em ata no ano 1970 é Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; a segunda foi o Centro Pedagógico Capelo Gaivota, fundado em 1978; a terceira foi a Fundação Clarice Albuquerque, que teve sua implantação em 1985. As duas últimas instituições são filantrópicas, sem fins lucrativos, de natureza jurídica privada. A quarta foi a Escola Estadual de Educação Especial Abdias Dias de Souza, instalada em 11 de março de 1991.

De acordo com o relato da professora Rosângela Lopes Veloso Souza (Entrevistada, 2023), a Escola Estadual Abdias dias de Souza atendia em torno de 418 alunos, entre estes 100 alunos surdos do 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental. Com o advento da inclusão, a escola teve que transferir os alunos que tinham melhores condições de aprendizado para a escola comum e os que não tinham, foram transferidos para outras escolas especiais, como a Apae, o Centro Pedagógico Capelo Gaivota e Vovó Clarice. Esse remanejamento durou anos e quando a escola encerrou as atividades em 31 de dezembro de 2015, como instituição escolar, conforme o ofício 0181/2015 do gabinete da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Montes Claros, havia em torno de 88 alunos ainda matriculados.

O projeto de pesquisa, cujo título inicial era “*Instituições de Educação Especial no município de Montes Claros/MG (1970-2015)*” foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética<sup>1</sup>. No entanto, com o desenvolver do trabalho, evidenciaram-se à pesquisadora as dificuldades de se realizar o estudo de cunho historiográfico de todas as instituições de Educação Especial nesse momento, considerando o prazo estabelecido para a sua realização.

---

<sup>1</sup> Esclarecemos que o projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unimontes, por meio do Parecer de número 5.761.287 de 17 de novembro de 2022. Todos os procedimentos éticos foram observados para a realização das entrevistas.

Foi feita, então, a opção por nos ater à história da Apae a que, como será demonstrado, embora não tenha sido a pioneira no atendimento às demandas das pessoas com deficiência na cidade, foi a primeira instituição caracterizada como escola de Educação Especial no município registrada em cartório.

A pesquisa historiográfica tende a ser capaz de proporcionar uma compreensão mais profunda do passado ao possibilitar a concretização de um dos objetivos da referida instituição, ou seja, permitir que aprendamos com as experiências anteriores, com vistas à reflexão sobre as transformações ocorridas e possibilidades futuras para a construção relevante da sociedade local e, por meio da circulação dos conhecimentos produzidos, influenciar positivamente outras realidades e práticas educativas.

Nessa mesma direção, Nosella e Buffa (2008, p. 21) afirmam que, pesquisar a história das instituições escolares “[...] não se trata apenas de desenterrar histórias e vultos significativos do passado da instituição em que se quer estudar”. No presente, uma boa leitura sobre a história de uma instituição escolar pode ser determinante para o autoconhecimento dos seus profissionais ao conhecer o passado de onde trabalham, além de produzir impactos positivos nas práticas de cada um.

Sendo assim, Gatti Júnior (2015) defende que compreender as instituições escolares é essencial para entender os aspectos particulares de uma sociedade. Conhecer a história das instituições escolares é fundamental para compreender a evolução e os desafios do sistema educacional ao longo do tempo, além de contribuir para o processo de identificação de sucessos e fracassos na direção de entender as raízes de problemas contemporâneos e buscar soluções informadas.

Ao escrever a história, porquanto, o pesquisador não mantém a neutralidade, pois sua perspectiva é inevitavelmente influenciada por suas experiências e conhecimentos pessoais, embora tenha o compromisso ético de exercitar o necessário distanciamento para que a confiabilidade do seu trabalho não seja comprometida. Essa influência molda sua interpretação do passado, oferecendo uma visão única e subjetiva dos eventos históricos.

Segundo Schaff (1983), o historiador, dentro da sua própria visão e criticidade, é capaz de reconstituir o pensamento do passado. Nessa vertente, para a construção da História da Educação, que é marcada por uma trajetória complexa e multifacetada, recorreremos à reconstituição das instituições escolares não apenas na perspectiva de conhecimento acadêmico, mas também na intenção de demonstrar que, mesmo com os desafios enfrentados,

desempenharam no passado e no presente o papel fundamental na formação dos indivíduos e na construção da sociedade.

Em razão disso, recorreremos a Burke (2006, p. 73) para entendermos que [...] os historiadores se interessam pela memória como um fenômeno histórico; pelo que se poderia chamar de história social do lembrar”, ou seja, analisa eventos do passado e influências sociais que moldam o presente e o futuro. Desse modo, os conhecimentos relativos à historiografia favorecem o reconhecimento identitário de um povo, revelando suas culturas e, dessa maneira, promove um olhar diferenciado para o outro.

Nesse âmbito, este trabalho parte do pressuposto de que a História, como afirma Bloch (2001, p. 15) “é a ciência do homem no tempo” e, segundo Cardoso (1981, p. 9), a produção desse tipo de conhecimento sobre o passado “ilumina o presente”. A pesquisa histórica se dedica a investigar e compreender o passado por meio de fontes. De acordo com Pinsky (2006, p 7), “historiadores trabalham com fontes. Nós nos apropriamos dela por meio de abordagens específicas, métodos diferentes, técnicas variadas”.

Para a autora, o historiador e as fontes em si, como consequência, conseguem relatar os acontecimentos do passado humano. Janotti (2006, p. 10) afirma que “o uso das fontes também tem uma história porque os interesses dos historiadores variam no tempo e no espaço, em relação direta com as circunstâncias de suas trajetórias pessoais e com suas identidades culturais”. Assim, para a realização desta pesquisa foram utilizadas fontes de diversos tipos.

Ao conhecer a criação de uma instituição escolar, além de oferecer subsídio para compreensão de uma sociedade, possibilita compreender como ela – a instituição – tornou-se o que é hoje, seu significado e sua importância. Estudar instituições escolares, em termos historiográficos, implica em retomar documentos, textos, memórias, fontes vivas, depoimentos orais, arquivos, fotos e todos os materiais que ajudem a reconstruir a história como um todo. Usufruindo aqui dos pressupostos da “*Nova História*”, oriundos da Escola dos Annales, quanto à variedade de fontes históricas, sendo estas as marcas deixadas pelo homem em suas realizações no tempo e no espaço (Burke, 2003).

Por meio da necessária revisão de literatura, fundamentando teoricamente a pesquisa e contextualizando o seu objeto, este estudo apresentou o surgimento das instituições escolares, sobretudo, as instituições de Educação Especial no Brasil e em Minas Gerais. A partir do estudo bibliográfico inicial, tornou-se possível problematizar a Apae de Montes Claros-MG e suas transformações ao longo da história, no período delimitado. Considerando a especificidade da

instituição escolar em estudo, tornou-se necessário fazer referência a autores que discutem a Educação Especial em geral e especificamente no Brasil.

Ao empreender uma pesquisa historiográfica, o pesquisador necessita de, antecipadamente, localizar as fontes que responderão à sua problematização. Nessa etapa da pesquisa documental, foram feitas visitas a alguns arquivos públicos e particulares. No arquivo da Apae, houve dificuldades de acesso aos documentos. No dia 18 de outubro de 2022, realizamos a primeira tentativa para o acesso à instituição, a fim de que pudéssemos realizar a pesquisa, contudo não foi possível devido à instituição não ter funcionários disponíveis para o devido acompanhamento.

No início de 2023, a Apae passou por um processo de troca da diretoria. Somente no dia 31 de maio, ocorreu uma reunião com a nova presidente para que ela conhecesse os objetivos da pesquisa e houvesse a possibilidade de manuseio e coleta dos documentos. Encontrar arquivos organizados é uma realidade difícil de ser encontrada, por isso Bacellar (2006, p. 53) afirma que “a paciência é a arma básica do pesquisador em arquivos”. Muitos pesquisadores passam dificuldades quanto a sua chegada no local ou instituição a ser pesquisada.

No mês de junho, foi possível o acesso à documentação, todavia, ela encontrava-se em estado de má conservação, visto que apresentava jornais, nos quais foram recortadas as fontes e as datas, por exemplo, além de espalhados em diversas salas da instituição. Foram levados diversos meses para a coleta de fotos de jornais, revistas, entre outros documentos, além de um longo tempo para a separação dos materiais, de acordo com a data e o tempo de acontecimento. Magalhães (2004) aponta que o aspecto determinante do sucesso de uma pesquisa historiográfica de uma instituição educacional diz respeito à forma como o historiador encontra as informações necessárias para o desenvolvimento do estudo proposto por ele, uma vez que é de notório saber que, geralmente, os centros educacionais não conseguem manter seus arquivos atualizados ou restaurados devido a diversos fatores, entre eles o tempo escasso para poucos servidores.

De acordo com Bacellar (2006), as dificuldades encontradas durante a busca e identificação das fontes pertinentes para a pesquisa levantam reflexões importantes sobre a necessidade de preparação dos profissionais da educação escolar no que se refere à organização e à preservação de seus arquivos, utilizando-se dos recursos tecnológicos para a sua digitalização, facilitando, dessa forma, o acesso à memória e à pesquisa, contribuindo, então, para a valorização da memória educacional local e nacional.

Os arquivos brasileiros enfrentam, de forma geral, os sérios problemas comuns aos serviços públicos: falta de pessoal, de instalações adequadas e de recursos. Geralmente não prioritários aos olhos governamentais, foram durante muito tempo tratados como instituições de segunda categoria, verdadeiros depósitos de papéis velhos e de funcionários problemáticos. Mesmo a iniciativa privada, ainda hoje, é muito comum denominar-se os serviços de “arquivos morto”, como ignorando a preciosidade de muitos dos documentos ali esquecidos (Bacellar, 2006, p. 49).

É importante ressaltar que a atividade do historiador pode ser comparada à jornada do garimpeiro, que enfrenta desafios diários em suas buscas, nem sempre alcançando os resultados desejados. No entanto, mesmo diante das dificuldades, é preciso perseverar na esperança de encontrar o objeto almejado, a fim de que seus estudos possam, por meio de comprovações, alcançar ou não os resultados pretendidos.

As primeiras fontes a serem analisadas para início da pesquisa foram as escritas. O documento escrito é essencial para recriar eventos do passado, criar histórias consistentes e entender mudanças sociais, políticas e culturais. Formam uma base robusta na pesquisa histórica, permitindo a confirmação e conexão de informações de diversas fontes. Pinsky (2006) argumenta que “escarafunchar” as fontes escritas é de fato um momento que é encantador para o historiador. Para a autora, ler o passado ganha familiaridade aos personagens e dá sentido ao que se pretende pesquisar.

Um outro caminho metodológico adotado para conduzir a pesquisa e que tem grande relevância para os estudos da historiografia da educação são as fontes iconográficas. Essas fontes constituem uma capacidade de enriquecer e complementar as fontes escritas, ampliando a compreensão de determinados aspectos históricos. Elas são capazes de oferecer uma representação visual autêntica da cultura, costumes, arquitetura, vestimentas e eventos de uma época específica. Dessa forma, proporcionam uma visão mais abrangente e vívida do passado. De acordo com Kossoy (2012), a iconografia pode enriquecer um panorama de dados e representações visuais, proporcionando uma compreensão mais profunda das diversas dimensões sociais do passado. O autor ainda complementa, afirmando que

as fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta que promete frutos na medida que se tenta sistematizar suas informações, estabelecer metodologias adequadas de pesquisa e análise para a decifração de seus conteúdos e, por consequência, da realidade que os originou (Kossoy, 2012, p. 34).

As fontes iconográficas, portanto, desempenham um papel significativo na pesquisa histórica ao fornecerem uma representação visual e palpável do passado, contribuindo para uma narrativa histórica mais rica e envolvente.

Para subsidiar a pesquisa, a partir de relatos, fatos e experiências vividas dos profissionais envolvidos na instituição, lançamos mão da fonte oral, visto que as fontes orais surgem como uma resposta à necessidade de diversificar as fontes históricas, incorporando narrativas individuais, memórias e testemunhos que, muitas vezes, não são registrados em documentos formais. Ao entrevistar testemunhas oculares ou participantes de determinados eventos, os pesquisadores conseguem capturar nuances, emoções e detalhes que podem enriquecer significativamente a compreensão histórica.

Nessa perspectiva, a História Oral constitui-se como um recurso metodológico importante para conduzir a pesquisa. De acordo com Alberti (2006), a História Oral é uma abordagem de pesquisa para estudar a história contemporânea, utilizando entrevistas gravadas com indivíduos ligados a eventos do passado e do presente. Os projetos de pesquisa definem quem será entrevistado, as perguntas feitas e o destino do material coletado.

Desse modo, essa escolha possibilitou a formulação das hipóteses iniciais que abordaram a questão-problema e as perguntas secundárias mencionadas anteriormente. A História Oral não é automaticamente um agente de mudança, o seu impacto depende da abordagem adotada. Contudo, ela pode transformar tanto o conteúdo quanto o propósito da história (Thompson, 1992). A utilização de entrevistas como método da História Oral leva à percepção e ao reconhecimento de que há existência de múltiplas histórias, memórias e passados. Assim, foram entrevistadas, presencialmente, quatro ex-professoras; uma professora que ainda trabalha na instituição; uma professora da escola Cirandinha; duas funcionárias do telemarketing; uma professora e proprietária de escola especial da cidade; um ex-presidente e o filho do fundador da instituição, que relatou o seu conhecimento sobre a fundação.

A educação especial fundamenta-se em promover a inclusão e garantir que todas as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas habilidades ou desafios. Fundamentamos em Mantoan (2003) ao asseverarmos que inclusão “[...] significa estar na escola comum, participando de todas as atividades escolares com seus colegas, recebendo atendimento educacional especializado, quando necessário, e utilizando todos os recursos e apoios que possam contribuir para seu aprendizado e desenvolvimento”. Esse pensamento alinha-se, portanto, ao que a legislação brasileira estabelece entre as “finalidades da educação”, tanto na Constituição Federal de 1988 (Art. 205) como no primeiro Art. da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96): “desenvolvimento pleno da pessoa, preparo para o trabalho e exercício da cidadania” (Brasil, 1996, p. 1). Considerando que

as pesquisas historiográficas surgem de um determinado presente, realizamos pesquisas históricas sobre diversos aspectos da educação especial, tendo em vista o reconhecimento da sua importância na atualidade.

A história da educação especial, como será explorada com mais detalhes no primeiro capítulo deste trabalho, revela diferentes contextos e percepções das pessoas com deficiência e seu papel na sociedade. Ao longo dos séculos, essas pessoas eram frequentemente excluídas da educação formal. No entanto, ao longo do século XX, houve uma mudança gradual em direção à inclusão e ao reconhecimento da importância da educação especial. Eventos significativos, como a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), impulsionaram políticas educacionais mais inclusivas em nível internacional.

Ademais, os estudos históricos possibilitam a compreensão dos processos, desafios, mudanças e permanências de práticas relacionadas à educação especial e sua importância na promoção da igualdade essencial do ser humano e os vínculos necessários ao campo educacional, promovendo o respeito pelos direitos de todos os indivíduos, visto que é na diferença que a sociedade se firma e se respeita.

esta dissertação encontra-se organizada em três capítulos. O capítulo 1, denominado “*Panorama histórico da Educação Especial*” foi construído para fundamentar a história do tratamento da pessoa com deficiência, sua socialização e educação, abordando alguns aspectos desse tratamento desde a antiguidade até a contemporaneidade. Sua elaboração trouxe pressupostos e informações específicas acerca da Educação Especial no Brasil, com olhar voltado para os acontecimentos em Minas Gerais. Analisa, assim, a legislações acerca dessa temática em diferentes períodos, bem como a influência no atendimento no âmbito escolar das pessoas com deficiências na contemporaneidade.

No capítulo 2, discorremos sobre a “*Educação Especial, inclusão e a trajetória da Apae no Brasil*”. Este capítulo tem o propósito de abordar a problemática de excepcional no país e em Minas Gerais, que possui grande relevância no atendimento à pessoa com deficiência, através da chegada de Helena Antipoff no Estado, por convite do governador, para organizar as reformas educacionais em 1929. Além de analisar as articulações dessa referida instituição desde a sua fundação em 1954, na cidade do Rio de Janeiro, que impulsionou um movimento em defesa dos direitos da pessoa com deficiência, denominado “*movimento Apaeano*”, que,

posteriormente, na década de 1960, veio a tornar-se a “*Federação Nacional das Apaes*” (Fenapaes).

Por fim, o capítulo 3, intitulado “*Trajetória da Apae no cenário montes-clarense, seus desafios e suas conquistas*”, objetiva à reconstituição da história da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), no município de Montes Claros-MG. Desse modo, analisa o contexto no qual ela foi implantada e quais as motivações tiveram seus fundadores para criação dessa entidade em Montes Claros, delineando seu percurso até a sua consolidação. Foram estudados os projetos específicos desenvolvidos no campo educacional da Apae, bem como fizemos uma análise da trajetória e desafios percorridos pelas professoras<sup>2</sup> que atuaram na instituição no período delimitado por esta pesquisa, na perspectiva da formação para a Educação Especial.

## CAPÍTULO 1

---

---

<sup>2</sup> Utilizamos o termo no feminino *professoras*, pois, naquele período, na Apae, somente mulheres atuavam na referida função.

## Panorama histórico da Educação Especial

Este capítulo, embora intitulado “*Panorama Histórico da Educação Especial*”, aborda, principalmente, a trajetória histórica do tratamento das pessoas com deficiência, descortinando os seus desafios e suas transformações ao longo dos séculos até os dias atuais. O propósito é esclarecer o conceito de *Educação Especial*, foco desta pesquisa. No entanto, dado o caráter relativamente recente desse conceito, é necessário fazer essa ressalva para evitar anacronismos.

Desde a Antiguidade até a Contemporaneidade do século XXI, essas transformações ilustram as complexidades das relações humanas e da sociedade em constante evolução ao longo dos diferentes períodos mencionados no texto. Discutimos, portanto, as mudanças históricas no tratamento das pessoas com deficiência, a fim de analisarmos como essas transformações se vinculam ao campo educacional, culminando na consolidação da Educação Especial propriamente dita, tanto em termos gerais quanto especificamente no contexto brasileiro.

### **1.1 Da Antiguidade à Contemporaneidade: um olhar sobre o tratamento da pessoa com deficiência**

A história das pessoas com deficiências é permeada por diversas abordagens e tratamentos ao longo dos séculos. Desde os primórdios da humanidade, o modo como esses indivíduos são tratados reflete as práticas sociais, culturais e éticas que moldaram as diferentes épocas. Fonseca (1997, p. 135) afirma que, “[...] entre os povos primitivos o tratamento destinado aos portadores de deficiência assumiu dois aspectos básicos: alguns os exterminavam [...] outros os protegiam e sustentavam para buscar a simpatia dos Deuses ou como gratidão pelos esforços dos que se mutilaram na guerra”.

De acordo com Souza (2006), na Antiguidade, tanto em Roma quanto na Grécia, crianças com deficiência eram sacrificadas ou abandonadas, pois acreditava-se que eram castigos divinos ou indivíduos incapazes de contribuir para a sociedade. Em ambas as culturas, valorizava-se a força física para propósitos de guerra, o que levava à rejeição das crianças com deficiência, consideradas incapazes de atender a essas expectativas. Xavier (2016, p. 18) relata que “em Esparta, nesse contexto, as crianças, ao nascerem doentes ou com alguma deficiência eram jogadas de um despenhadeiro”.

Por outro lado, alguns estudiosos destacam uma distinção na maneira como a Grécia Antiga lidava com as deficiências resultantes de ferimentos em batalhas, em comparação com outras formas de deficiência. Entende-se que havia uma abordagem assistencialista e protetora por parte do Estado em relação aos guerreiros feridos, em reconhecimento ao sacrifício que fizeram. Schewinsky (2004, p. 10) aponta que “aquele que não correspondesse ao ideal estético era marginalizado e até mesmo eliminado, entretanto, guerreiros mutilados em batalhas eram protegidos pelo Estado”. Essa diversidade de atitudes ressalta a falta de uniformidade nas respostas dos governos e sociedades em relação às pessoas com deficiência ao longo da história.

Com o surgimento do cristianismo, uma nova concepção e visão de mundo emergiram, caracterizadas por tolerância, caridade e princípios éticos em relação à deficiência. Segundo Pessotti (1984), a deficiência passou a ser percebida como parte da criação divina, sem associações com pecados. Em um contexto mais amplo, o cristianismo desencadeou uma transformação cultural com base nos ensinamentos do Evangelho, estabelecendo um novo paradigma para a humanidade, pautado em valores igualitários, solidários e virtuosos. No entanto, conforme observado por Pessotti (1984), embora o cristianismo reconhecesse a pessoa com deficiência, essa aceitação moral nem sempre se refletia em igualdade civil ou plena garantia de direitos.

A transição da Antiguidade para a Idade Média foi marcada pela disseminação do cristianismo, que conferiu à Igreja Católica um poder significativo sobre a sociedade. Sendo assim, a concepção de *deficiência* também foi influenciada pelo pensamento teológico da época, com muitas deficiências sendo interpretadas como castigos divinos ou sinais de pecado. Isso moldou não apenas a percepção das pessoas com deficiência, mas também influenciou as políticas e práticas sociais relacionadas a elas na sociedade medieval.

Desse modo, no século XV, período que marca a superação dos paradigmas medievais, ainda foram constatadas atitudes de rejeição às pessoas com deficiências. Devido ao conhecimento limitado da época, esses indivíduos eram frequentemente marginalizados e vistos como alvos de punições consideradas divinas. Muitos foram executados, incluindo pessoas com transtornos mentais, videntes e aqueles considerados tomados pelo diabo e considerados bruxos ou endemoniados (Pessotti, 1984).

Durante esse período, as crianças que nasciam com deformidades enfrentavam um destino cruel e eram, muitas vezes, abandonadas nos esgotos da cidade. As leis romanas não ofereciam proteção ou reconhecimento para pessoas com deficiência, e sua existência era

frequentemente vista como um castigo divino. Além disso, os adultos com deficiência eram comumente estigmatizados e rotulados como bruxos ou feiticeiros, refletindo uma visão supersticiosa e discriminatória da época (Pessotti, 1984). Outra característica desse período era a valorização do indivíduo, que estava ligada aos padrões da nobreza e avaliada por suas características pessoais ou utilidade. Nesse contexto, pessoas consideradas diferentes ou incapazes eram frequentemente excluídas e abandonadas, refletindo uma visão discriminatória da sociedade medieval.

São Tomás de Aquino (1224-1274), considerado o mais importante pensador medieval na história do pensamento cristão, a partir de sua visão, trouxe mudanças significativas na maneira como era percebida e tratada a deficiência na sociedade medieval. Ele propôs uma abordagem sobre a perfeição divina, categorizando as criaturas de acordo com a representação dessa perfeição. Para ele, as criaturas inanimadas e irracionais refletem a perfeição divina como vestígios, enquanto os seres humanos e os anjos a representam como imagem e semelhança.

Nessa perspectiva, nenhuma criatura está completamente privada da perfeição divina, pois todas participam do “Ser de Deus”, de maneira análoga (Faitanin, 2006). Essa visão inspirou atitudes de compaixão e piedade, resultando no surgimento de iniciativas sociais e religiosas que promoveram cuidados em hospitais e abrigos para pessoas com deficiência. A influência de São Tomás de Aquino contribuiu para uma maior conscientização e responsabilidade moral em relação aos mais vulneráveis.

Jaques Le Goff (1980), um historiador medievalista do século XX, embora não trate especificamente da questão deste estudo, apresenta uma reflexão relevante. Ele destaca que, durante a Idade Média, especificamente entre os séculos XII e XV no Ocidente, existiam indivíduos dotados de conhecimento e capacidade intelectual suficientes para refletir sobre uma variedade de questões, incluindo tópicos religiosos. Apesar das limitações de sua época, essas pessoas possuíam uma cultura e uma mentalidade que lhes permitiam analisar e discutir diversos temas com profundidade e discernimento. Essa mudança de perspectiva inspirou o surgimento de diversas iniciativas sociais, religiosas e caritativas voltadas para o cuidado e o apoio às pessoas com deficiência. Hospitais e abrigos foram estabelecidos para fornecer tratamento e alojamento adequados, demonstrando uma preocupação crescente com a dignidade e o bem-estar desses indivíduos.

No início da era moderna, a partir do século XV, emergiram as ideias renascentistas que passaram a valorizar mais o indivíduo, a liberdade e a dignidade. Alguns autores, como

Merquior (2014), argumentam que é nesse período que se encontram os primórdios do liberalismo clássico e, conseqüentemente, da “*teoria dos direitos humanos*”. Martinho Lutero é citado como um dos precursores na defesa da liberdade de pensamento e expressão no século XVI. Esses pensamentos romperam com os ideais medievais e refletiram-se em uma mudança na percepção das pessoas com deficiência.

John Locke, filósofo e pensador iluminista considerado o pai do liberalismo no século XVII, propôs a ideia da mente humana como uma “*tábula rasa*”, ou seja, uma folha em branco. Segundo ele, ao nascer, não possuímos pensamentos formados, nosso conhecimento é adquirido pela experiência e interação com o mundo (Locke, 1999, p. 57). Ele propôs uma visão naturalista mais tolerante em relação às limitações das pessoas com deficiência, pois acreditava que elas poderiam ser tratadas ou educadas e tinham o direito a isso.

No entanto, Locke (1999) não via benefícios significativos para o poder público e para as famílias em assumir essa responsabilidade. Segundo Pessotti (1984), o filósofo se referia à pessoa com deficiência como alguém incapaz de contribuir para a agricultura ou artesanato, sendo, portanto, um consumidor não produtivo da renda familiar e, frequentemente, destinado ao asilo (Pessotti, 1984).

Locke influenciou diversas áreas, incluindo a psicologia, a partir de sua compreensão do desenvolvimento infantil e do processo de aprendizagem. Segundo Pessotti (1984, p. 22), o pensador destacou “a ordenação da experiência sensorial como fundamento da didática, a individualidade no processo de aprender, a insistência sobre a experiência sensorial como condição preliminar dos processos complexos de pensamento, a importância na aquisição de noções”. Locke argumentou que todo o conhecimento humano deriva da experiência sensorial ou da reflexão sobre essas experiências.

Conforme Pessotti (1984), no que se refere à educação, Locke priorizou a defesa de métodos pedagógicos que respeitassem a individualidade e a capacidade de aprendizado de cada criança, enfatizando a importância da experiência direta e da aprendizagem ativa. Na área política, argumentou que, assim como a mente é moldada pelas vivências, as instituições políticas devem ser baseadas no consentimento dos governados e na proteção dos direitos naturais dos indivíduos.

Suas ideias sobre política, liberdade e propriedade influenciaram profundamente o desenvolvimento do liberalismo clássico<sup>3</sup> e do constitucionalismo moderno<sup>4</sup>, conforme afirma Alves (2017). Os princípios de Locke foram fundamentais para o desenvolvimento de métodos de ensino que valorizam a aprendizagem por meio da experiência e das sensações. Esses métodos moldaram a abordagem dos educadores no ensino de alunos com deficiências, criando ambientes nos quais esses indivíduos podem aprender, interagindo diretamente com o mundo ao seu redor.

Ainda no século XVII, conhecido como “o século do método” devido à sua relevância no que se refere ao surgimento da ciência moderna, a influência específica no campo educacional é perceptível na obra “*Didática Magna: A Arte de Ensinar Tudo a Todos*”, de João Amós Comenius, publicada pela primeira vez em Amsterdã, na Holanda, em 1657. Segundo Meira e Xavier (2020), Comenius apresenta diversos aspectos inovadores no que diz respeito à educação, motivo pelo qual é conhecido como o “pai da didática moderna”.

Segundo Comenius (2011), a educação deve começar na família, desde a mais tenra idade, e continuar com o apoio da escola, direcionando as novas gerações para as “virtudes cardeais”: prudência, temperança, fortaleza e justiça (Comenius, 2011, p. 264). Entre os temas abordados em sua obra, destacam-se princípios que podem ser considerados precursores da Educação Inclusiva.

A proposta de Comenius é ensinar tudo a todos, defendendo a inclusão das mulheres na educação escolar e até mesmo das pessoas que tivessem dificuldades de aprendizagem. Ele afirma: “há alguns não só obtusos como indolentes e preguiçosos. Estes também, desde que não sejam obstinados, podem ser corrigidos. É mister, porém, grande prudência e paciência” (Comenius, 2011, p. 119).

---

<sup>3</sup> O Liberalismo, de acordo com seus principais teóricos, é uma doutrina que busca a liberdade e os direitos individuais, a igualdade perante a lei, a preservação da propriedade privada e a promoção do livre comércio. Sua origem decorre do anseio de determinados grupos em restringir a intervenção do Estado na vida de cada cidadão e na economia. Locke (1999) foi um dos fundadores do pensamento liberal. Segundo sua perspectiva, o Estado originou-se de um pacto entre os indivíduos, e sua principal função consistia em salvaguardar os direitos naturais do ser humano, tais como o direito à vida, liberdade e propriedade. De acordo com Bobbio (2005) O liberalismo é uma visão específica do Estado, na qual o Estado possui poderes e funções limitadas. Nesse contexto, ele se opõe tanto ao Estado absoluto, no qual o Estado detém a propriedade, quanto ao Estado social, no qual o governo pode intervir na economia para proporcionar benefícios mais amplos à coletividade.

<sup>4</sup> O constitucionalismo moderno é uma filosofia política e jurídica que surgiu no final do século XVIII e no início do século XIX, com o objetivo de limitar o poder do governo e proteger os direitos fundamentais dos cidadãos por meio de uma constituição escrita. Esse movimento busca estabelecer um governo baseado em princípios de justiça, igualdade e liberdade, onde as leis e instituições são estruturadas para prevenir abusos de poder. O constitucionalismo, assim, “é uma técnica da liberdade contra o poder arbitrário” (Matteucci, 1998, p. 24).

Sendo assim, Comenius (2011) acredita que vale a pena o esforço para melhorar o aprendizado daqueles que têm maior dificuldade, ressaltando que “não se deve perder a esperança”. Ademais, antecipa-se aos argumentos de que os “lerdos” e “retardados” não merecem esforços para a educação, citando um adágio popular: “o trabalho obstinado tudo vence”, e acrescenta: “apraz-nos ter nos pomares não só árvores que deem frutos precoces, mas também as que deem frutos de fim de estação” (Comenius, 2011, p. 90-91). Seu pensamento fundamenta-se na visão de mundo cristã, conforme aponta Meira e Xavier (2020). Para os autores, é relevante a compreensão de que

todo o homem nasceu para o mesmo fim principal, o de ser homem, ou seja, criatura racional, senhora das outras criaturas, imagem manifesta do seu Criador. Portanto, todos quantos forem devidamente instruídos nas letras, nas virtudes e na religião devem se tornar capazes de levar a vida presente de modo útil e de preparar-se dignamente. Deus mesmo nos garante, com mil exemplos, que ninguém é privilegiado perante ele. Portanto, se permitirmos que apenas alguns aprimorem seu talento, excluindo todos os outros, ofenderemos não só nossos irmãos naturais, mas a Deus mesmo, que deseja ser conhecido, amado e louvado por todos aqueles aos quais imprimiu a sua imagem (Comenius, 2011, p. 89).

No século seguinte, no contexto do Iluminismo, movimento intelectual que marcou o século XVIII com seu discurso de valorização da razão, liberdade e igualdade, emergiram novas concepções de educação, considerando diferentes tendências. O educador Johann Heinrich Pestalozzi, nascido em 1746 na Suíça, destacou-se como uma figura proeminente nesse período, influenciado pelos ideais de Jean-Jacques Rousseau, precursor do romantismo. Santos (2013) reforça que o Iluminismo foi um movimento intelectual no qual diversos filósofos, economistas e pensadores políticos examinavam a sociedade e suas instituições sob a perspectiva da razão.

Nesse contexto, Rousseau enfatizava a importância da infância e defendia uma educação que estivesse em harmonia com a natureza humana, baseada na liberdade e na igualdade entre os homens. Sua obra “Emílio, ou Da Educação” propôs um modelo educacional que visava cultivar as potencialidades das crianças de forma integral, respeitando sua individualidade e estimulando sua autonomia. Pestalozzi compartilhava desses princípios e desenvolveu um método educacional centrado no amor, na benevolência e na firmeza. Contrário às práticas repressivas comuns na época, Pestalozzi acreditava que as crianças precisavam de limites, mas que uma educação não repressiva seria mais eficaz para promover seu desenvolvimento integral. Zanatta (2005) afirma que, apesar de Pestalozzi ter sido influenciado por Rousseau, havia uma diferença entre os pensamentos de ambos, uma vez que,

Embora Pestalozzi seja considerado seguidor de Rousseau, parece importante atentar para uma diferença fundamental entre suas propostas de ensino. Rousseau valorizou os interesses imediatos do aluno em relação ao mundo que o cerca. Para ele o verdadeiro ensino deveria proceder diretamente da vida, da experiência, do sentimento. Já Pestalozzi atribuiu importância ao ensino como condição para a ativação das capacidades humanas (Zanatta, 2005, p. 171).

Partindo de uma abordagem educacional não repressiva, Pestalozzi concentrou-se no ensino como um impulsionador das capacidades humanas, visando o desenvolvimento da autonomia. Ele percebia a criança como um ser que se desenvolve de acordo com leis naturais e ordenadas, contendo em si todas as potencialidades inerentes à natureza humana. Essas potencialidades incluem aspectos mentais, emocionais e práticos, todos estreitamente interconectados.

Segundo Incontri (1997), Pestalozzi acreditava que a educação deveria ser o principal instrumento de reforma social, fundamentando-se em uma concepção tríplice de desenvolvimento intelectual, moral e físico. Com o sentimento de compaixão, dedicou-se a aplicar suas ideias para atender às necessidades educacionais de todas as crianças, independentemente de sua condição social ou física. Para Pestalozzi,

a organização exterior reflete a organização interna. Não há possibilidade de se fazer uma sociedade justa se não houver homens justos. Por isso, Todo o seu esforço, muito além de querer instruir ao povo, foi no sentido de moralizar o homem, de convocá-lo a tornar-se o que ele é potencialmente. E para isso, ao contrário da maioria absoluta dos pensadores, Pestalozzi não se satisfaz em semear ideias: tomou pelas mãos o próprio homem, ainda criança, para tentar conectá-lo consigo mesmo (Incontri, 1997, p. 24).

As ideias educacionais de Pestalozzi destacavam-se por sua abordagem diferenciada em relação ao ensino da época, enfatizando aspectos sociais e incentivando as crianças a compreenderem sua própria natureza e o desenvolvimento de virtudes. Ele acreditava que a educação deveria ser um direito de todos, independentemente de sua condição social. Movido por esse sentimento de amor e fé, Pestalozzi criou um abrigo na Suíça em 1791, para crianças carentes que viviam nas ruas. O objetivo era ensinar-lhes habilidades básicas como leitura, escrita, matemática, trabalho e religião. Esse abrigo recebeu o nome de Instituto Neuhof, que faliu posteriormente.

Segundo Gadotti (2002, p. 91), apesar do educador lançar mão de “[...] uma educação em contato com ambiente imediato, seguindo objetiva, progressiva e gradualmente um método natural e harmonioso”, houve dificuldades na adaptação das crianças que estavam acostumadas

a viverem livres. Além de falta de apoio e resistência da população, os problemas financeiros contribuíram para a falência do Instituto.

No ano de 1978, inicia um trabalho de atendimento a órfãos em Stanz na Suíça. Desse modo, Pestalozzi

viu-se obrigado a instruir sozinho e sem auxílio um grande número de crianças. Por isso, colocava as crianças maiores e mais capazes a ensinar as crianças menos instruídas. Neste período, progrediu e aperfeiçoou as práticas educativas, sempre unindo atividades intelectuais com o trabalho manual, adotou o ensino mútuo e o método intuitivo, que parte da primeira impressão que temos a respeito do objeto (Brum, 2014, p. 32-33).

Para Arce (2002, p. 65), Pestalozzi baseava as suas aulas no amor, no respeito e no afeto, considerando que “[...] a escola era uma família”, de modo que cada vez mais aumentava o número de crianças no orfanato. O trabalho foi interrompido quando o local onde funcionava o orfanato que ficou precisou ser convertido em hospital militar, devido à guerra, conhecida como "*Guerra da Segunda Coalizão*" (1798-1802), entre as tropas francesas e suíças contra a Áustria. Apesar de sua curta duração, o projeto foi fundamental para o desenvolvimento da pedagogia de Pestalozzi.

O método intuitivo de Pestalozzi foi uma abordagem pedagógica inovadora que enfatizava a utilização dos sentidos e da intuição como base para o aprendizado. O teórico acreditava que as crianças deveriam aprender por meio da experiência direta e da observação, utilizando seus sentidos para explorar o mundo ao seu redor, interagindo primeiramente com os objetos e com o concreto, para depois fazer associação ao conceito. Nesse viés, a linguagem é fundamental para o sucesso do método que, segundo Pestalozzi (1946, p. 170), consistia em “[...] as coisas antes das palavras, a educação pelas coisas e não a educação pelas palavras”, ou seja, a linguagem valoriza a vivência dos sujeitos sociais.

Sob esse olhar, há duas abordagens possíveis para o aprendizado: ensinar as crianças por meio dos nomes ou a partir de algo. Pestalozzi optou pelo segundo caminho: ensinar às crianças a intuição das coisas e, em seguida, ensinar-lhes os nomes correspondentes. Essa abordagem reflete a crença de Pestalozzi de que a compreensão do concreto é fundamental para o desenvolvimento do conhecimento e da linguagem (Soëtard, 2010).

Para o autor, a compreensão intuitiva da natureza constitui o alicerce legítimo e essencial da educação humana (Soëtard, 2010, p. 74). Esse método priorizava o desenvolvimento natural das capacidades cognitivas, emocionais e físicas das crianças,

permitindo que elas descobrissem e compreendessem os conceitos de forma autônoma e significativa. Ao integrar atividades práticas, materiais sensoriais e interação social, o método intuitivo de Pestalozzi visava, portanto, proporcionar uma educação holística e centrada no aluno.

A base desse método intuitivo é a “*lição das coisas*”, acompanhada de exercícios de linguagem para se chegar às ideias claras. Esse método se caracteriza por oferecer dados sensíveis à observação, partindo do particular para o geral, do concreto experienciado para o racional, chegando assim aos conceitos abstratos (Zanatta, 2005, p. 170). Ao dedicar seus estudos ao desenvolvimento e aprendizado das crianças, Pestalozzi (1946) ressaltava que a “*lição das coisas*” era essencial para o ensino da verdade, que ele considerava como exatidão.

Pinker (2018) compreende que o Iluminismo buscou um novo conceito de *condição humana*. Um período em que paradigmas anteriores foram contestados, caracterizando-se como “[...] uma era exuberante de ideias, algumas contraditórias, mas todas ligadas por quatro temas: razão, ciência, humanismo e progresso” (Pinker, 2018, p. 15). A influência do Iluminismo ganha novas dimensões na Idade Contemporânea, período que se inicia em 1789 com a Queda da Bastilha, em 14 de julho, e se estende até os dias atuais. Nessa fase, a deficiência deixa de ser vista como uma manifestação divina para ser compreendida de maneira mais racional e científica. Esse novo paradigma impulsionou o surgimento de instituições médicas e hospitais especializados no tratamento de pessoas com deficiência.

De acordo com Moreira (2006, p. 31), “a concepção de deficiência desvincula-se da influência espiritual, abrindo espaço para as consolidações das causas naturais e passando a ser tratada por meio da alquimia, magia, astrologia, métodos empregados nos primórdios da medicina”. A ênfase na ciência e na medicina durante o Iluminismo resultou em ambientes que proporcionavam cuidados mais direcionados, representando uma evolução nas práticas de atendimento a esse grupo populacional. Isso destaca o papel da experiência na formação do conhecimento humano, desde o início do século XIX.

Até o século XIX, a sociedade ainda não reconhecia plenamente sua responsabilidade para com esses indivíduos, e as medidas de assistência e proteção eram limitadas. Faltava um entendimento mais amplo sobre os direitos e necessidades das pessoas com deficiência, e poucas iniciativas eram tomadas para melhorar sua qualidade de vida e garantir sua inclusão na sociedade. De acordo com Pacheco e Alves (2007), a sociedade nesse período ainda perpetuava

a segregação e a exclusão, isolando e marginalizando aqueles que não se encaixavam no padrão idealizado.

Foi apenas ao longo do século XIX, impulsionada por ideias humanistas e inspirada nos princípios iluministas dos direitos naturais, que a sociedade fez um primeiro investimento na educação das pessoas com deficiência, especialmente aquelas com deficiência intelectual. Nesse período, a sociedade começou a reconhecer sua responsabilidade em relação a esses indivíduos, implementando medidas de assistência e proteção. Movimentos e mudanças significativas surgiram, refletindo um crescente reconhecimento dos direitos e das necessidades das pessoas com deficiência, marcando um avanço crucial na luta por inclusão.

Nos Estados Unidos, em 1817, foi estabelecida uma escola para surdos na cidade de Hartford. A partir de 1861, foram implementadas medidas para garantir moradia e alimentação para marinheiros e fuzileiros navais com limitações físicas. L. Silva (2006) aponta que, após a Guerra Civil Americana “em 1867”, foi criado o “*Lar Nacional para Soldados Voluntários Deficientes em Filadélfia*”. Essas iniciativas marcaram um avanço significativo na garantia de direitos e assistência para pessoas com deficiência, contudo muito ainda precisava ser feito na área de assistência à PcD.

Influenciado pelo pensamento de John Locke, o médico psiquiatra francês Jean Marc Gaspard Itard ficou famoso pelo seu trabalho com Victor de Aveyron, um menino selvagem encontrado na França no início do século XIX. Itard desenvolveu métodos inovadores de educação e reabilitação para Victor, utilizando abordagens baseadas na observação e na aplicação de princípios científicos. De acordo com Cordeiro (2006), seu trabalho com Victor contribuiu significativamente para o entendimento da linguagem e do desenvolvimento humano, uma vez que Itard acreditava que a “linguagem oral” desempenha um papel essencial na assimilação de conhecimentos teóricos.

[...] leis as mais complicadas, condições as mais numerosas presidem o exercício da palavra falada, devido a que não seja somente uma função, mas uma arte da imitação. Do que se segue que o homem tenha necessidade da troca com seus semelhantes para que lhe comuniquem esta arte, com a participação de um outro órgão, do órgão da audição, para fazê-lo ouvir as primeiras lições, da faculdade de imitar para facilitar-lhe as repetições, e do grau de inteligência dado a sua espécie para fazê-lo compreender e proporcionar-lhe os materiais, que são as ideias (Itard, 2004, p. 580).

Itard (2004) foi um defensor da Educação Inclusiva e da igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, acreditando que todos têm o direito de receber educação e

cuidados adequados. Seu legado duradouro no campo da Educação Especial continua a influenciar práticas e políticas em todo o mundo.

O século XX foi caracterizado por inúmeras mudanças sociais, políticas e científicas, que alteraram drasticamente a percepção e o tratamento das pessoas com deficiência. Entre os aspectos mais sombrios e impactantes desse período está a retomada de ideais clássicos de perfeição humana, que atingiram um ápice trágico durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) sob o regime nazista, “[...] em que judeus, negros, homossexuais e deficientes intelectuais, por exemplo, por serem considerados indignos de viver deveriam ser executados em defesa da hegemonia da raça ariana” (Alves, 2017, p. 25).

O governo de Adolf Hitler “1933-1945”, promoveu políticas de eugenia que visavam eliminar indivíduos considerados “imperfeitos” ou “indesejáveis”, culminando no infame programa Aktion T4. Esse programa resultou no assassinato sistemático de milhares de pessoas com deficiências físicas e mentais, refletindo uma visão desumana e extrema de pureza racial e perfeição física, reminiscentes dos ideais clássicos de uma humanidade perfeita. Os nazistas acreditavam que os deficientes físicos e mentais eram inúteis para a família e para o Estado<sup>5</sup>.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, teve um impacto significativo no desenvolvimento de um novo paradigma, que começou a ganhar força na década de 1970, especialmente em países como Suécia e Dinamarca, onde surgiram movimentos inovadores focados na Educação Especial.

No ano de 1994, a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) tornou-se um marco fundamental na promoção da Educação Inclusiva em todo o mundo. Adotada durante a Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada em Salamanca, na Espanha, a declaração reafirmou o direito de todos os indivíduos à educação e enfatizou a necessidade de sistemas educacionais inclusivos. O documento propôs que as escolas regulares, quando

---

<sup>5</sup> Segundo a Enciclopédia do Holocausto (2024), expressão mais extrema e horrenda dessas ideias ocorreu na Alemanha Nazista. Sob o regime de Adolf Hitler, o conceito de um “homem perfeito” foi levado ao seu apogeu. Os nazistas acreditavam na superioridade da raça ariana e consideravam pessoas com deficiências como “vida indigna de ser vivida” (Lebensunwertes Leben). Isso levou ao desenvolvimento do Aktion T4, um programa de extermínio que visava eliminar indivíduos com deficiências físicas e mentais. O Aktion T4 começou em 1939 e resultou na morte de aproximadamente 70.000 pessoas até sua suspensão oficial em 1941, embora os assassinatos continuassem de maneira mais discreta até o fim da guerra. Os métodos incluíam a administração de medicamentos letais, injeções e câmaras de gás, estabelecendo um precedente para os métodos utilizados posteriormente no Holocausto.

orientadas por princípios de inclusão, constituem o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras e construindo uma sociedade inclusiva.

Embora desafios ainda existam, os avanços legislativos, tecnológicos e sociais estão criando um mundo mais acessível e equitativo para as pessoas com deficiência no século XXI. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) da Organização das Nações Unidas (ONU), adotada em 2006, representa um marco significativo que estabelece padrões globais para a igualdade de oportunidades, acessibilidade e participação plena no meio social. A CDPD ressalta que

Direitos humanos são direitos de todos, embora se façam necessárias nuances específicas para grupos mais vulneráveis e antes relegados à periferia dos fatos. Sob a égide dos direitos humanos, estas pessoas estarão em condições de conquistar a cidadania. Por esta razão, em amplo consenso bem trabalhado pela Organização das Nações Unidas – ONU nasceu a primeira convenção internacional do milênio (Brasil, 2007, p. 6).

Nessa perspectiva de avanços nas legislações pertinentes ao tratamento de pessoas com deficiência, há também importantes avanços tecnológicos. Leitores de tela, aparelhos auditivos avançados, cadeiras de rodas motorizadas e tecnologias de comunicação alternativa têm ampliado a independência e a acessibilidade. A inteligência artificial e a robótica também oferecem novas oportunidades, como próteses inteligentes e sistemas de navegação para deficientes visuais.

A acessibilidade física e digital tornou-se uma prioridade, com regulamentações que exigem a instalação de rampas, elevadores, banheiros adaptados e sinais em braille, além da criação de *websites* acessíveis. No mercado de trabalho, programas de emprego apoiado, incentivos fiscais e políticas contra discriminação têm ampliado as oportunidades para pessoas com deficiência, haja vista que empresas globais estão reconhecendo o valor da diversidade no ambiente de trabalho.

## **1.2 Um olhar histórico sobre a Educação Especial no Brasil**

No contexto brasileiro, desde a chegada dos portugueses no século XVI – particularmente com os jesuítas em “1549”, que foram responsáveis pelo projeto educacional na colônia –, há indícios de que na cultura dos habitantes originais do território, os indígenas, existiam restrições impostas aos indivíduos com deficiências. Crianças com deformidades físicas eram frequentemente rejeitadas devido ao temor de maldições, sendo comum o

abandono nas montanhas e, em casos extremos, o sacrifício em rituais de purificação. Segundo Figueira (2021), os membros da tribo que apresentavam alguma deficiência eram considerados incapazes, estabelecendo-se, assim, a noção de inferioridade entre os demais.

Os jesuítas, para além de suas notáveis contribuições educacionais, religiosas e culturais, desempenhavam um papel crucial no atendimento às pessoas com deficiência, por meio do assistencialismo realizado pelas Santas Casas de Misericórdia. Essas instituições foram criadas na Europa Medieval como irmandades dedicadas ao tratamento e amparo de enfermos e inválidos. Além de cuidar dos doentes, essas instituições, vinculadas à Igreja Católica, também prestavam assistência aos chamados “expostos”, recém-nascidos que eram abandonados à sua porta.

Trazida durante o Período Colonial, a primeira Roda dos Expostos ou Roda dos Enjeitados foi estabelecida no Brasil em 1726, na cidade de Salvador. As Santas Casas de Misericórdia acolhiam as crianças rejeitadas por suas famílias, oferecendo-lhes cuidados e sustento. A Roda dos Expostos tratava-se de um

dispositivo cilíndrico, dedicado ao recolhimento de recém-nascidos ditos enjeitados, o Brasil foi, talvez, o último país a abolir a Roda. Temia-se que, com sua extinção, aumentassem os abortos e os infanticídios de filhos indesejados ou ilegítimos, uma vez que o dispositivo da Roda mantinha o anonimato de quem depositava a criança, preservando a honra das famílias (Arantes, 2010, p. 9).

As crianças que eram deixadas na Roda geralmente apresentavam alguma anomalia física ou mental e eram marcadas pelo estigma do abandono, enfrentando várias formas de exclusão e marginalização ao longo de suas vidas. Vivendo em condições precárias, essas crianças eram privadas de uma educação adequada, cresciam sem autoestima e sem vínculos familiares, sujeitas a diversos modos de exploração. O fato de serem diferentes do que a sociedade da época esperava era motivos de vergonha e preconceito. Nesse sentido, sobre o “diferente”, L. Silva (2006) aponta que, diante do desconhecido, tendemos a simplificar e generalizar, utilizando estereótipos e analogias, baseando-nos em preconceitos e valores sociais.

Omote (1999) ressalta que o tratamento de segregação historicamente, direcionado à pessoa com deficiência, reflete-se nas transformações e conquistas contemporâneas. Esse passado degradante revela que muitas crianças não sobreviviam ao primeiro ano de vida e as que alcançavam a adolescência eram obrigadas a abandonar as instituições.

É perceptível que o processo de acolhimento dessas crianças raramente assegurava uma qualidade de vida adequada, expondo-as a situações de vulnerabilidade e perpetuando um ciclo de segregação e negligência que perdurou por cinco séculos na história do Brasil. A prática da Roda dos Expostos teve uma longa duração no país, iniciando-se no período colonial, estendendo-se pelo período imperial, prosseguindo na era republicana e sendo abolida apenas em 1950.

Em meados do século XVII, ainda no período do Brasil Colônia, chegaram ao Brasil as reformas educacionais promovidas pelo Marquês de Pombal (primeiro-ministro de Portugal entre 1750 e 1777). Essas reformas traziam consigo suas ideias iluministas e liberais, que promoviam o progresso e o desenvolvimento, inspiradas no contexto europeu, sendo que o Marquês de Pombal as adaptou ao cenário português.

Falcon (1989, p. 54-58, grifos do autor) afirma que o Iluminismo “identifica-se bem mais com ‘uma tendência intelectual, não limitada a qualquer época específica, que combate o mito e o poder, a partir da razão’”. No Brasil, a coroa portuguesa tinha a intensão de realizar reformas tanto institucionais quanto intelectual. Nessa circunstância, o governo desempenhava um papel importante, sendo responsável por implementar medidas educacionais que instruísem a população e reforçasse o poder do Estado. Essas discussões refletiam a busca por uma abordagem educacional que contribuísse para o progresso humano e social, com ênfase na atuação central do governo nesse processo.

Nesse contexto, o Marquês buscava fortalecer o Estado e o poder real, reduzindo a influência da nobreza e do clero. A Companhia de Jesus, composta pelos jesuítas, representava uma ameaça às reformas pombalinas, devido ao seu significativo poder e influência, particularmente nas áreas de educação, economia e política. Em 1759, Pombal promulgou um Decreto que expulsava os jesuítas de todos os domínios portugueses, incluindo o Brasil, sob a acusação de interferirem nos assuntos políticos e econômicos, além de resistirem às reformas propostas.

Nesse cenário, Boto (1996) destaca que, a partir do século XVIII, houve um aumento do interesse pelo pensamento pedagógico, no qual alguns filósofos do movimento francês defendiam que o ser humano era profundamente influenciado pelo processo educativo. Nesse contexto, a educação passou a ser percebida como uma ferramenta abrangente e transformadora, capaz de promover reformas sociais por meio da formação educacional do indivíduo.

As reformas pombalinas, no Brasil, fracassaram devido a uma série de desafios, incluindo: a resistência local; a falta de compreensão das especificidades coloniais; as tensões sociais e econômicas; além da postura autoritária do Marquês de Pombal. Nesse cenário de instabilidade política e econômica,

o Brasil não é contemplado com as novas propostas que objetivavam a modernização do ensino pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza, com a finalidade de acompanhar os progressos do século. Restam no Brasil, na educação, as aulas régias para a formação mínima dos que iriam ser educados na Europa (Zotti, 2004, p. 32).

Dessa forma, o contexto colonial e as condições do Brasil foram fatores que contribuíram para a dificuldade na implementação eficaz das reformas. No entanto, durante o século XVIII, ocorreram intensos debates em torno da educação em todo o âmbito europeu, centrado no papel do Estado e nas práticas pedagógicas ideais, era o tempo para discussões e mudanças na área educacional.

Durante o “século das luzes”<sup>6</sup>, acreditava-se amplamente no poder ilimitado da educação para aprimorar tanto o indivíduo quanto a sociedade. Nessa circunstância, o governo desempenhava um papel significativo, responsabilizando-se pela implementação de políticas educacionais que instruísem a população e, ao mesmo tempo, a restringissem ao poder do Estado. Essas discussões refletiam o desejo de encontrar uma abordagem educacional que fomentasse o avanço humano e social, com ênfase na importância da intervenção governamental nesse processo.

No ano de 1808, Dom João VI chegou ao Brasil, inaugurando a era que ficou conhecida como “*Joanino*”. Esse período, que se estendeu de 1808 a 1821, refere-se ao tempo em que a corte portuguesa, liderada pelo príncipe regente, estabeleceu-se no Rio de Janeiro. Esse evento marcou profundas transformações na sociedade, economia e educação brasileiras. A chegada da corte portuguesa impulsionou a modernização do país a partir de medidas como a abertura dos portos às nações amigas; a criação do Banco do Brasil; e a fundação de diversas instituições culturais e científicas.

---

<sup>6</sup> O século XVIII, conhecido como século das Luzes ou Iluminismo, foi marcado por um movimento intelectual na Europa que teve grande impacto na filosofia, artes (especialmente literatura), ciências, costumes, teoria política e doutrina jurídica. Centralizado na ciência e racionalidade crítica, o Iluminismo refletiu o contexto político e social da época, adaptando-se às características específicas de cada país e período. Marcondes (2007) destaca que, em vez de ser uma única doutrina, o Iluminismo consistiu em um conjunto de ideias e valores comuns, expressos de diversas formas nas ciências, letras e artes.

Segundo Romanelli (1998), a educação foi transformada com um forte contexto europeu e discriminatório, focada principalmente na formação de profissionais para as elites aristocráticas e a Corte. As iniciativas educacionais, como a criação de academias e escolas técnicas, visavam modernizar o país e atender aos interesses das classes dominantes, enquanto as classes populares tinham acesso muito limitado à educação formal. Embora o discurso oficial promovesse a ideia de liberdade e autonomia educacional, na prática, a educação beneficiava principalmente os privilegiados, perpetuando as desigualdades sociais e econômicas. No que se refere ao tratamento da pessoa com deficiência, prevalecia a discriminação e o abandono na Roda dos Expostos, citado acima, que passou por diversos governos e teve fim, no Brasil, somente da década de 1960.

Cabe ressaltar que a Roda dos Expostos no Brasil sobreviveu a diversos momentos históricos, porém sua profissionalização se deu no período republicano após grande ânimo das reformas educacionais oriundos dos entusiastas da educação na década de 1930. Novamente, devido à conjuntura de incompreensão da organização educacional na Roda dos Expostos, estas reformas educacionais culminaram numa reestruturação dos espaços assistencialistas e educativos às crianças vulneráveis, constituindo-se, então, em espaços como berçários, jardins de infância e escolas de instruções primárias e profissionalizantes, extinguindo-se assim as prestações de serviços ofertadas pela Roda dos Expostos (G. Mendes, 2021, p. 104).

Ribeiro (1995) destaca momentos importantes desse período como, a fundação da Imprensa Régia (1808), que permitiu a impressão de livros e jornais; a Academia Real Militar (1810), uma das primeiras instituições de ensino superior; a Real Biblioteca (1810), que se tornou a Biblioteca Nacional; a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816), que promoveu a educação técnica e artística; e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (1808), que se tornou um centro de pesquisa científica (Ribeiro, 1995, p.40).

Essas instituições aumentaram a disponibilidade de educação e cultura, formando uma elite intelectual crucial para a independência do Brasil em 1822 e seu desenvolvimento subsequente. Antes da chegada de Dom João VI, a educação formal era limitada, e a presença da corte trouxe uma valorização do conhecimento e da cultura, resultando na criação de instituições fundamentais para o desenvolvimento intelectual do país.

No Período Imperial, a partir de 1822, além das diversas providências iniciais para a organização do sistema educacional brasileiro, desde a constituição de 1824 e a lei de 15 de outubro de 1827, foram implementadas reformas, como a Reforma Couto Ferraz (1843) e a Reforma Leôncio de Carvalho (1879), buscando adaptar o sistema educacional às necessidades sociais (Saviani, 2013).

Antes disso, Dom Pedro I, embora sendo observadas as suas características centralizadoras, destacou-se como um líder liberal e progressista em certos aspectos, como por exemplo em termos de direitos individuais. Sua postura fez com que fosse reconhecido como uma certa referência de liberalismo. Nesse período, foi outorgada, em circunstâncias polêmicas que levam a questionar-se a imagem liberal anteriormente citada, a Constituição de 25 de março de 1824<sup>7</sup>, que perdurou durante todo o Período Imperial. A Carta determinava que a instrução primária seria gratuita para todos os cidadãos. Piletti (2000) aponta que a principal preocupação do governo em relação à educação estava voltada para a formação das elites, visto que:

este acanhado meio intelectual, esta elite intelectual brasileira, era composta de elementos oriundos das camadas dominantes e média. Esta se desenvolve aceleradamente em consequência de tal processo de modernização da sociedade e, entusiasmada por ele, procura contribuir para que se torne cada vez mais rápido. E o consumo das “novas ideias” parece um meio eficaz (Ribeiro, 1995, p. 61).

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o ensino estava direcionado principalmente para uma parcela social vista como elite na época, e não havia ainda discussões direcionadas ao atendimento às pessoas com deficiência. Na ânsia pelas ideias de desenvolvimento acelerado, as minorias ficavam esquecidas. Apesar das conquistas que asseguraram benefícios importantes para as PcD, a luta por reconhecimento permanece na contemporaneidade.

Para abordar a questão da educação nacional de maneira mais detalhada, realizou-se extensos debates sobre a necessidade de promover a educação popular, uma preocupação considerada urgente. Paiva (2008) aponta que a Constituição de 1824 e a distribuição de poder no Império, embora apresentando certos traços do liberalismo, negava-o pela centralização do poder pretendida pelo Imperador. Cabe destacar que nesse período a educação enfrentou muitos desafios que dificultaram a promoção de um ensino de qualidade. A população crescia, mas o número de escolas era insuficiente. A qualificação dos professores também era deficiente, pois não havia programas eficazes de aprimoramento. A falta de recursos financeiros agravava a situação, resultando em um financiamento inadequado para a educação (França, 2008).

Em 1826, o governo imperial de Dom Pedro I, instituiu-se quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias, na tentativa de organizar o

---

<sup>7</sup> A Constituição de 1824 manteve os princípios do liberalismo moderado e consolidou o poder pessoal do imperador, introduzindo o Poder Moderador acima dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. observa-se que a questão educacional é abordada nos artigos 179, incisos XXXII e XXXIII. Esses dispositivos asseguram a oferta do ensino primário gratuito a todos os cidadãos, no entanto, a maior parte da população não conseguia ter acesso a essa educação, sendo, portanto, marginalizada na sociedade.

sistema educacional. No entanto, a implementação foi prejudicada pela falta de infraestrutura, escassez de professores qualificados e ausência de um currículo unificado. A centralização do poder e a burocracia imperial também dificultavam a aplicação eficaz das políticas educacionais.

Na década de 1840, teve início o segundo reinado, com Dom Pedro II no comando, herdeiro dos ideais iluministas de “liberdade, igualdade e fraternidade”. Durante seu governo, a Constituição de 1824, de natureza liberal, reconhecia quatro poderes: legislativo, moderador, executivo e judiciário. O Brasil sob seu comando destacava-se por um forte sentimento democrático e igualitário entre as classes sociais e independência no livre arbítrio, superando muitos estados republicanos.

De acordo com Mossé (2015), Dom Pedro II se destacou desde cedo pelo seu intelectualismo, sendo promotor da arte, ciência e cultura, o que fez dele uma pessoa visionária. Conquistou momentos importantes como a abolição do tráfico negreiro em 1850, a consolidação da união das províncias e o estabelecimento de princípios liberais para impulsionar o comércio e a indústria. Além disso, promoveu um aumento substancial de escolas e instituições educativas no Brasil.

Dessa maneira, Dom Pedro II foi fundamental para o início da Educação Especial no país. Em 1854, fundou na cidade do Rio de Janeiro, por meio do Decreto Imperial n.º 1.428, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que veio a se tornar Instituto Nacional dos Cegos, influenciado pelo professor brasileiro que havia estudado no Instituto dos Jovens Cegos em Paris em 1850, e ao voltar ao Brasil, pode ajudar uma menina cega, Adélia Sigaud, em sua educação. Esse fato chamou a atenção e interesse do Império.

Ademais, Mazzotta (2011, p. 29) afirma que o Instituto Nacional dos Cegos “mais tarde, em 24 de janeiro de 1891, pelo Decreto n.º 1.320, passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC), em homenagem a seu ilustre e atuante ex-professor de Matemática e ex-diretor, Benjamin Constant Botelho de Magalhães”. Já em 1857, no dia 26 de setembro, também no contexto do Império, Dom Pedro II fundou o Instituto de Surdos-Mudos, influenciado por E. Huet, que era surdo e professor francês. Huet tornou-se o primeiro diretor desse estabelecimento e ocupou o cargo no período de 1856 a 1861. Notamos, então, avanços relevantes no campo da inclusão das pessoas com deficiência em ambientes de ensino.

O Brasil, ao longo de várias décadas, teve iniciativas isoladas para atender pessoas com deficiência auditiva e visual, enquanto as deficiências físicas e mentais eram pouco discutidas.

Institutos fundados para cegos e surdos abriram debates sobre a educação especial, destacando-se no 1º Congresso de Instrução Pública de 1883. O Hospital Juliano Moreira, criado em 1874 na Bahia, inicialmente para tratar doenças mentais, tornou-se uma referência no atendimento a pessoas com deficiência intelectual.

Já em 1887, foi fundada no Rio de Janeiro a Escola México, com o objetivo de oferecer atendimento educacional e assistencial para pessoas com deficiências físicas e intelectuais (Jannuzzi, 1992; Mazzotta, 2011). O movimento dessas instituições também contribuiu diretamente para a organização da Educação Especial no Brasil. Entretanto, ainda neste período, as pessoas com deficiência que não eram atendidas por essas instituições viviam escondidas em seus lares, isoladas da sociedade, ou eram atendidas em hospitais psiquiátricos, conhecidos na época como Casas de Misericórdia, administrados pela Igreja Católica, conforme citado acima.

É importante destacar que o Período Imperial tem seu fim no ano de 1889, dando início ao período republicano. Entendemos ser necessária a linha do tempo exposta acima, para que possamos compreender a partir de quais ideias e influências Dom Pedro II se inspirou para decretar o funcionamento de uma “escola”, cujo principal objetivo era o atendimento à pessoa com deficiência, em um período no qual não havia discussões sobre o assunto.

No contexto brasileiro, o século XX, o tratamento da pessoa com deficiência passou por diversas mudanças através de Legislações pertinentes a esse público. Esse movimento em direção à inclusão e aos direitos, inicialmente era pouco discutido pela sociedade. As instituições ofereciam ainda atendimento inadequados e segregavam as pessoas com deficiência. Com o tempo, houve uma conscientização crescente sobre seus direitos, levando ao desenvolvimento de políticas de inclusão e melhoria dos serviços. Apesar dos avanços, ainda existiam desafios para garantir igualdade de oportunidades e acessibilidade. Esses movimentos visavam garantir às pessoas com deficiência acesso a oportunidades sociais, profissionais e educacionais, preparando-as para uma convivência plena na comunidade (Corde, 1994).

Na educação, políticas de inclusão garantem que crianças com deficiência possam frequentar escolas regulares a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146 de 6 de Julho de 2015. Este marco legal foi um avanço significativo na promoção dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, alinhando-se com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU.

### **1.1.2 A Educação Especial no contexto mineiro**

Na década de 1920, o Brasil testemunhou mudanças educacionais significativas impulsionadas por um projeto republicano. Nesse contexto educacional vivido no país, Várias reformas foram implementadas em Estados como: São Paulo (1920)<sup>8</sup>; Minas Gerais (1927)<sup>9</sup>; Rio de Janeiro<sup>10</sup> (1929); entre outros, o que fazia parte do esforço nacional de modernização e desenvolvimento do sistema educacional, buscando adaptar a educação às demandas sociais e econômicas da época. Sendo assim, o Estado teve um papel relevante na reestruturação da educação no país e principalmente no que se refere à Educação Especial, como mencionado anteriormente.

Em Minas Gerais, no âmbito da reforma Francisco Campos, de 1927, regulamentava o ensino primário em Minas Gerais e representava o início do atendimento escolar para a pessoa com deficiência. Surgem então, as classes especiais, marco importante nesse processo. Esse período foi caracterizado por iniciativas educacionais que refletiam as perspectivas sociais da época, influenciado pela Escola Nova, de modo que, para Peixoto (1985, p. 6), “O escolanovismo, enquanto expressão da ideologia liberal, defendia a existência de uma escola única capaz de atender a todos, segundo suas características e potencialidades”, ou seja, a escola devia ser capaz de atender a especificidade de cada estudante, promovendo o seu desenvolvimento cognitivo crítico.

De acordo com Danver (2007), citado por Borges A. e Campos (2018, p. 72), a Escola Nova designa uma diversidade de iniciativas educativas que emergem no fim do século XIX, em um contexto de mudança política, pedagógica, econômica e social que preconiza uma pedagogia funcional e uma pedagogia da atividade, visando ao interesse da criança. A teoria dessa escola, portanto, pretendia valorizar a criança e incentivar o seu pensamento crítico, por meio de ações que destacam a experiência dos alunos.

A Figura 1, traz o decreto da Reforma Francisco Campos de 1927, que aprovava o ensino primário:

Figura 1: Reforma Francisco Campos - Regulamenta o ensino primário em Minas Gerais

---

<sup>8</sup> Reforma educacional Paulista de 1920.

<sup>9</sup> Reforma Francisco Campos em Minas Gerais.

<sup>10</sup> Reforma do Ensino Primário, Profissional e Normal do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO N. 7.970-A — DE 15 DE OUTUBRO DE 1927

Approva o Regulamento do Ensino Primario

O Presidente do Estado de Minas Geraes, usando da attribuição que lhe confere o art. 57, da Constituição do Estado, e para execução do art. 5.º, da lei n. 926, de 24 de setembro de 1926, resolve approvar, para entrar em vigor no dia 1.º de janeiro de 1928, o Regulamento do Ensino Primario, assignado e expedido pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior, que assim o tenha entendido, faça publicar, correr e executar.

Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Uberaba, aos 15 de outubro de 1927.

ANTONIO CARLOS KUBEIRO DE ANDRADA.

Francisco Luiz da Silva Campos.

D. 08

1927

CAPITULO I

*Da classificação, criação, instalação, supressão, transferencia e reunião de escolas primarias*

Art. 254. As escolas primarias são classifica-  
das em:

- a) ruracs, com o curso de tres annos;
- b) districtaes e urbanas singulares, com o curso de tres annos;
- c) escolas reunidas e grupos escolares, com o curso de quatro annos;
- d) escolas para debéis organicos;
- e) escolas ou classes especiaes para os retardados pedagogicos.

Art. 255. Poderão ser creadas escolas nocturnas para adultos nas localidades em que o governo julgar conveniente, de preferencia nos centros industrias.

Fonte: Minas Gerais (1927)

A Figura 1, apresenta a reforma por meio do Decreto n.º 7.970-A, no dia 15 de outubro de 1927, que regulamenta o ensino primário e a classifica. Foi a partir desse regulamento que surgiram as classes especiais no sistema educacional do estado de Minas Gerais. De acordo com A. Borges (2015), as classes especiais surgiram com a necessidade de atender as crianças com deficiências que antes eram atendidas em suas próprias residências ou eram internadas em hospitais psiquiátricos e sem atendimento escolar especializado.

No ano de 1929, na data de 6 de agosto, chega ao Brasil, a convite do governador do Estado de Minas, para implementar a Reforma do Ensino no estado, Helena Wladimirna Antipoff, que

nasceu na Rússia, em 1892 e, em 1908, mudou-se para França. No início da década de 10, do século passado, participou da padronização dos testes de nível intelectual das crianças, elaborada por Alfred Binet e Théodore Simon e realizada no Laboratório de Psicologia da Universidade de Paris. [...] Antipoff chegou ao Brasil em 1929, assumindo o cargo de professora de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento e suas aulas conjugavam teoria e prática, referentes a pesquisas realizadas nos grupos escolares. Em sua atuação junto ao ensino mineiro, Antipoff percebeu que a escola não atendia às necessidades das crianças, justamente por não incorporar os princípios científicos preconizados pela Pedagogia Experimental. A educadora direcionou sua atuação no sentido de criar instituições para receber essas crianças consideradas “excepcionais”, retirando-as do sistema de ensino oficial, sob a justificativa de que a escola era responsável pela não adaptação dessas crianças (Rafante, 2011, p. 5-6).

A pesquisadora fundou o Laboratório de Psicologia na Escola de Aperfeiçoamento, iniciando estudos e pesquisas em psicologia educacional. Além disso, a coordenação do laboratório envolveu um abrangente programa de pesquisa sobre a criança em Minas Gerais, no contexto da Reforma. Sob sua liderança, foi realizada a organização das classes especiais nos grupos escolares da cidade de Belo Horizonte e em várias outras localidades no interior do estado. Essa organização seguiu critérios como o desenvolvimento mental, a idade cronológica e o nível de escolaridade. É, portanto,

nessa época que Antipoff introduz no léxico da psicologia o termo excepcional (em vez de retardado) para se referir às crianças cujos resultados nos testes afastavam-se da zona de normalidade o que se justificava, a seu ver, por evitar a estigmatização, e também por possibilitar a reversão do distúrbio por meio de medidas psicopedagógicas adequadas (Campos, 2010, p. 218).

Nessa esfera, é relevante o conhecimento de que Antipoff acreditava na valorização das potencialidades individuais de cada pessoa, independentemente de suas diferenças ou limitações. Para essas limitações, de acordo com suas pesquisas e experimentos eram advindos da condição social de cada um. Entre seus experimentos Helena Antipoff, aplica testes psicológicos em crianças em fase escolar e os resultados mostram que os filhos dos nobres tinham melhores resultados nos testes do que os filhos dos operários, além de identificar que o sistema educacional “tradicional” de ensino não satisfazia as necessidades das crianças consideradas “excepcionais” (Antipoff, 1996).

Durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, o termo “excepcionais”, utilizado para descrever pessoas com deficiência intelectual, era diferente do utilizado atualmente. Com o avanço dos estudos e práticas educacionais nas décadas seguintes, surgiu uma compreensão mais abrangente das capacidades intelectuais das pessoas e o termo, então, passou a englobar não apenas aqueles com altas habilidades, mas também aqueles com habilidades abaixo da média (Sasaki, 1998).

Em 1932, Helena Antipoff (Figura 2) implantou a Sociedade Pestalozzi na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, após receber a doação de um terreno do governo e a manutenção das professoras. O Instituto é uma associação civil mantida por doações, inclusive do Estado, e que era “destinada a proteger as crianças e adolescentes excepcionais e a preservar a sociedade e a raça, das influências nocivas para a sua saúde mental e equilíbrio moral”. Motivada pelas dificuldades enfrentadas pelas classes especiais em Minas Gerais, que para Antipoff acontecia em salas pequenas e com excesso de alunos.

Figura 2: Helena Antipoff – Pioneira da Educação Especial em Minas Gerais



Fonte: Centro de Documentação & Pesquisa Helena Antipoff (1996)

Após as iniciativas de Antipoff em criar a Sociedade Pestalozzi, foi criada uma escola de educação especial, a qual poderia funcionar de uma forma planejada de acordo com as especificidades do público atendido (A. Borges; Campos, 2018). Nesse contexto, a educação pública recebeu contribuições da iniciativa privada e foi beneficiada por melhorias inicialmente implementadas pela Sociedade Pestalozzi. Mais tarde, essas iniciativas foram assumidas e ampliadas pelo governo de Minas Gerais.

Segundo A. Borges (2015), no decorrer da década de 1930, houve um intenso movimento de crianças atendidas no consultório médico-pedagógico do Instituto Pestalozzi e, por consequência, houve, também, um crescimento no número de matriculados. Nesse cenário, além de educação, o instituto cuidava da saúde das crianças com deficiência.

Na década de 1940, houve as primeiras iniciativas de escolarização da Fazenda do Rosário, na cidade de Ibirité-MG, com objetivo de integrar a escola à comunidade rural, mas ao longo do tempo surgiram outras instituições educativas na região. Entre elas, a Escola Estadual Yolanda Martins Silva, que era um anexo ao Hospital de Neuropsiquiatria Infantil de Minas Gerais, as Escolas Reunidas Dom Silvério ofereciam ensino primário, enquanto o Ginásio Normal Oficial Rural Caio Martins e o Ginásio Normal Oficial Rural Sandoval Azevedo eram internatos para rapazes e moças, respectivamente. Além disso, o Clube Agrícola João Pinheiro foi estabelecido para o ensino de técnicas agrícolas (Campos, 2010). Todas as escolas expostas acima trabalhavam com a escolarização de pessoas com deficiências, mas cada uma com uma perspectiva diferente.

### 1.3 Legislações brasileiras acerca da Educação Especial

A Educação Especial teve seu início no Brasil no final dos anos 1950, e ao longo do tempo, influenciou de maneira significativa as diretrizes para o atendimento escolar de alunos com deficiência. Inicialmente, esse atendimento era realizado principalmente por instituições privadas com um caráter assistencialista, priorizando o bem-estar e as rotinas da vida diária dos indivíduos. Em segundo plano, esses atendimentos focavam nos equipamentos de saúde, envolvendo médicos e psicólogos (Mantoan, 2003). Segundo Piletti (1998), a fase inicial dessas instituições, que se consolidaram como escolas de Educação Especial, tinha como objetivo atender pessoas com deficiências e suas famílias em um modelo assistencialista. A segunda fase foi marcada pela inserção da Educação Especial no sistema geral de ensino. A terceira fase se caracterizou pela proposta da inclusão dos alunos nas salas de aula do ensino regular.

As pessoas com deficiência ou “excepcionais”, termo utilizada no período supracitado, tiveram os seus primeiros atendimentos desde a época do Império, através instituições específicas de determinado público. Dentro do âmbito educacional inicia-se os atendimentos em classes especiais em escolas comuns, contudo, esse atendimento não fundamentado nas diversas deficiências. Somente após a fundação do Instituto Pestalozzi, exposto acima, que de fato tem-se então no Brasil um local de Atendimento Educacional Especializado em Educação Especial (Brasil, 2008). No Brasil, outros termos foram utilizados para denominar a pessoa com deficiência, além de “Excepcionais”, que será explicitado abaixo.

As leis educacionais do Brasil a partir da década de 1960 começam a reservar espaços para a educação de alunos com deficiência. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n° 4024 de 1961 impulsiona o crescimento das instituições voltadas para a educação dos excepcionais. Foi uma época, em que a integração de alunos com deficiência em escolas de ensino regular comum poderia acontecer, desde que o estudante estivesse preparado. Nesse contexto, elas se expandem e se fortalecem por meio de incentivos, inclusive financeiros, do Ministério da Educação, que lança diversas campanhas nacionais favorecendo a educação da pessoa com deficiência.

De acordo com o estudo de Mazzotta, realizado entre 1957 e 1993, foram identificadas lacunas entre as legislações e as proposições presentes nos planos de ensino oficiais (Mazzotta, 2011). Além de observar que uma tendência significativa na época era o favorecimento do atendimento segregado em instituições especializadas privadas, em detrimento da integração nas escolas públicas. O governo federal, reconhecendo essa situação, implementou campanhas

para reverter essa abordagem e melhorar o atendimento educacional para pessoas com deficiência, que eram anteriormente denominadas “excepcionais”.

Durante o Regime Militar, no ano de 1970, o presidente general Emílio Garrastazu designou uma equipe de trabalho para planejar uma proposta de reforma educacional. O anteprojeto foi submetido ao Conselho Federal de Educação e, posteriormente, em junho de 1971, o projeto foi encaminhado ao Congresso Nacional, ocorrido na promulgação da Lei 5.692/71, em 11 de agosto.

No que se refere à Educação Especial, o Art. 9º afirma que “os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação” (Brasil, 1971).

De acordo com o Ministério da Educação,

a Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais (Brasil, 2007, p. 2).

Desse modo, a partir de 1970, as instituições de Educação Especial começaram a se disseminar e crescer no Brasil. Contudo, as discussões no que se refere à políticas públicas direcionadas para a Educação Inclusiva estavam iniciando. No ano 1972 foi instituído um Grupo-Tarefa de Educação Especial pelo Ministério da Educação e Cultura. Esse grupo foi responsável por elaborar propostas e planejamentos para estruturar a educação especial no país. Uma das iniciativas desse grupo foi trazer o especialista norte-americano James Gallagher para apresentar um relatório com sugestões de organização para a área.

Esse relatório, junto aos estudos do Grupo-Tarefa, contribuiu para a criação do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), órgão central no Ministério da Educação e Cultura voltado para atender às necessidades dos excepcionais no Brasil que foi institucionalizado em 1973 (Brasil, 2008).

Nesse ínterim inicia-se também o debate sobre o termo apropriado para denominar a pessoa com deficiência nesse contexto. A partir de 1986, o termo “portador de deficiência” ganhou popularidade no Brasil, através da Portaria Cenesp/MEC nº 69, mas não alterou a distinção dessas pessoas no ambiente escolar. No entanto, as próprias pessoas com deficiência

começaram a contestar esse termo, argumentando que não “portam” a deficiência como um objeto ocasional, como um documento ou um guarda-chuva. Assim, o termo preferido atualmente é “pessoa com deficiência”, uma terminologia estabelecida internacionalmente na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral da ONU, em 13 de dezembro de 2006.

No Brasil, essa convenção foi ratificada como emenda constitucional pelo Decreto Legislativo n. 186, de 9 de julho de 2008, e promulgada pelo Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. Essa Convenção ocorrida em 2006, define em seu Artigo 1 que “[...] pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas” (Brasil, 2007).

Portanto, a expressão “pessoa com deficiência” é considerada a maneira mais adequada para o tratamento desse público na atualidade. Essas nomenclaturas podem ter carregado estigmas ou preconceitos, e é importante reconhecer que a linguagem evoluiu em busca de uma abordagem mais inclusiva e respeitosa.

A Constituição Federal de 1988, chamada de “constituição cidadã”, reafirmando os direitos individuais, “sem distinção de qualquer natureza”, apresenta o “pleno desenvolvimento da pessoa” e “o preparo para o exercício da cidadania” como fins da educação, abrindo possibilidades para se pensar a Educação Especial:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.  
Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (Brasil, 1988, p. 108).

O crescimento de estudos no campo da educação e dos direitos humanos vêm modificando os conceitos, a legislação, as práticas educacionais e de gestão, indicando a necessidade de se promover uma reestruturação das escolas de ensino regular e da Educação Especial. O termo “Educação Especial” é mal interpretado, muitas vezes, sendo equivocadamente associado como um instrumento de discriminação contra as camadas populares, rotulando erroneamente problemas de aprendizagem e resultando na segregação no

ambiente escolar regular. Mantoan (2011) subdivide as fases da educação especial brasileira em três grandes períodos, sendo:

a história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos: de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado; de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional; de 1993 – caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar (Mantoan, 2011, p. 3-4).

Os debates sobre a integração da pessoa com deficiência já existia em toda a esfera global, contudo, em 1975, houve um passo importante e o debate ampliou-se com a Proclamação dos Direitos da Pessoa com Deficiência organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Essas discussões foram determinantes para um ambiente propício no aumento dos movimentos desses modelos de instituições no Brasil (Jannuzzi, 1992). O termo *Educação Especial*, apesar de ser usado até as décadas de 1950 e 1960, ainda não era pauta de discussões relevantes. Sabe-se que a Educação Especial era um sistema de ensino paralelo à educação tradicional, concebido e implementado em nosso país ao longo do tempo. Por isso, é fundamental compreender o contexto histórico em que as políticas educacionais foram criadas para entendermos melhor o conceito, a finalidade e a trajetória da Educação Especial brasileira.

Para compreender a finalidade e conceito da Educação Especial, que frequentemente é mal compreendida, fundamentamo-nos nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

Educação Especial: modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil, 2001, p. 39).

Mazzotta (2011) argumenta que a educação especial permanece sendo compreendida como mais uma técnica de trabalho, um método para ensinar os diferentes dos estudantes usuais, embora já seja entendida como uma modalidade de ensino. Ressaltamos que a Educação Especial, além de buscar superar as necessidades educacionais especiais, como barreiras físicas e cognitivas, adaptando métodos, materiais e ambientes escolares para garantir inclusão, também visa promover a estimulação e participação ativa dos alunos em diferentes esferas da vida escolar e da sociedade.

Foi, portanto, a partir da Declaração de Salamanca<sup>11</sup> que o conceito de *necessidades educacionais especiais* passou a ser expandido. Todavia, mesmo diante dessas perspectivas conceituais que apontam para um modelo estruturado de ensino inclusivo, as políticas que foram implementadas ainda não conseguiram alcançar os objetivos da Declaração.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (Brasil, 2006, p. 330).

Após as discussões acerca da Declaração de Salamanca, várias outras leis foram implementadas no Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, que define Educação Especial no artigo 58, no parágrafo 1º como “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades educacionais especiais”. Ademais, diz que “haverá, quando necessário, serviços de apoio, especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial.” Entretanto, no parágrafo § 2º, destaca: “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular” (Brasil, 1996, p. 21).

Como podemos perceber, a LDBEN nº 9394/1996 ainda não garante a “todos” a inclusão das pessoas com deficiência na escola regular, visto que condições específicas poderiam ser um “entrave” no processo de inclusão. De acordo com Mantoan (2003), para que as escolas possam incluir alunos com deficiência mental no seu âmbito, demanda-se uma reavaliação dos métodos de ensino, adotando práticas pedagógicas avançadas e uma postura diferente em relação à avaliação e promoção para séries mais elevadas.

Em 2008, com a implementação da Política Nacional de Educação Especial por meio do Decreto nº 7.611, a abordagem da inclusão ganhou ainda mais força. Nesse contexto, o Estado assumiu a responsabilidade de garantir a efetivação de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

---

<sup>11</sup> A Declaração de Salamanca (1994) traz a educação inclusiva como a possibilidade de “reforçar” a ideia de “educação para todos”, como se, até então, alunos com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais especiais não frequentassem a escola. De acordo com Bueno (2006), o texto parece desconsiderar que, antes da década de 1990, esses alunos já estavam presentes nas instituições de ensino, principalmente privadas.

Isso inclui a reorganização das estruturas educacionais para complementar e enriquecer as abordagens educativas convencionais.

Após o reconhecimento da Educação Inclusiva no Brasil, a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, trouxe mudanças substanciais ao artigo 58 da LDBEN nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), com o objetivo de ampliar o escopo da Educação Especial e facilitar a inclusão de pessoas com deficiência nas escolas regulares. A partir dessa alteração, ficou previsto que:

A educação especial [...] é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de 0 (zero) a 6 (seis) anos, durante a educação infantil (Brasil, 2013, p. 1).

Todo esse processo inerente à pessoa com deficiência<sup>12</sup> trouxe para a sociedade um olhar mais efetivo no que se refere à necessidade de ofertar um atendimento de inserção desses indivíduos na sociedade, pautada no contexto de igualdade.

No dia 6 de julho de 2015, a Lei nº 13.146 representou um marco na história da pessoa com deficiência. Essa referida legislação traz um avanço significativo no processo de inclusão, consolidando todos os direitos afirmados na Constituição. Além disso, a legislação também prevê medidas de acessibilidade em todos os espaços públicos e privados, tornando-os mais inclusivos para as pessoas com deficiência. Isso significa que a sociedade deve se adaptar às necessidades desses indivíduos para garantir sua participação plena na vida em comunidade. O Capítulo IV da Lei nº 13.146/2015, nos artigos 27º e 28º, estabelece os direitos da pessoa com deficiência no âmbito da educação e suas especificidades. Vale ressaltar, em linhas gerais, que conforme os artigos supracitados, espera-se que a pessoa com deficiência tenha garantias de acesso a um ensino digno e adequado às suas necessidades.

---

<sup>12</sup> “Pessoa com deficiência”. Entre 1986 e 1996, o uso popular era “portador de deficiência”. Contudo, as pessoas com deficiência argumentaram que não “portam” a deficiência como algo que se carrega ocasionalmente, como um documento ou um guarda-chuva. Por isso, o termo preferido atualmente é “pessoa com deficiência”. Essa terminologia foi estabelecida internacionalmente e é utilizada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 13 de dezembro de 2006 e ratificada no Brasil como emenda constitucional pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

No Brasil, houve um longo processo de mudanças no que concerne a Legislações pertinentes ao atendimento à pessoa com deficiência. O Quadro 1 traz as principais Leis e documentos que abordaram a Educação Especial.

Quadro 1: Leis e Documentos da Educação Especial no Brasil

<b>Leis e Documentos</b>	<b>Data</b>	<b>Ementa</b>
Decreto Imperial nº 1428	12/09/1854	Cria o Imperial Instituto dos meninos Cegos, que veio a se tornar Instituto Nacional dos Cegos
Lei nº 939	26/09/1957	Cria o Instituto de Surdos-Mudos
Decreto nº 1320	24/01/1891	O Instituto Nacional dos Cegos passou a denominar-se Instituto Benjamin Constant (IBC)
Lei nº 4.024 (LDBEN)	20/01/1961	Aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino
Lei nº 5.692	11/06/1971	Altera a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais
Constituição da República Federativa do Brasil	05/06/1988	Oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208)
Lei nº 7853	24/10/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social
Lei nº 8069 (ECA)	13/07/1990	O artigo 55 reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”
Declaração de Salamanca	7 e 10/07/1994	Dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais
Política Nacional de Educação Especial	1994	Orienta o processo de “integração instrucional” que direciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os estudantes ditos normais”
Lei nº 9394 (LDB)	20/10/1996	Afirma que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições

		específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”
Decreto nº 3298	20/12/1999	Regulamenta a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção, além de dar outras providências
Lei nº 10172	09/01/2001	Afirma que a Educação Especial, “como modalidade de Educação escolar”, deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que “a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência” era uma medida importante
Resolução CNE/CP nº 1	18/01/2002	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais
Lei nº 10.436	24/04/2002	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia
Portaria nº 2678	24/09/2002	Aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional
Cartilha- O Acesso de Alunos com Deficiência às escolas e Classes Comuns de Rede Regular	09/2004	O Ministério Público Federal divulga o documento com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão
Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)	2007	Traz como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado
Decreto nº 6094	24/04/2007	Estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas

Decreto nº 6571	13/11/2007	Dá diretrizes para o estabelecimento do atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino (escolas públicas ou privadas)
Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2008	Traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro
Resolução nº 4 (CNE/CEB)	02/10/2009	Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. O AEE pode ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (art.5º)
Plano Nacional de Educação (PNE)	2011	Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino”
Plano Nacional de Educação (PNE)	2014	Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados
Lei nº 13146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	06/07/2015	Assegura e a promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania

Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos analisados (2023).

O quadro síntese das leis pertinentes à Educação Especial (Figura 2) apresenta um panorama abrangente e detalhado das legislações que moldaram a área ao longo dos anos. A análise desse quadro permite ao leitor perceber que houve um número significativo de leis promulgadas ao longo de um extenso período. Isso indica um processo contínuo de evolução e adaptação das políticas educacionais. No entanto, também evidencia a demora na implementação eficaz dessas leis, refletindo os desafios enfrentados para garantir um sistema educacional inclusivo e adequado às necessidades das pessoas com deficiência.

Para esclarecer o propósito e o conceito da Educação Especial, recorreremos às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), que define a Educação

Especial como uma modalidade do ensino caracterizada por uma abordagem pedagógica que proporciona recursos e serviços educacionais especiais. Esses recursos são organizados de forma institucional para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns.

Nesse sentido, para uma análise da Educação Especial no Brasil, procurou-se examinar como as políticas públicas direcionaram essa área e suas influências principalmente também a partir das suas Legislações. Mantoan (2011) afirma que a Educação Especial no Brasil foi se transformando ao longo do tempo. Inicialmente, o processo de segregação limitava a inclusão dessas pessoas apenas às instituições de iniciativa privada, nas quais também a pessoa com deficiência era considerada um sujeito que atrapalhava o caminhar da sociedade, ou seja, ocorria um processo preconceito e discriminação. Essa realidade começou a mudar a partir de 1854, com a conscientização e as ideias de que todos os seres humanos possuem direitos iguais. O conceito de “Educação Especial” é relativamente recente e, obviamente, não estava presente em contextos mais remotos.

Neste capítulo, buscamos apresentar uma visão panorâmica das transformações históricas no tratamento das pessoas com deficiência, relacionando esse tratamento com o que entendemos por educação. Exploramos as diferentes formas de percepção das pessoas com deficiência ao longo do tempo e os métodos adotados para sua inclusão ou exclusão da sociedade, variando conforme a mentalidade de cada época e lugar. Além de uma abordagem geral, destacamos o caso específico do Brasil, elucidando as iniciativas a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, que visavam um tratamento mais humano e inclusivo para esse público, que desenvolveu-se, culminando na lei da inclusão em 2015. A educação é um aspecto fundamental para que essa humanização e inclusão se efetivem, fomentando contínuas elaborações para o aprimoramento dessa ampliação do exercício da cidadania.

O exercício de contextualização realizado até aqui permitirá uma melhor compreensão da história da Apae no Brasil e em Minas Gerais, que será abordada no próximo capítulo. Esse preparo é essencial para conhecer o objeto específico desta pesquisa: a Apae de Montes Claros - MG.

## CAPÍTULO 2

---

### **Educação Especial, inclusão e a trajetória da Apae no Brasil**

Neste capítulo, é apresentada a história da Apae no Brasil, abordando os *movimentos* iniciais para a sua organização, assim como para a sua expansão pelas diversas regiões do país. Foi dada ênfase ao desenvolvimento da instituição em Minas Gerais, visto que se trata do Estado, onde se localiza o objeto específico deste estudo: a Apae de Montes Claros, abordada no terceiro capítulo desta dissertação.

Considerando a natureza da instituição pesquisada – uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos – iniciamos este capítulo discutindo os princípios norteadores do voluntariado. Ademais, exploramos o espírito solidário das pessoas que se unem em torno de ideais comuns, buscando a solução de problemas. Essas associações envolvem, tanto indivíduos diretamente impactados pelos desafios que desejam superar quanto outros voluntários que, movidos por cooperação solidária e generosidade, dispõem-se a contribuir para a causa proposta.

#### **2.1 Raízes solidárias e voluntariado**

A história do voluntariado está profundamente ligada às ações de compaixão, benevolência, caridade e humanidade das pessoas ao longo do tempo. Desde as primeiras sociedades, indivíduos têm ajudado seus semelhantes de diversas maneiras, seja compartilhando recursos ou oferecendo serviços sem esperar algo em troca. É, portanto, de natureza humana e, até, animal o viver em coletividade e, dessa maneira, manter a colaboração, com vistas à sobrevivência em sociedade. Em ambientes educacionais, essa lógica não é mutável, porquanto um deve ajudar o outro, a fim de que os objetivos de aprendizagens sejam concretizados.

Esse espírito de cooperação tem sido constante na trajetória humana, que é, por natureza, um ser social interativo. Ademais, o conceito de *voluntariado* se consolidou no século XIX, com a criação de organizações formais como a Cruz Vermelha, fundada em 1863, por Henry

Dunant, um suíço que, após presenciar a Batalha de Solferino entre franceses e austríacos, decidiu criar serviços para atender aos feridos de ambos os lados.

Dunant regressou de Genebra e publica, em 1862, suas memórias no livro “Un Souvenir de Solferino”, no qual lança duas ideias importantes: a criação de sociedades voluntárias de socorro aos feridos em guerra e a formação de um acordo em nível internacional que garantisse proteção aos soldados feridos e do pessoal médico no campo de batalha. O livro fez enorme sucesso e seu autor viajou por toda a Europa divulgando suas ideias, a fim de buscar apoio para suas proposições. Com o apoio de quatro cidadãos de Genebra, fundou, em 1863, Comité Internacional de Socorro aos Militares Feridos em Tempo de Guerra (desde 1875, designado por Comité Internacional da Cruz Vermelha). Em 1864, 12 Estados assinaram 10 Artigos que constituíram a I Convenção de Genebra, nascendo, assim, o Direito Internacional Humanitário, apontando que, mesmo em tempos de guerras, há leis que devem ser obedecidas pelos sujeitos envolvidos no combate.

Diante desse cenário de divulgação das propostas defendidas por Dunant, as autoridades suíças convocaram-no para um comitê, em que implementou suas proposições, resultando, então, na conhecida “Cruz Vermelha”. Os dados da Cruz Vermelha Portuguesa revelam que, em 1864, um tratado internacional foi assinado na primeira “Convenção de Genebra”, garantindo neutralidade para a equipe médica em conflitos.

No campo dos estudos sobre democracia, Alexis de Tocqueville, considerado um “entusiasta da democracia” Cremonese (2014) identifica o governo local, a associação cívica e o espírito religioso como elementos fundamentais para a construção de uma cultura democrática, destacando-os na formação da democracia norte-americana. Nessa perspectiva, entre os diversos aspectos que impressionaram Tocqueville, em sua análise da Democracia na América, a associação cívica sobressai como uma das características mais importantes, uma vez que, segundo o autor, essas associações, nas quais as pessoas se organizam em grupos de voluntariado, são os pilares da democracia. Em países democráticos, por exemplo, a ciência da associação é a ciência mãe (Cremonese, 2014). Sendo assim, ressaltamos a relevância de ações para promoção de associações que valorizem o ser humano em todas as suas especificidades.

Cremonese (2014, p. 181), ao interpretar o pensamento de Tocqueville, afirma: “É por meio da união dos esforços comuns que as pessoas desenvolvem o gosto pela liberdade”. Nessa perspectiva, é a partir das associações que é possível alcançar os meios para obter segurança pública, comércio, indústria, moral e religião. Tocqueville (2005) destaca o espírito norte-

americano de união voluntária em torno de causas comuns, ressaltando a consciência da responsabilidade na busca de soluções para seus próprios problemas. O autor afirma:

O habitante dos Estados Unidos aprende desde o nascimento que deve contar consigo mesmo para lutar contra os males e os embaraços da vida [...] Nada há que a vontade humana se desespere de atingir pela simples ação do poder coletivo dos indivíduos [...] Os americanos de todas as idades, de todas as condições, de todos os espíritos, se unem sem cessar. Não apenas têm associações comerciais e industriais de que todos participam, mas possuem além dessas mil outras: religiosas, morais, graves, fúteis, muito gerais e muito particulares, imensas e minúsculas; os americanos se associam para dar festas, fundar seminários, construir albergues, erguer igrejas, difundir livros, enviar missionários aos antípodas; criam dessa maneira hospitais, prisões, escolas (Tocqueville, 2005, p. 131).

Na perspectiva de Tocqueville (2005), destaca-se a relação intrínseca entre liberdade e democracia. Uma sociedade livre é construída a partir da consciência dos seus membros quanto à responsabilidade dos indivíduos de confrontar os seus próprios problemas e a pertinência da associação em torno de interesses comuns para aumentar a eficiência desse enfrentamento. Tudo isso considerando ainda a necessidade da cooperação solidária, igualmente indispensável nas sociedades humanas. O espírito voluntário, cooperativo e solidário é o que Coutinho (2018) considera como condição basilar para uma comunidade civilizada, fundamental para que

possa resgatar da pobreza e da privação os mais velhos, os mais doentes e os menos afortunados. O reconhecimento de uma natureza humana comum será também uma forma de repetir a velha máxima de que, em cada destino amargo, poderia também estar o meu destino (Coutinho, 2018, p. 103).

Max Weber (2005) discute o conceito de “relação associativa”, legitimada por diversos fatores, como afetividade, religião ou racionalidade (Almeida, 2014). A ação social racional, a qual estabelece uma relação entre fins e comportamento, conforme apontam J. Silva e Amorim (2012), é aquela orientada por meios considerados subjetivamente adequados para alcançar determinados objetivos. Esses objetivos são elaborados em função de uma hierarquia de valores pessoais e são considerados indiscutíveis pelo indivíduo. No contexto da racionalidade, Weber (2005) enfatiza que a ação é realizada como um investimento visando obter ganhos, os quais podem ser de diferentes naturezas, incluindo a realização pessoal e a promoção do bem-estar geral.

Hudson (1999) acrescenta que o voluntariado, conhecido como “Terceiro Setor”, é um segmento dedicado a causas sociais e surge de um desejo humano de ajudar os indivíduos.

Kisnerman (1983) afirma que foi a partir do Cristianismo que as pessoas desenvolveram o interesse pela ajuda humanitária.

O início do voluntariado está diretamente ligado às atividades das organizações religiosas. Hudson (1999) argumenta que as ações de caridade se expandiram com o crescimento dessas instituições, destacando que os ensinamentos judaicos enfatizavam os direitos dos pobres e os deveres dos ricos.

As igrejas cristãs e outras instituições religiosas, inspiradas por princípios de justiça social, desempenharam um papel central na prestação de assistência aos necessitados. Essa tradição de caridade evoluiu ao longo dos séculos e continua a influenciar o voluntariado moderno, mostrando a importância das religiões na formação da consciência social e da responsabilidade comunitária, uma vez que

as primeiras igrejas cristãs criaram fundos para apoio às viúvas, órfãos, enfermos, pobres, deficientes e prisioneiros. Esperava-se que os fiéis levassem donativos, voluntariamente, que eram colocados na mesa do Senhor para que os necessitados pudessem recebê-lo das mãos de Deus. Os primeiros legados foram autorizados pelo imperador Constantino I, no ano 311 d. C., possibilitando a doação de recursos para caridade. No mundo islâmico, a filantropia foi usada para montar grandes hospitais. Exemplos remotos de fundos de miséria também partiram do islamismo, quando pacientes indigentes recebiam cinco peças de ouro assim que recebessem alta (Hudson, 1999, p. 2).

Nesse sentido, Kisnerman (1983) destaca que, no final do século XVI, Vicente de Paulo fundou as “Damas de Caridade”, uma organização de mulheres aristocráticas que ajudavam doentes e pobres. No entanto, devido ao preconceito da época, que restringia as mulheres às funções domésticas, essa iniciativa não prosperou. Diante disso, Vicente recrutou jovens camponesas, chamando-as inicialmente de “Servas dos Pobres”, depois “Filhas de Caridade” e, por fim, “Irmãs de Caridade”. A Igreja Católica também resistiu a essa iniciativa, pois não aceitava congregações femininas atuando fora do regime de clausura. Apesar desses desafios, Vicente de Paulo e as Irmãs de Caridade estabeleceram uma fundação duradoura na assistência aos necessitados, superando obstáculos sociais e religiosos. Nesse viés,

a ação de Vicente de Paulo se concretizou também na criação de instituições para crianças abandonadas, albergues para famílias sem lar, escolas de artes e ofícios, e em proporcionar assistência material e espiritual em hospitais e presídios, procurando em todos os casos educar as pessoas para que melhorassem suas condições de vida. Preocupado com as condições de trabalho das crianças e dos galés, cuja situação denunciou, conseguiu, na França, as primeiras leis em benefícios de ambos (Kisnerman, 1983, p. 5).

No Brasil, a história do trabalho voluntário está fortemente ligada a iniciativas religiosas, sobretudo da Igreja Católica, frequentemente legitimadas pelo Estado. Desde os tempos coloniais, ordens religiosas, como os jesuítas, as Irmãs de Caridade nas Santas Casas de Misericórdia, além da Ordem dos Franciscanos, foram fundamentais na criação de hospitais, orfanatos e escolas para ajudar os necessitados. Essas ações assistencialistas da Igreja Católica foram dominantes até o final do século XIX, quando o Estado começou a se modernizar e passou a assumir as responsabilidades sociais.

Apesar da secularização, a tradição de voluntariado religioso permanece influente, com muitas instituições contemporâneas de caridade tendo raízes em iniciativas religiosas. Conforme Arantes (1995), entre 1738 e 1930, no Rio de Janeiro, existiam inúmeras instituições de recolhimento e assistência, sendo a maioria delas iniciativas não estatais. Entre as existentes, apenas algumas eram do Estado, como a Casa de Detenção e o Asilo de Mendicidade, que não tinham como foco cuidar de crianças.

No Brasil, durante os séculos XVI e XVII, crianças abandonadas recebiam assistência das câmaras municipais e das Casas de Misericórdia. As câmaras coordenavam a distribuição dessas crianças para famílias dispostas a cuidar delas, enquanto as Casas de Misericórdia ofereciam abrigo, alimentação e educação. Essas instituições refletem a colaboração entre o poder civil e religioso na época colonial para lidar com questões sociais, como o cuidado das crianças desamparadas. Segundo Faleiros (1995, p. 28), “a colocação destes em casas particulares, onde deveriam ser cuidados e amamentados por amas-de-leite até 3 anos, mediante pagamento”. Nesse sentido, havia conflitos entre o governo e a Santa Casa a respeito da assistência aos pobres, refletindo em problemas na obtenção e na gestão de recursos públicos, uma questão que persiste até os dias atuais.

No ano de 1907, o médico Joaquim Oliveira Botelho trouxe a ideia da Cruz Vermelha para o Brasil, inspirado pelo trabalho da entidade em outros países. Em 5 de dezembro de 1908, foram aprovados os estatutos da Cruz Vermelha Brasileira. O reconhecimento da entidade ocorreu em 1910 e 1912, com Oswaldo Cruz sendo o primeiro presidente. Posteriormente, um grupo de mulheres cariocas formou o comitê “Damas da Cruz Vermelha Brasileira”, com o intuito de treinar enfermeiras voluntárias (Bernardino, 2020).

O segmento se expandiu com o surgimento de diversas organizações não governamentais (ONGs) e entidades filantrópicas como as Apaes, Rotary, Maçonaria, *Lions Clubs*, Legião da Boa Vontade, entre outras, direcionadas para causas sociais, ambientais e

culturais. Essas organizações fazem parte do Terceiro Setor, um segmento que não busca lucro e complementa as ações do governo e do mercado.

Hudson (1999) destaca a relevância do Terceiro Setor na promoção de causas sociais, abrangendo muitas atividades que dependem fortemente do trabalho de pessoas que oferecem tempo e habilidades para apoiar diversas causas, trazendo novas energias e perspectivas. Tais indivíduos ajudam a suprir demandas que, muitas vezes, escapam do alcance do governo e do setor privado, promovendo um senso de comunidade e cidadania ativa.

Breno Fontes e Klaus Eichner (2001) declaram que a crise do Estado do Bem-Estar Social, a desregulamentação das políticas estatais e o retorno ao local indicam um processo intenso de mudanças na prática do Estado Intervencionista que, de certa forma, contribuiu para o revigoramento das associações voluntárias. Muitas dessas instituições desempenhavam um papel crucial na assistência a grupos vulneráveis, como órfãos, doentes e pobres. Contudo, a prática do voluntariado não era sistematizada como atualmente é conhecida.

Conforme afirma Tocqueville (2005), a associação é um poderoso meio de ação para uma diversidade maior de objetivos. O autor atenta que, uma vez reconhecido o direito de associação, os cidadãos podem utilizá-lo de diferentes maneiras. A associação a qual se refere Alexis de Tocqueville (2005) tem sua relevância no âmbito político e predomina em sua estratégia para que o país mantenha sobre certa ordem ou mecanismo de ação. Sendo, portanto, um direito que pode se integrar aos hábitos e costumes da sociedade.

Na década de 1930, a Legião Brasileira de Assistência (LBA)<sup>13</sup> trouxe visibilidade e organização ao voluntariado, promovendo o bem-estar social. Nas décadas seguintes, movimentos sociais e ações contra a ditadura militar impulsionaram a participação cívica e o surgimento de ONGs voltadas para o trabalho voluntário. Desse modo, a partir dessa crescente conscientização social, a década de 1980 estimulou o voluntariado, tornando-se uma expressão essencial de solidariedade e engajamento cívico.

Para Carla Valero Barbosa C. (2015), as associações voluntárias são uma ferramenta amplamente utilizada pela sociedade civil em momentos de desarticulação social, os quais sugerem o fortalecimento de noções de identidade. Se compõem, assim, de uma interação entre os membros, o que pressupõe um ideal comum que possa ser compartilhado. Em outras palavras, seguem padrões de comportamento e significado, em relação, por exemplo, a uma

---

<sup>13</sup> Legião Brasileira de Assistência. Barbosa M. (2017) discute a criação e função da LBA no Brasil e descreve o voluntariado que fazia parte dela, destacando a figura feminina.

ideia.

A associação, sob a perspectiva da ação voluntária – ou seja, no contexto do trabalho em organizações como a Apae e outras entidades filantrópicas –, implica na reunião de pessoas que executam uma ação social. Para pensar sobre as ações sociais enquanto um mecanismo de uma associação, é pertinente recorrer à abordagem do pensador alemão Max Weber. Para o autor, as ações sociais compreendem tipos ideais que se desdobram em quatro ações fundamentais.

É relevante esclarecer que foi a partir da preocupação com o problema da ação que Weber desenvolveu o conceito de ação social, tendo como ponto de partida o indivíduo (Morais *et al.*, 2003). Weber (2005) considera que uma ação social se orienta na vida do indivíduo a partir de uma representação da existência de uma autoridade legítima. A dimensão de pensá-la, nesse caso, é de que existe, por parte do indivíduo em sua ação social, o reconhecimento do valor socialmente construído. A autoridade se efetiva, portanto, por meio de uma convenção, isto é, do que se constrói como um *ethos*, uma identificação ou por uma lei instituída.

No final dos anos 1990, o Brasil estabeleceu os primeiros centros de voluntariado, culminando na promulgação da Lei do Voluntariado em 1998. Formalizada como Lei nº 9.608/98, essa legislação definiu as condições para o serviço voluntário no país, incluindo a isenção de vínculo empregatício e de obrigações trabalhistas ou previdenciárias para os voluntários. A lei incentivou a sociedade a adotar uma perspectiva de solidariedade, contribuindo para o crescimento e a diversificação do voluntariado no Brasil. O Artigo 1º da Lei do Voluntariado define o serviço voluntário da seguinte maneira:

considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa (Brasil, 1998, p. 1).

Conforme afirmam Costa e Pimentel (2020), após a Lei do Voluntariado, o Brasil viu um aumento significativo no serviço voluntário, destacando-se internacionalmente durante o Ano Internacional do Voluntário da ONU, em 2001. A Pastoral da Criança, uma ONG brasileira, foi indicada para o Prêmio Nobel da Paz, devido ao seu trabalho em Timor Leste, contando com mais de 150 mil voluntários.

O Brasil foi escolhido para apresentar o relatório final do Ano Internacional do Voluntário, em 2002, e Milú Villela se tornou a primeira mulher da sociedade civil a discursar

na Assembleia Geral da ONU. A Pastoral da Criança foi indicada para o Prêmio Nobel da Paz nos anos seguintes, refletindo a notoriedade e a qualidade do seu programa de voluntariado, que hoje opera em mais de doze países.

Destarte, quando uma pessoa assume para si a responsabilidade na execução de uma ação social, a partir da associação, ela emerge dentro de um sistema complexo de compreender a relação que considera uma dimensão racional, afetiva, na perspectiva de um bem comum. Portanto, há quem veja, em associações que executam o trabalho social, o florescimento de uma característica que pode significar novos arranjos nas estruturas da sociabilidade, constituindo-se como um dos principais pilares da democracia contemporânea (Fontes; Eichner, 2001).

## 2.2 A Apae no Brasil

A primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) no Brasil foi fundada em 1954, na cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim,

no dia 11 de dezembro de 1954, foi fundada, na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae). Dentre seus fundadores, conforme artigo publicado na revista Mensagem da Apae, ano 6, n. 16, estavam os seguintes nomes: Ercília Braga Carvalho, Acyr Guimarães Fonseca, Henry Hoyer, Armando Lameira Filho, Juraci Lameira e Alda Neves da Rocha Maia. Juntamente com outros pais interessados, este grupo teve o apoio, estímulo e orientação do casal norte-americano Beatrice e George Bemis, membros da National Association for Retarded Children (NARC) organização fundada em 1950 nos Estados Unidos. Uma vez criada, a Apae do Rio de Janeiro teve como seu primeiro presidente o Almirante Henry Broadbent Hoyer. Com o apoio do governo Federal, através do Presidente Castelo Branco, foi adquirido um prédio, com boa área de terreno, à Rua Bom Pastor, onde se encontra a sede da Apae (Mazzotta, 2011, p. 49).

O casal Beatrice e George, motivado pela experiência com a filha com síndrome de Down e pela participação na *National Association for Retarded Children* (NARC) nos Estados Unidos, impulsionou a criação da Apae no Brasil. Eles utilizaram a sede da Sociedade Pestalozzi para realizar a primeira reunião, no estado do Rio de Janeiro.

Entre 1954 e 1962, várias Apaes foram fundadas (Apae, 2014). Na década de 1950, já existiam nove dessas associações, fundadas nos estados brasileiros. No final de 1962, representantes de doze das dezesseis entidades se encontraram, em São Paulo, para a primeira Reunião Nacional de Dirigentes Apaeanos, liderada pelo psiquiatra Dr. Stanislaw Krynsky, que foi professor da PUC (SP) e dedicava-se aos estudos do desenvolvimento da criança. Ele ficou conhecido com o norteador da psiquiatria infantil no Brasil. O evento marcou a primeira

discussão no Brasil sobre a questão das pessoas com deficiência, tendo a presença de famílias e técnicos na área (Fenapaes, 2011).

O Quadro 2 mostra as primeiras Apaes fundadas do Brasil, bem como o grande salto de crescimento das fundações a partir da década de 1960:

Quadro 2: Fundação das Apaes no Brasil à partir da 1954 até a década de 1980

<b>As três primeiras Apaes fundadas no Brasil</b>		
<b>Apaes</b>	<b>ESTADO</b>	<b>DATA DE FUNDAÇÃO</b>
Rio de Janeiro	RJ	11/12/1954
Brusque	SC	14/09/1955
Volta Redonda	RJ	09/04/1956
<b>As primeiras Apaes fundadas em cada estado</b>		
<b>ESTADO</b>	<b>Apaes</b>	<b>DATA DE FUNDAÇÃO</b>
Acre	Rio Branco	31/07/1981
Alagoas	Maceió	20/08/1964
Amazonas	Manaus	04/05/1973
Amapá	Macapá	27/09/1966
Bahia	Salvador	03/10/1968
Ceará	Fortaleza	28/08/1965
Distrito Federal	Brasília	22/08/1965
Espírito Santo	Vitória	27/05/1965
Goiás	Goiânia	15/05/1969
Maranhão	São Luís	10/03/1971
Minas Gerais	São Lourenço	01/06/1956
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	10/06/1967
Mato Grosso	Cuiabá	06/10/1967
Pará	Belém	30/11/1962
Paraíba	João Pessoa	23/03/1957

Pernambuco	Recife	27/10/1961
Piauí	Teresina	04/06/1968
Paraná	Curitiba	06/10/1962
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	11/12/1954
Rio Grande do Norte	Natal	31/10/1959
Rondônia	Vilhena	12/02/1981
Roraima	–	–
Rio Grande do Sul	São Leopoldo	07/08/1961
Santa Catarina	Brusque	14/09/1955
Sergipe	Aracaju	27/08/1967
São Paulo	Jundiaí	07/08/1957
Tocantins	Araguaína	22/01/1986

Fonte: Fenapaes (2011)

O Quadro 2, porquanto, sintetiza a fundação das Apaes no Brasil, mostrando que, além da primeira associação fundada no Rio de Janeiro em 1954, foram fundadas, ainda na década de 1950, mais 8 Apaes. A expansão significativa ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, totalizando, então, 30 instituições até o ano de 1986, refletindo um período de maior conscientização sobre a importância da educação especial e do atendimento às pessoas com deficiência.

Diante desse contexto e para articular melhor as ideias, decidiu-se criar uma entidade nacional, optando pela criação da Federação das Apaes em 10 de novembro de 1962. Inicialmente, a Federação funcionou na cidade de São Paulo, no consultório do Dr. Krynsky e teve o Dr. Antonio Clemente Filho como primeiro presidente da diretoria provisória. Posteriormente, então, a Federação foi transferida para Brasília, após adquirir uma sede própria, adotando como símbolo uma flor ladeada por duas mãos, representando amparo e proteção.

A Federação é uma sociedade civil filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional, congregando Apaes e entidades similares. Com sede em Brasília, o movimento se expandiu rapidamente para outras capitais e interior do país. Hoje, existem mais de duas mil no Brasil, tornando-se o maior movimento filantrópico na área de atuação. Esse crescimento foi possível graças à atuação da Federação Nacional e das Federações Estaduais, que incentivaram

a formação de novas Apaes através de congressos, encontros, cursos e palestras, promovendo os direitos das pessoas com deficiência.

A Apae é composta por pais e amigos de alunos com necessidades especiais, contando com o apoio da sociedade, comércio, indústria, profissionais liberais e políticos. Apesar de registrada como associação de utilidade pública, enfrenta desafios financeiros e de pessoal, mas o compromisso com a sociedade e as pessoas com deficiência é primordial para o movimento.

A partir desse período, emergiu um movimento que articulava ações em defesa dos direitos das pessoas com deficiência, conhecido como movimento Apaeano. Essa é uma ampla rede formada por pais, amigos, pessoas com deficiência, voluntários, profissionais e instituições parceiras, tanto públicas quanto privadas, dedicadas à promoção e defesa dos direitos de cidadania da pessoa com deficiência e à sua inclusão social. Mais uma vez, portanto, a sociedade se une para promoção de direitos valiosos para o cidadão, buscando meios para assegurar a inclusão e equidade.

A partir do crescimento das Apaes em todo o Brasil a partir da década de 1960, sentiu-se a necessidade de uma instituição que as representasse coletivamente. Assim, em 10 de novembro de 1962, no estado de São Paulo, nasceu o maior órgão da Apae, responsável pela garantia da defesa e dos direitos das PcD – a Federação das Apaes (Fenapaes, 2011), que é uma organização social sem fins lucrativos, cujo objetivo é promover e articular ações, bem como representar a entidade perante órgãos nacionais e internacionais.

Esse importante órgão representativo da Apae recebe apoio local de políticos, membros de entidades como Rotary e *Lions Clubs*, militares e líderes comunitários. Com o seu desenvolvimento, surgiu a necessidade de uma maior articulação entre as Apaes que, atualmente, engloba mais de duas mil filiadas e outras entidades afins, formando uma rede unida e mais fortalecida para novas lutas e conquistas no âmbito da educação dos estudantes com deficiência.

Clemente Filho (1999) aponta que desde a fundação da primeira Apae no Brasil até o ano de 1962, havia mais de 16 já fundadas no país. “[...] todas empenhadas em conquistar um lugar adequado para esses indivíduos que, apesar dos esforços, continuam marginalizados no seu atendimento global” (Brito, 1973, p. 24). A Federação escolheu como símbolo, uma flor acompanhada por duas mãos em perfil, uma posicionada para apoiar e a outra para orientar as pessoas com deficiência (Figura 3).

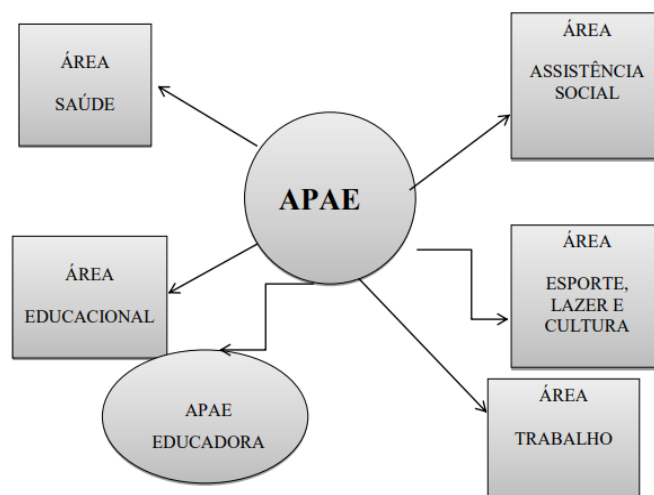
Figura 3: Símbolo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais



Fonte: Fenapaes (1998)

As Apaes apresentam-se com o objetivo de fornecer uma gama de serviços sociais, incluindo orientação e apoio às famílias, encaminhamento para serviços de saúde, assistência social e educação. Disponibiliza também cuidados de saúde abrangentes, como consulta médica, odontológica e fisioterapia, juntamente com terapia ocupacional, fonoaudiologia e assistência psicológica. No campo da educação, a Apae propõe-se a oferecer escola especializada, com currículos adaptados e professores capacitados para atender às necessidades específicas de cada indivíduo com deficiência. A assistência social, oferece o atendimento aos usuários e suas famílias. Além de atendimento voltados para o esporte, lazer, cultura e preparação para o mercado de trabalho. Na Figura 4, apresentamos um organograma desses serviços ofertados pelas Apaes.

Figura 4: Serviços ofertados pela Associação de Pais de Amigos do Excepcionais- Apae



Fonte: Fenapaes (1998)

É relevante a informação de que durante as décadas de 1970 e 1980, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e a Educação Especial passaram por um período de

significativa expansão e transformação. Nesse período, houve uma crescente conscientização sobre a importância da inclusão e do atendimento às pessoas com deficiência, impulsionando a Apae a buscar formas inovadoras de oferecer suporte e promover a inclusão desses indivíduos.

Nesse contexto e assim como outras organizações dedicadas à promoção dos direitos das pessoas com deficiência, a Apae começou a ampliar seus serviços e a desenvolver novas estratégias para atendimento às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Isso incluiu a criação de programas de educação especial mais abrangentes, voltados para diversas formas de deficiência, além de serviços de reabilitação, apoio psicossocial e atividades de integração com a comunidade. O movimento Apaeano é considerado o maior movimento filantrópico do país dedicado aos direitos, assistência e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. A “Proposta Orientadora das Ações Educacionais/Apae Educadora” (Tíbola, 2001, p. 25) ressalta que “cabe analisar que enquanto maior instituição voltada ao atendimento às pessoas com necessidades especiais, a Apae passa a assumir responsabilidades diante da sociedade, e a principal delas é a de integração, e de possibilidades de desenvolvimento humano”.

Após a fundação das Apaes no Brasil, o cenário para as pessoas com deficiência passou por diversas mudanças. Houve, a partir desse momento, um maior envolvimento da população, e começaram a surgir políticas públicas voltadas para o público atendido, bem como um olhar que abrangesse a iniciativa escolar para eles. A partir de 1970, os movimentos se organizaram em prol da causa e muitas instituições de educação especial foram fundadas no Brasil. Esse período foi marcante para essas escolas, pois ocorreu a institucionalização delas, seus planejamentos, interferências de políticas públicas e também foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), no ano de 1973. A finalidade do Cenesp era promover, expandir e melhorar o atendimento oferecido aos considerados como excepcionais em todo o território nacional (Mazzotta, 2011).

Diante do contexto de reformas educacionais no país e de legislações que discutiam a Educação Especial, como a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, surgiram diversas iniciativas de implantação de instituições de Educação Especial no Brasil, momento que muitas Apaes foram fundadas.

### **2.2.1 A Apae em Minas Gerais**

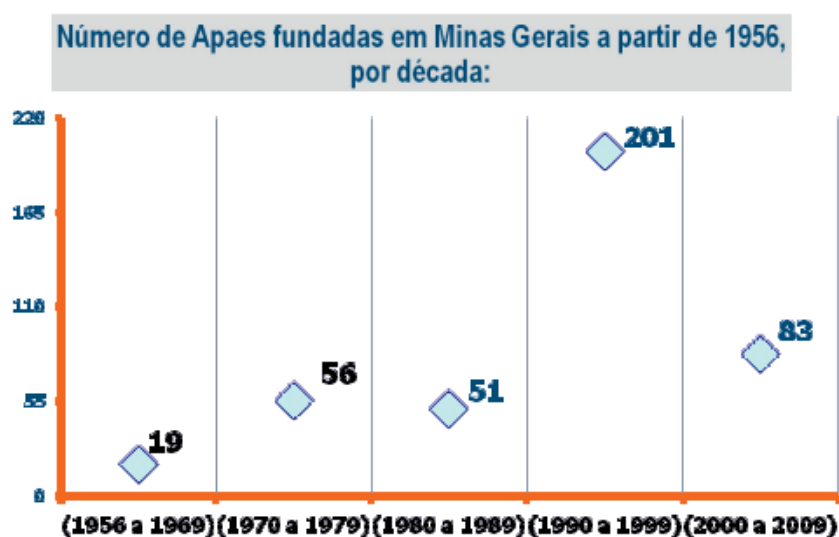
No ano de 1956, surge a primeira Apae de Minas Gerais, na Cidade de São Lourenço, influenciada pela instituição carioca. Sendo a segunda Apae criada no Brasil, essa instituição ajudou as outras Apaes que foram estabelecidas posteriormente, esclarecendo dúvidas sobre seu funcionamento e fornecendo informações e orientações essenciais. Cada Apae em Minas Gerais possui características próprias, enfrenta desafios específicos, atende um público particular e lida com diferentes situações que as distinguem umas das outras. Na década de 1960, diversas Apaes foram fundadas em diferentes regiões de Minas Gerais, abrangendo áreas como Sul, Zona da Mata, Noroeste, Região Central, entre outras.

A Apae de Belo Horizonte, fundada em 15 de abril de 1961, influenciada pela educadora Helena Antipoff, foi criada por líderes sensibilizados pela causa e em 1972, recebeu um imóvel do Estado para funcionar como escola especial, a Escola Oficina Sofia Antipoffi, oferecendo serviços de saúde e assistência social, formando um modelo integrado de atendimento (Apae-BH).

Em 1970, no Norte de Minas Gerais e nas décadas seguintes surgem as Apaes do Alto do Paranaíba, Vale do Jequitinhonha, Mucuri, dando continuidade as suas expansões no século XXI (Rede Mineira das Apaes, 2013).

No Gráfico 1, podemos perceber que a partir de 1990 houve um grande crescimento no número de Apaes em toda Minas Gerais. Entretanto entre o ano de 2000 até o ano de 2009, há um queda de 50% no número de fundações.

Gráfico 1: Fundação de Apaes no território mineiro a partir de 1956



Fonte: Feapaes – MG (2013)

De acordo com a Tíbola (2001, p. 13), “as Apaes mineiras se organizam de forma ampla para atender a clientela que dela depende”. O termo “clientela” referida pela Feapaes é especificamente composto por pessoas com deficiências múltiplas, incluindo deficiências visuais, físicas e intelectuais.

As Apaes de Minas Gerais são organizadas em Conselhos Regionais, que ajudam na administração e são intermediários entre as Apaes locais e a Federação Estadual. Esses conselhos são criados pelo Conselho de Administração da Federação, baseando-se em propostas das Apaes da região. Como afirma D. Silva (2013), os Conselhos Regionais são formados por presidentes das Apaes locais e outros membros eleitos, que devem ter experiência diretiva e estar em dia com a tesouraria. A reeleição é permitida apenas uma vez consecutiva. Esses conselhos agrupam Apaes próximas geograficamente para promover coesão e fortalecimento. A sede do Conselho Regional fica na Apae a que pertence o conselho eleito. A Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais possui um Estatuto próprio e cabe a cada Apae de cada município cumprir as suas atribuições de acordo com o mesmo. As atribuições das Apaes são:

§1º - manter padrão de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano; §2º - pagar as contribuições mensais de acordo com o fixado no art. 78 e remeter, prontamente, à Federação Nacional das Apaes todas as informações por ela solicitadas; §3º - aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pela Federação Nacional das Apaes; §4º - respeitar e fazer cumprir o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das Apaes do Estado a que pertence, e seu Estatuto; §5º - acatar as decisões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e das Assembleias Gerais da Federação Nacional das Apaes; §6º - submeter à apreciação e aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das Apaes as propostas de alteração do Estatuto da Apae; §7º - organizar o quadro dos associados, com cadastro individual e numeração em livro próprio, após aprovação da Diretoria Executiva; §8º - realizar, a qualquer tempo, a renumeração do quadro dos associados, por desistência, exclusão ou óbito, mediante prévia autorização do Conselho de Administração da Apae (Apae, 2006, p. 20-21).

De modo geral instituições cumprem o que dispõe o Estatuto da Federação das Apaes do Estado, em contra partida as entidades possuem autonomia para fazer devidas alterações de acordo com a necessidade de cada uma. Para L. Silva (2006, p.50), “[...] as Apaes não agem por si, seguem um padrão de atendimento ou pelo menos tentam, e cumprem o Estatuto da Federação, que é o órgão fiscalizador dos demais serviços”.

Neste Capítulo, foi possível abordar o contexto histórico da fundação da primeira Apae do Brasil. Versamos sobre o conceito de Associação Civil Voluntária, suas origens e motivações. Apresentamos o movimento Apaeano que inicia-se no século XX, no ano de 1954

no contexto brasileiro e culmina com crescimento da criação de diversas Apaes em todo território. Esse movimento de pessoas voluntárias, que sentiram a necessidade de criar uma instituição para que a pessoa com deficiência tivesse um local de atendimento inclusivo e específico para o público em questão, também insere-se no contexto mineiro, com a fundação da primeira Apae na cidade de São Lourenço em 1956. A partir desse período o Estado de Minas Gerais inicia um aumento de fundações de Associação de Pais e Amigos do Excepcionais, que chega a Cidade de Montes Claros em 1970.

## Trajatória da Apae no cenário montes-clarense, seus desafios e suas conquistas

Analisar e compreender a história do fenômeno educativo é uma tarefa complexa que exige um olhar atento e uma escuta cuidadosa. Esse processo envolve várias etapas fundamentais: busca, pesquisa, reflexão e análise. Cada uma dessas etapas contribui, de maneira significativa, para desvendar as transformações no campo da educação ao longo do tempo. Conforme defende V. Borges (1980, p. 47), “o tempo é a dimensão de análise da história”. Sendo assim, esse é o objetivo primordial deste capítulo, visto que delinea discussões relativas ao contexto histórico da Apae em Montes Claros, destando-a como importante elemento de contribuição para essa cidade e seu povo.

esta investigação, portanto, busca compreender os aspectos que motivaram a criação da Apae em Montes Claros, identificar os sujeitos envolvidos nesse processo, analisando as suas motivações, tanto declaradas quanto implícitas nos documentos consultados. Além disso, a pesquisa examina o impacto social das ações dessa instituição e o papel que ela desempenhou no atendimento às pessoas com deficiência na cidade, com ênfase especial na educação escolar.

A Apae de Montes Claros, mesmo após a da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, que assegura e promove, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência em todos os âmbitos sociais e educacionais, continua trabalhando no atendimento do público que motivou a sua criação, em 1970. Atualmente, atende mais de mais de 900 pessoas entre deficiências intelectual, múltipla e visual, ofertando aos usuários e alunos acesso às diversas áreas de serviços prestados, como: saúde, educação e assistência social.

A Apae de Montes Claros está localizada na Alameda das Paineiras, número 390, no bairro Jaraguá. No CNPJ da instituição, consta que a Associação do Pais e Amigos dos Excepcionais, em sua natureza jurídica, é uma associação civil privada, beneficente de assistência social, sem fins lucrativos, e tem o início das atividades datado em 8 de novembro de 1982, com a situação cadastral ativa desde 3 de novembro de 2005, ofertando atendimento

prioritário na área da assistência social na perspectiva dos direitos sociais do público atendido e suas famílias.

O Quadro 3, a seguir, apresenta os projetos, programas e composição dos atendimentos da Apae na atualidade, bem como suas especificidades enquanto órgão de assistência social, educativa e, também, de saúde.

Quadro 3: Projetos e programas promovidos pela Apae

Área/Servidores específicos	Serviço oferecidos por área	Número de pessoas atendidas	Recursos/Convênios
Assistência Social - 1 Assistente Social - 1 Psicólogo	- Centro Dia <sup>14</sup>	- 120 usuários  Atende as pessoas com deficiência de 18 a 59 anos que não frequentam mais a escola e suas famílias, através de atividades como: ambiência de vivência, ambiência de participação social e atividades de corpo e movimento.	- Convênio regulamentado pela (Norma Operacional Básica/ Serviço Único de Assistência Social (NOB/SUAS).  - Não possui recursos fixos. Recebe doações de pessoa física, jurídica, arrecadações através do Teleapae além de emendas parlamentares.
	- Casa lar	- 8 acolhidos  Ex- internos da antiga Febem-MG.	- Convênio com a (Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado (Sedese) para repasse de recursos.
	- Atendimento assistencial e visitas às famílias	- Mais de 500 famílias assistidas.	- Doações do programa do (Serviço Social do Comércio (Sesc) de assistência social Mesa Brasil no repasse de alimentos.
Educação - 1 Supervisora/ SME - 12 Professores/ SME - 1 Supervisora/ SRE	- Núcleo Educacional Expansão e Educação Especial	- 180 alunos  Do ensino infantil a EJA (Educação de Jovens e Adultos).	- Convênio com a Secretaria Municipal de Educação (SME) que financia:  Supervisora, professores entre Professores de Educação Básica 1 e 2 , auxiliar de docência, auxiliar de secretaria,

<sup>14</sup> O Centro Dia é uma unidade pública destinada ao atendimento especializado a pessoas idosas e a pessoas com deficiência que tenham algum grau de dependência de cuidados. Busca-se evitar o isolamento social, o abandono e a necessidade de acolhimento. A equipe do Centro-Dia compartilha, com os cuidadores das famílias, os cuidados necessários ao atendimento de idosos e de pessoas com deficiência. Com o apoio encontrado no Centro Dia, torna-se mais fácil a inclusão e a participação social.

- 14 Professores/ SRE	- Atendimento Pedagógico, Esporte, Lazer e Cultura		profissionais da limpeza e motorista para a escola. - Convênio com a Secretaria Estadual de Educação (SEE) através da Superintendência Regional de Ensino (SRE) Montes Claros que faz a cessão de:  1 supervisora e  14 professores
<p>Saúde</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 3 Assistentes sociais</li> <li>- 8 Psicólogos</li> <li>- 7 Fonoaudiólogos</li> <li>- 4 Fisioterapeutas</li> <li>- 1 Enfermeiro</li> <li>- 2 Psicopedagogas</li> <li>- 1 Oftalmologista</li> <li>- 2 Terapeutas Ocupacionais</li> <li>- 2 Psiquiatras</li> <li>1 Educador Físico/ Orientação em Mobilidade</li> </ul>	- Centro especializado em reabilitação nas modalidades intelectual e visual (CER)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- 800 pessoas atendidas na modalidade intelectual</li> <li>- 180 pessoas atendidas na modalidade visual.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Convênio através do Ministério da Saúde/ (Sistema Único de Saúde (SUS).</li> </ul> <p>A Secretaria Municipal de Saúde fiscaliza, regulamenta e repassa os recursos ministeriais.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base nos documentos analisados (2023)

As bases legais para as relações dos convênios com os diversos setores públicos serão explicados posteriormente nesta pesquisa. Ao longo de 45 anos de existência, destaca-se que a instituição continua desenvolvendo as suas atividades na cidade, buscando meios de desenvolver-se no cumprimento dos seus objetivos. Os serviços de saúde, assistência, educação, além das diversas ações ofertadas pela Apae têm como objetivo principal promover o desenvolvimento máximo das potencialidades das pessoas com deficiência, conforme demonstrado nesse quadro.

Nesse cenário, a Apae tem se destacado por meio de suas abordagens personalizadas e adaptadas, as quais são implementadas por profissionais de cada área no intuito de atender às necessidades individuais de cada pessoa. Sendo assim, a Apae busca criar um ambiente propício para o crescimento e o progresso, visando sempre o alcance de metas e objetivos que promovam

uma vida plena e inclusiva para todos os seus alunos e usuários, conforme se observa na Figura 5, a seguir.

Figura 5: A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e os atendimentos realizados na atualidade



Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae)

A Figura 5 acima mostra três fotos da Apae na atualidade. À esquerda, referem-se aos serviços ofertados para os alunos e usuários. Podemos observar o atendimento no âmbito escolar, a assistência social no atendimento às famílias e os diversos atendimentos nos equipamentos de saúde. A foto central é a entrada do Centro de Reabilitação e, à direita, a entrada principal da instituição, que dá acesso aos alunos da escola e aos usuários da assistência social. As fotos demonstram os projetos desenvolvidos pelos assistidos pela Apae, os quais vivenciam experiências transformadoras, desenvolvendo tanto o intelecto quanto os aspectos motores.

Esta investigação busca compreender os aspectos que motivaram a criação da Apae em Montes Claros, bem como procura identificar os sujeitos envolvidos nesse processo e, também, analisar suas motivações, tanto declaradas quanto implícitas nos documentos consultados. Além disso, a pesquisa examina o impacto social das ações da instituição e o papel que desempenhou no atendimento às pessoas com deficiência na cidade, com ênfase especial na educação escolar. A relevância desses estudos se deve ao fato de que a Apae tem o olhar voltado para o compromisso de promoção, de modo contínuo, da qualidade de vida das PcD, as quais recebem apoio e maior preparação para garantia da cidadania, na defesa de seus direitos e cumprimento dos deveres.

### 3.1 Educação Especial em Montes Claros na década de 1970

Para uma melhor compreensão da história, é importante contextualizar no tempo e no espaço, a cidade onde se encontra a instituição escolar em estudo e o período compreendido pela pesquisa (1970 a 2015). Montes Claros, situada no Norte de Minas Gerais, é uma cidade que, desde o final da segunda década do século XX, passou a desempenhar um papel significativo como centro econômico da região. Suas principais atividades abrangem o setor comercial, serviços, agropecuária e industrial.

Na década de 1970, quando foi fundada a Apae da cidade, possuía uma população de 116.486 (IBGE. Censos Demográficos: 1960 a 2000). Nesse contexto, a cidade passava por um processo intenso de modernização, causado por diversas mudanças na sociedade local, assim, dialogando com Cordeiro (2006), que afirmamos ser o contexto histórico da cidade descortina diferentes fases, em constantes transformações. A atividade industrial foi impulsionada em Montes Claros, localizada na região do semiárido brasileiro, por incentivos fiscais e financeiros fornecidos pelos governos federal e estadual por meio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Essa introdução de incentivos gerou principalmente uma série de mudanças significativas na economia, com impactos notáveis na área urbana da cidade (Minas Gerais, 1983).

No campo da educação, o momento também era de necessidade de desenvolvimento, como o contexto nacional. A exigência era de mão de obra especializada, principalmente para a fomentação da indústria que crescia (Rota Júnior; Souza Ide, 2016). Segundo os autores, era necessário capacitar mão de obra qualificada para acompanhar o processo de industrialização da região, aperfeiçoando o sistema educacional da cidade e da região em todos os níveis e isso exigiu investimento por parte dos governos estadual e municipal.

No contexto cultural da época, a Academia Montesclareense de Letras, fundada em 13 de setembro de 1966 e presidida inicialmente pelo Sr. Antônio Augusto Veloso, vivia um período de intensa atividade. Realizava lançamentos de novos escritores e livros, além de diversas apresentações culturais na cidade. Dessa forma, é importante destacar que, a partir desse período, a cultura local passou por uma grande movimentação, tornando-se cada vez mais evidente e relevante para o desenvolvimento intelectual da sociedade, a fim de que pudesse acompanhar esse movimento intenso e necessário para o ser humano.

No que se refere à educação para a pessoa com deficiência já havia atendimento educacional em instituições nas chamadas “classes especiais”, de acordo com o que passou a ocorrer no contexto de todo o Estado de Minas Gerais, a partir da Reforma Francisco Campos, em 1927 através de Decretos-Leis<sup>15</sup>, apresentados e discutidos no capítulo anterior. De acordo com Peixoto (1985), as classes especiais, eram salas dentro das instituições de ensino regular que eram separadas, onde atuavam com um modelo de escolarização diferente para atendimento a pessoa com deficiência. Esse modelo foi considerado um “sistema de ensino paralelo” ao ensino comum (A. Borges; Campos, 2018).

Na década de 1970, na cidade de Montes Claros, já havia atendimento “educacional” para pessoas com deficiência, porém com atendimentos isolados e em instituições privadas. Marta de Almeida Brasil (Entrevista, 2024), professora do ensino fundamental, com formação em magistério, afirma que, no final de década de 1960, juntamente com duas colegas de formação, foram para Belo Horizonte, para realizarem um curso para educação de crianças excepcionais, com duração de nove meses, na Fazenda do Rosário<sup>16</sup>, sob à direção de Helena Antipoff<sup>17</sup>. Marta e as colegas, ao retornarem do curso, queriam colocar em prática o que aprenderam. Assim, alugaram uma “[...] casa antiga e bem velha na mão da avó da Marília. Era um grupo, Marília, Zeni e eu. Nós três colocamos um grupo para crianças excepcionais, que era essa escola que demos o nome de Escola Cirandinha” (Entrevista de Marta de Almeida Brasil, 2024).

A Escola Cirandinha, que funcionou na década de 1960, na rua Padre Teixeira, no centro da cidade de Montes Claros, é citada como exemplo. Contudo, nesse período, de acordo com o relato da professora, o trabalho de atendimento à pessoa com deficiência aconteceu com muita dificuldade, pois as mães não tinham dinheiro para pagar a mensalidade e acabavam se voluntariando, ajudando na limpeza e outros serviços. Outro ponto a ser destacado é que havia uma outra professora que trabalhava com as três no atendimento às crianças excepcionais,

---

<sup>15</sup> A Reforma Francisco Campos, baseia-se nos documentos: Regulamento do ensino primário (Decreto-Lei, n° 970 de 15 de outubro de 1927). Regulamento do ensino normal (Decreto-Lei, n° 5.162 de 20 de janeiro de 1928). Programas do ensino primário (Decreto-Lei, n° 8094 de 21 de junho de 1961). Programas do ensino normal (Decreto-Lei, n° 8.255 de 11 de fevereiro de 1928).

<sup>16</sup> Fazenda do Rosário. Local criado por Helena Antipoff em 1940 para atender as crianças e adolescentes com deficiência, além do modelo tradicional das classes especiais que havia dentro das escolas regulares. Antipoff pretendia preparar os alunos atendidos na Fazenda com cursos profissionais (A. Borges; Campos, 2018).

<sup>17</sup> Helena Antipoff. Nascida em 1892 na Rússia. Veio para o Brasil em 1929 à convite do governo de Minas Gerais, Helena Antipoff veio ao Brasil para implementar a Reforma do Ensino no estado. Ela assumiu o cargo de professora de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento em Belo Horizonte, onde suas aulas combinavam teoria e prática com base em pesquisas realizadas nos grupos escolares (Rafante, 2011). Helena Antipoff faleceu em 1974 e está sepultada na cidade de Ibirité (MG).

“Hermínia Vasconcelos, foi professora lá, naquele tempo houve muita dificuldade para regularizar a documentação da escola. Foi procurado um profissional da área, um contador. Pedimos para que ele regularizasse, mas não tínhamos dinheiro” (Entrevista de Marta Almeida Brasil, 2024).

Na escola, havia poucas crianças atendidas e alguns “alunos” que frequentavam a Escola Cirandinha em um turno e, no outro, estudavam em outras escolas. As mães os levavam para brincar, socializar. “Colocávamos um espelho em frente as crianças para ver se eles desenvolviam alguma habilidade” (Entrevista de Marta de Almeida Brasil, 2024). As professoras aplicavam o que aprenderam na Fazenda do Rosário, mas não possuíam experiência. Após alguns anos de funcionamento, as professoras Marta, Marília e Zeni, resolveram encerrar o funcionamento da Escola Cirandinha. A professora Marta, deu continuidade à sua formação na área da educação, retornando para o sistema ensino regular e tornando-se, mais tarde, uma pedagoga.

No ano de 1968, em um contexto de sistema de ensino regular da rede privada da cidade, a professora com formação em magistério e proprietária de instituições de ensino em Montes Claros, Maria da Conceição Mendonça e Silva<sup>18</sup>, conhecida na cidade como “Dona Conceição”, recebeu alguns alunos com deficiência física no Colégio São Norberto, o qual fundou.

*Na realidade, eu comecei quando eu criei o Colégio São Norberto. Porque passei a receber crianças que não andavam, que eram levadas pelas avós, que tinha muita gente com paralisia infantil, né? E com outros problemas. Comecei. Eram leves, problemas leves, mais físicos. Tanto que o problema físico pode ir pra qualquer escola. Agora, o problema mental [...] (Entrevista de Maria da Conceição Mendonça e Silva, 2023).*

A partir desse momento, desperta-lhe o interesse no atendimento à pessoa com deficiência. Então, Dona Conceição resolve estudar em Belo Horizonte, no Instituto Armanelli do Doutor Wellington Armanelli<sup>19</sup>, na perspectiva de aumentar o seu conhecimento nessa área.

Em 1977, Dona Conceição teve a oportunidade de tornar-se proprietária de uma outra escola que já existia e possui dois sócios, que quiseram vender. O Colégio Padre Chico, em que

---

<sup>18</sup> Maria da Conceição Mendonça Silva, nascida no dia 09 de agosto de 1934, tem sua formação em Magistério e filosofia, foi uma das pioneiras na educação de Montes Claros e uma das pioneiras no atendimento à pessoa com deficiência. Foi proprietária do Colégio São Norberto, do Colégio Opção, que é antigo CBMOC e é proprietária do Centro Pedagógico Capelo Gaivota, que é uma instituição escolar de educação especial.

<sup>19</sup> Dr Wellington Armanelli escolheu a psiquiatria como sua especialidade médica, “porque é a cabeça que manda em todo o resto”, segundo as palavras dele. Rapidamente, constatou que a maioria dos casos de sofrimento mental no adulto poderiam ser evitados com uma educação adequada na infância. E acreditou tão profundamente nisso que resolveu abrir uma escola. Assim, nascia em 1955 o Instituto Armanelli, que por quase meio século funcionou em Belo Horizonte.

funcionava o antigo 1º e 2º graus, ficou conhecido como “CBMOC” (Curso básico de Montes Claros), que era o nome fantasia da instituição. Conforme Dona Conceição relata, foi no antigo Colégio CBMOC que os atendimentos às pessoas com deficiência deram continuidade. Algumas famílias com filhos “excepcionais”, souberam que ela havia estudado no Instituto Armanelli e a procuravam para que ela os atendesse.

*Fui procurada por uma mãe que soube, sabia que eu estive no Instituto Armanelli e me procurou com uma filha de 14 anos que, ao nascer, ela teve um derrame. Não andava direito, babava. Aos 14 anos, não era capaz de ir ao banheiro, de abrir o fecho de uma calça. Essa criança, como eu tinha muito tempo disponível, eu passei a atendê-la diariamente lá no CBMOC (Entrevista de Maria da Conceição Mendonça e Silva, 2023).*

Dona Conceição relata que outras famílias foram à sua procura no colégio. Chegaram crianças com surdez, com paralisia cerebral, entre outras deficiências. Inicialmente, os atendimentos eram feitos na sala da diretora. Posteriormente, começou a ensinar o que sabia para uma professora, que, também, tinha como formação o magistério e que, após a capacitação, começou a ajudá-la (Entrevista de Maria da Conceição Mendonça e Silva, 2023). A intenção de atendimento escolar nesse momento poderia parecer uma esperança para as famílias das pessoas com deficiências naquele momento. A necessidade de um “conhecimento” sobre o “desconhecido” era “gritante”. A falta de discussões e informações sobre as deficiências naquele momento na cidade impulsionava às suas famílias a procurar aqueles que detinham algum conhecimento sobre a educação de crianças com deficiência.

Diante do aumento da procura por atendimento de famílias com crianças surdas, Dona Conceição começou a dividir os atendimentos e passou a chamar o espaço de “*Sala de Recursos do Colégio Cbmoc*”. Ela organizou as salas de atendimento, limitando o número de crianças a no máximo cinco por sala. Durante alguns anos, essas classes especiais para atendimento a pessoas com deficiência dentro do “Cbmoc” foram conhecidas como salas de recursos. Com o tempo, surgiu a necessidade de ampliar o local para os atendimentos. Inicialmente, foi necessário alugar salas adicionais para garantir a eficácia do atendimento. No dia 23 de março de 1990, o Colégio Padre Chico mudou sua denominação para Colégio Opção, por meio da Portaria nº 954/90 e recebeu autorização para atender à educação pré-escolar, além do 1º e 2º graus.

No dia 1º de março de 1978, houve uma reunião na sala de reuniões do Colégio Padre Chico, registrada em ata e presidida por Maria da Conceição Mendonça e Silva, com o objetivo de fundar uma entidade de apoio e assistência à pessoa com deficiência (na época, utilizava-se

o termo 'excepcional'). Assim, surgiu o Centro Pedagógico Capelo Gaivota. A diretoria eleita e empossada foi composta por: presidente, Maria da Conceição Mendonça e Silva; secretário, Clóvis Silva; e tesoureira, Honorinda Mirtes da Silva. O nome “Capelo Gaivota” foi inspirado no livro de Richard Bach, publicado em 1970, intitulado “Fernão Capelo Gaivota”.

A professora Dona Conceição, portanto, passou vários anos se dedicando ao atendimento à pessoa com deficiência. Dona Conceição afirma que demorou alguns anos até conseguir transformar a instituição para entidade filantrópica. No que se refere ao pagamento dos atendimentos, explica que nem todas as famílias podiam pagar a mensalidade da escola e que ela nunca deixou de os receber. “Nunca!” (Entrevista de Maria da Conceição Mendonça e Silva, 2023). Essa professora é um exemplo incontestável de que seja possível fazer a diferença, ainda que com poucos recursos, desde que leve em consideração a necessidade do outro e se sinta motivado para o desejo de transformar um pouco o lugar em que se vive e contribuir para amenizar a angústia do semelhante diante da instabilidade da vida e das ausências governamentais.

É, portanto, por meio do reconhecimento do lugar do outro e do que o ser humano é capaz de mudar que se torna possível “o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado (Aranha, 2000, p.13)”. As pessoas que se envolvem com o voluntariado têm comprovado que, com colaboração, é permitido acreditar em uma sociedade mais justa, na qual a equidade seja um pilar, visto que

a sociedade inclusiva já começou a ser construída a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiência, ainda na década de oitenta. Em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, modificações pequenas e grandes vêm sendo feitas em setores como escolas, empresas, áreas de lazer, edifícios e espaços urbanos, para possibilitar a participação plena de pessoas deficientes, com igualdade de oportunidades junto à população geral (Sasaki, 1998, p. 8).

Dando continuidade a essas conquistas, em 19 de junho de 2000, o Centro Pedagógico Capelo Gaivota recebeu o certificado da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais que concede a filiação a Federação, de acordo com seus Estatutos. A instituição passou, então, a ser filantrópica e a receber os recursos da Fenapaes. Dona Conceição (Entrevista, 2023) aponta “Eu sou Apae porque eu me filiei à Apae” e, dessa forma, fizeram tantas outras pessoas, as quais se juntaram para um bem maior: ajudar outros seres humanos.

Sendo assim, essa instituição possui convênio com as secretarias estadual e municipal de educação, oferecendo ensino infantil, ensino fundamental anos iniciais e anos finais. Além disso, oferece atendimento educacional especializado, oficinas de artes e costura, sala de recursos e atendimento no âmbito da saúde, por meio de convênio com SUS (Sistema Único de Saúde). Os atendimentos ofertados são nas áreas de psiquiatria, psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, fisioterapia, entre outros. O Centro Pedagógico Capelo Gaiivota está localizado na Av. Pedro Álvares Cabral, 824 - Ibituruna, Montes Claros, funcionando sob a portaria nº 559 em 19/04/1996.

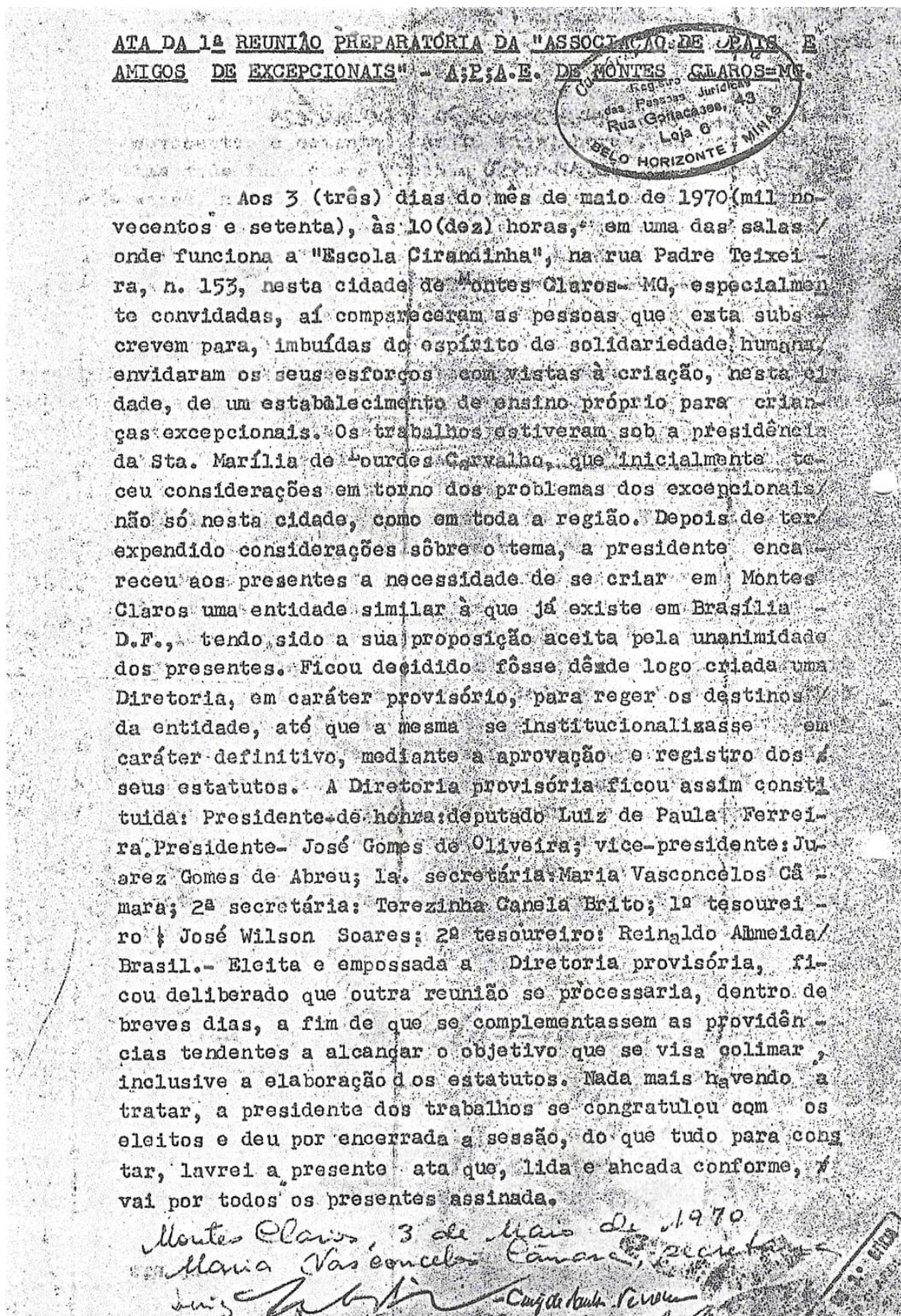
### **3.2 Educação Especial na Apae de Montes Claros: da fundação à Lei 13.146 de 2015**

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Montes Claros teve sua origem em 3 de maio de 1970, quando um grupo de pais e amigos de pessoas com deficiência, em uma reunião da Loja Maçônica Deus e Liberdade, por meio de reflexões relacionadas à realidade vivida pelas pessoas com deficiência e suas famílias, despertou o ideal de fundar uma instituição de caráter filantrópico, que oferecesse atendimento escolar gratuito para atender a este público. De acordo com as fontes históricas consultadas, até aquele momento, o atendimento educacional para pessoas com deficiência na cidade ocorria em classes especiais oferecidas por instituições privadas. José Geraldo Gomes, filho do 1º Presidente da Apae Montes Claros, em entrevista, relata que:

*Foi na Loja Maçônica Deus e Liberdade, por iniciativa do irmão José Gomes de Oliveira, que nasceu a ideia de se fundar a Apae em Montes Claros. Um de seus membros, João dos Santos Abreu, já falecido, casado com Corina Medeiros de Abreu, tinha um filho excepcional. Um belo dia, no princípio do ano de 1970, o irmão João dos Santos Abreu, narrou em reunião em Loja algumas dificuldades na área de educação que enfrentava na condução do modo de educar seu filho. Foi então que o Maçom José Gomes de Oliveira abraçou a ideia de se criar em Montes Claros a Apae, sendo imediatamente indicado por um dos Maçons presentes, Luíz de Paula Ferreira como o coordenador, sendo responsável pela elaboração do Estatuto e todas as providências necessárias cabíveis para a fundação. José Gomes aceitou a incumbência e nomeou os irmãos José Wilson Soares e o irmão Deputado Federal, Luiz de Paula Ferreira, com imenso trânsito em Brasília como membros da comissão da área Maçônica, e posteriormente convidou diversas pessoas da área filantrópica de nossa comunidade para participar da fundação (Entrevista de Jose Geraldo Gomes, 2023).*

Neste cenário, ocorreu a primeira reunião para a realização da intenção de implantação da referida instituição, cuja primeira página da ata de fundação é apresentada na Figura 6, na página seguinte e completa no anexo III desta pesquisa.

Figura 6: Ata de fundação da Associação de Pais e Amigos do Excepcionais da cidade de Montes Claros



Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (Apae)

A reunião foi presidida pela senhora Marília de Lourdes Carvalho, que já tinha conhecimento de uma Associação de Pais e Amigos em Brasília. Segundo a Ata de Reunião Preparatória da Apae, foi definida e constituída a diretoria com os seguintes membros: Presidente de honra: Deputado Luiz de Paula Ferreira; Presidente: José Gomes de Oliveira; Vice-presidente: Juarez Gomes de Abreu; 1ª secretária: Maria Vasconcelos Câmara; 2ª secretária: Terezinha Canela Brito; 1º tesoureiro: José Wilson Soares; e 2º tesoureiro: Reinaldo Almeida Brasil. Conforme José Geraldo Gomes (entrevista, 2023), logo após a constituição da diretoria, houve mais algumas reuniões para que as devidas providências fossem tomadas para a execução prática da implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais em Montes Claros. José Gomes de Oliveira, juntamente com irmãos da Loja Maçônica Deus e Liberdade e, posteriormente, com ajuda de outras Lojas, elaboraram o primeiro estatuto da Apae.

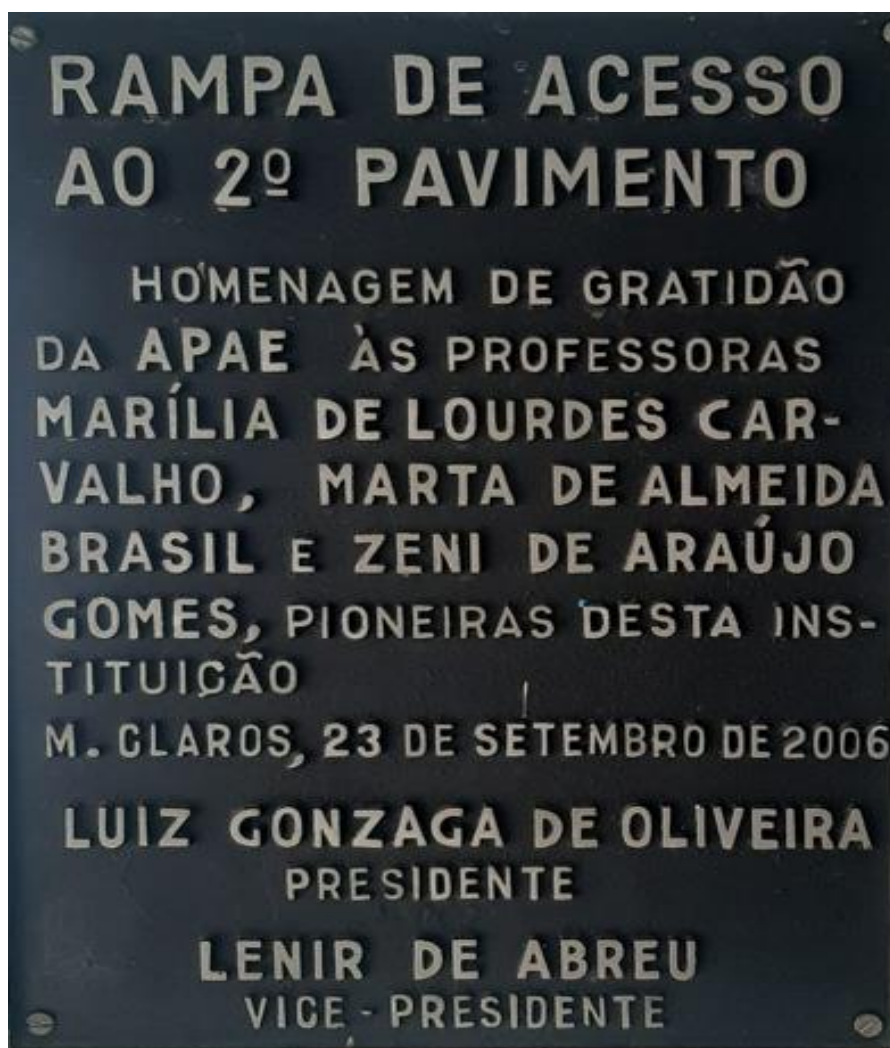
Após a realização da primeira reunião, não foram localizadas fontes que informem precisamente sobre o início efetivo das atividades da Apae. Não sendo possível afirmar, portanto, se os atendimentos começaram imediatamente. A partir da descrição na ata mencionada anteriormente, observa-se que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros foi constituída a partir de uma instituição de ensino. Essa instituição é a “Escola Cirandinha”, que foi mencionada nos relatos da professora Marta de Almeida Brasil no tópico anterior. Conforme explicado pela professora Marta Almeida Brasil (Entrevista, 2023), a escola iniciou suas atividades no final da década de 1960, prestou atendimentos aos excepcionais por alguns anos e, posteriormente, fechou devido à falta de recursos financeiros.

A partir desse relato, portanto, sabe-se que escola Cirandinha existiu antes da fundação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais na cidade de Montes Claros. Segundo Lenir de Abreu (Entrevista, 2023), geralmente, as Apaes iniciam por uma “escola”, na perspectiva inicial de criar um local de atendimento educacional e social para pessoas com deficiência. É de notório saber que a escola Cirandinha, instituição educacional mantida pela Apae, ficou desativada por um longo tempo e reativada em 3 de novembro de 1981, como veremos mais adiante.

Destacamos que, na ata de fundação da Apae, não consta que a senhora Marília de Lourdes de Carvalho também foi uma das fundadoras da Escola Cirandinha. No entanto, nas instalações da Apae, há uma placa de inauguração da rampa de acesso ao segundo pavimento, datada de 23 de setembro de 2006, que homenageia e agradece às professoras pioneiras da

instituição. Nesta placa, são citados os nomes da senhora Marília de Lourdes de Carvalho, Marta de Almeida Brasil e Zeni de Araújo Gomes (Figura 7).

Figura 7: Placa de inauguração da rampa de acesso ao 2º pavimento

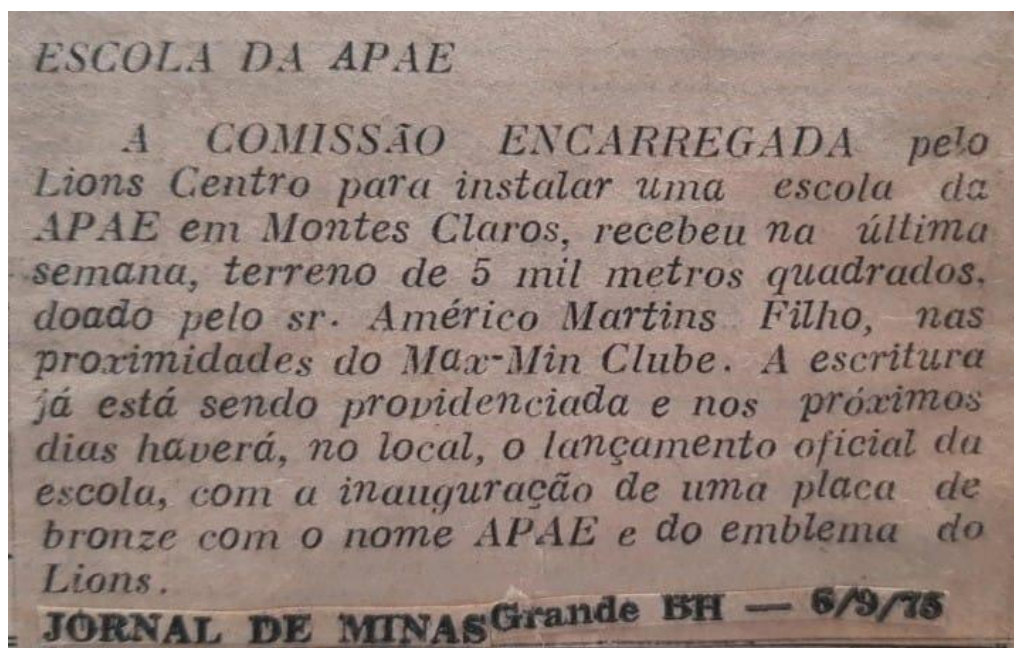


Fonte: Instalações da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (2023)

As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais são entidades sem fins lucrativos e para se manterem dependem fortemente de doações de entidades filantrópicas, empresas, órgãos públicos e de pessoas físicas. Essas doações são essenciais para oferecer serviços de educação especializada, atendimentos de saúde, programas de capacitação para o mercado de trabalho e atividades culturais e esportivas. São, então, compreensíveis as dificuldades enfrentadas pelos órgãos voluntários no contexto brasileiro.

Nos documentos da instituição, encontramos um recorte de jornal com uma doação de um terreno de 5 mil metros quadrados que Apae recebeu para a construção da sua escola no ano de 1975, como mostra a Figura 8.

Figura 8: Doação de terreno para a Construção da Escola Apae depois do Clube Max Min



Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (Apae)

Esse terreno foi o primeiro doado pelo empresário Américo Martins Filho (Figura 8). Conforme o relato de Lenir de Abreu (entrevista, 2023), o terreno acima, citado como nas proximidades do Max Min Clube, era na zona rural. O difícil acesso, as más condições da estrada e a falta de transporte para o local impediram que a Apae fosse construída no terreno doado. A partir dessa problemática, o terreno foi permutado com a prefeitura de Montes Claros por um lote mais próximo, no bairro Jaraguá, onde a Apae ainda funciona atualmente. Lenir de Abreu aponta que a Apae foi construída nesse lote que foi “permutado” inicialmente sem a documentação legal.

Somente no dia 1º de abril de 2002, houve a legalização dos documentos (Lenir de Abreu, entrevista, 2023). O registro de doação do terreno da Prefeitura de Montes Claros para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, está disponível no anexo IV desta Dissertação. Dentre as diversas pessoas envolvidas na perspectiva da implantação da Apae em Montes Claros, as fontes orais e escritas enfatizam que entidades filantrópicas como *Lions Club*, *Maçonaria* e *Rotary*, conhecidos como os “Amigos”, estavam constantemente em busca de angariar recursos e doações para que a Apae tivesse um prédio para iniciar suas atividades e também para sua consolidação no município.

As pessoas com deficiência enfrentaram diversas formas de discriminação e preconceito. Observa-se que as doações de terrenos para atender esse público eram frequentemente feitas em locais afastados da sociedade, muitas vezes próximos a áreas rurais,

onde o transporte público era ineficiente. Na ausência de políticas públicas eficazes e com as discussões sobre as pessoas com deficiência, ainda em fase inicial no Brasil, a Apae dependia de doações e, portanto, aceitava o que era disponibilizado.

A Escola Cirandinha da Apae foi desativada por um longo período, sendo reativada apenas em 1981 (Jornal de Notícias de Montes Claros). De acordo com os registros e as “fontes vivas” consultadas, a hipótese é que, após a criação oficial da instituição, iniciou-se um processo de organização e captação de recursos que demorou cerca de uma década para viabilizar o início efetivo das atividades.

Nos registros de 1981, encontramos o momento em que uma nova diretoria assume a Apae. A diretoria tinha como Presidente do Conselho Diretor o Antônio Franco Amaral Netto<sup>20</sup> e vice-presidente Geraldo Ruas de Abreu<sup>21</sup> (Jornal Diário de Montes Claros de 1981). Neste sentido a escola da Apae, denominada “Escola Cirandinha” foi construída e começou a funcionar no terreno que foi doado pela prefeitura da cidade. Inicialmente funcionando somente com três salas, um salão e banheiros. Após as eleições de 1981, a Apae ganhou novo fôlego graças ao esforço coletivo de seus membros. Com a ampliação dos recursos financeiros provenientes das doações, obtidos por meio de uma nova estrutura organizacional, a Escola Cirandinha foi construída e começou a oferecer atendimento aos “excepcionais”.

O atendimento educacional inicia a partir da contratação de professoras e uma psicóloga para realizar a triagem dos estudantes. O objetivo da instituição era de promover a integração social dos alunos em conjunto com a família. Na opinião de Pires (2012, p.78), “por integração social entende-se a constituição dos laços e símbolos de pertença coletiva nas relações entre pessoas e conjuntos de pessoa”, ou seja, desenvolvimento de um conhecimento comum é essencial para a integração social. A intenção era que os excepcionais passassem por um processo de inclusão, obtendo a oportunidade de participar ativamente da sociedade. Desse modo, o intuito também era de lidar melhor com as dificuldades e necessidades específicas de cada aluno.

Nesse período, a Apae com capacidade para atender 30 alunos, começa com 6 matriculados. Após a contratação de mais duas professoras por meio de convênio com a secretaria municipal de educação, pode-se aumentar o número de alunos matriculados. A

---

<sup>20</sup> Antônio Franco Amaral Netto. Foi presidente da Apae de 1981 a 1985. Nos registros da Apae e documentos não se tem maiores informações sobre sua formação e profissão.

<sup>21</sup> Geraldo Ruas de Abreu. Foi vice-presidente da Apae de 1981 a 1983. Nos registros da Apae e documentos não se tem maiores informações sobre suas formações e profissão.

professora entrevistada, Maria Celeste Pires Ribeiro<sup>22</sup> (Entrevista, 2023) iniciou na Apae em 1981, logo no início das atividades, e foi uma das primeiras professoras contratadas pela prefeitura. Maria Celeste afirma que a Apae iniciou as atividades com poucas crianças e recursos limitados. A Figura 9 abaixo é uma foto da construção inicial da escola da Apae presente no livro de aniversário de 40 anos, confirmando o relato de Maria Celeste. Ela é a professora que está no pátio com as crianças.

Figura 9: Foto da Apae no início das suas atividades (1981-1982)



Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (Apae).

De acordo com Maria Celeste:

*[...] na escola havia uma cerca de arame, não tinha muro e os meninos conseguiam fugir. Aí foi aumentando, foi aumentando, a escola cresceu. No início a gente tinha uns cinco alunos, seis com duas professoras na sala e não tinha serviçal, não tinha ninguém. Só tinha nós. Os alunos que levavam as suas merendinhas (Maria Celeste Pires Ribeiro, entrevista, 2023).*

Nos primeiros anos de existência a entidade passou por sérias dificuldades financeiras, a Apae não tinha nenhum recurso próprio. Os recursos arrecadados eram de doações de pais, organizações, entidades filantrópicas que iniciaram a luta pelo direito das pessoas com

---

<sup>22</sup> Maria Celeste Pires Silveira Ribeiro possui formação em magistério, iniciou na Apae em 1981, foi uma das primeiras professoras a ser contratada para trabalhar.

deficiência (Entrevista de Lenir de Abreu, 2023). Todos os investimentos estavam voltados apenas para a área da educação, e o setor de saúde ainda não oferecia atendimento efetivo. Havia apenas uma psicóloga que realizava triagens dos alunos, como citado anteriormente.

Na década de 1980 e nas décadas subsequentes, havia uma linha de ônibus da empresa Alprino que percorria alguns bairros, como o bairro Alto São João, em direção à localização da Apae. No entanto, os estudantes atendidos tinham deficiências graves, físicas e mentais, além de pertencerem a famílias carentes de recursos financeiros. Muitos precisavam pegar mais de uma linha de ônibus para chegar ao destino, e essa falta de recursos financeiros era um dos fatores que dificultava o acesso dos alunos à escola da Apae. Era necessário transporte público para que o atendimento fosse efetivo. Outro problema era que a exclusão não vinha apenas da sociedade. Em alguns casos, as próprias famílias sentiam vergonha de ter um filho ou parente com deficiência. Todos esses aspectos, nesse período, dificultaram e atrasaram o funcionamento e atendimento às pessoas com deficiência.

Diante a necessidade de transporte para que os alunos pudessem frequentar a escola, visto que era longe do centro da cidade, a Apae ganha a sua primeira Kombi da empresa Monvep<sup>23</sup>. Além disso, o diretor da empresa, João Batista de Moura, contribuiu com a restauração do veículo, que estava desgastado pelo tempo, e também doou uma cota de combustível equivalente a um mês para auxiliar nas operações da Apae (Jornal Cidade, n.d).

Conforme Maria Celeste Pires Ribeiro (Entrevista, 2023), a Kombi não apenas transportava as crianças atendidas pela Apae, que na época ainda eram em pequeno número, mas também buscava as professoras nos pontos determinados. No mesmo período, o presidente Antônio Amaral conseguiu, por meio de doações, adquirir material pedagógico adaptado para o ensino dos alunos com deficiência, buscando atender às suas necessidades de desenvolvimento

O documento “Relatório das atividades da escola da Apae durante o ano de 1982” revela que as aulas tiveram início em 1º de março, sob a direção da pedagoga Adelaide Aparecida da Silva e a orientação da psicóloga Cláudia Alvim Santos, com Antônio Franco de Amaral Netto como presidente. Nesse período, havia quatro professoras, duas contratadas pela Associação e duas cedidas pela Prefeitura Municipal, além de um servente, um inspetor e um motorista. No primeiro semestre, a escola operou no turno da tarde com três turmas, totalizando 30 alunos,

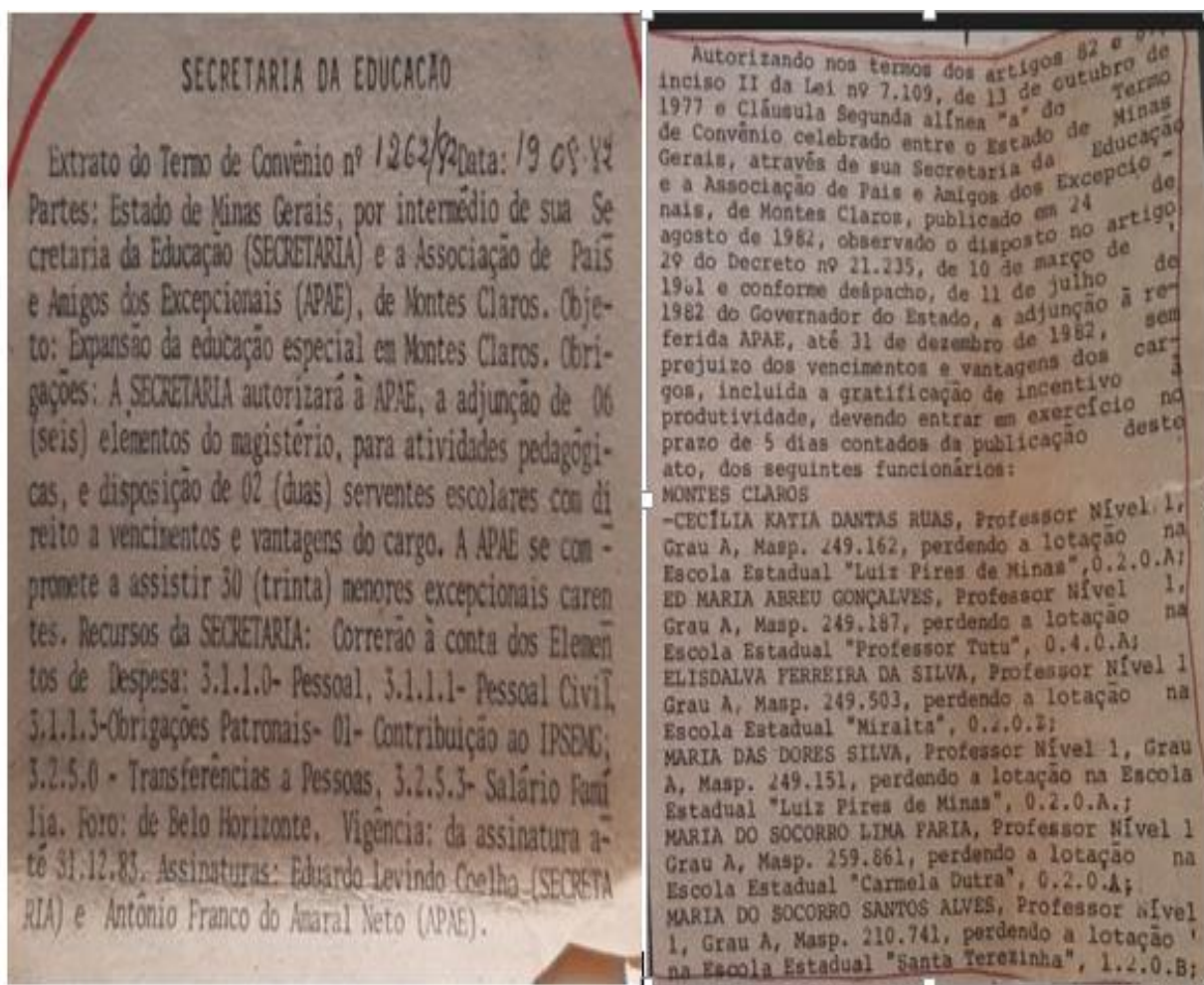
---

<sup>23</sup> Empresa do ramo de automóveis que está localizada na cidade de Montes Claros.

divididos de acordo com a idade e o nível de desenvolvimento. No segundo semestre do mesmo ano, as atividades foram transferidas para o turno da manhã, mas essa mudança não foi bem-sucedida devido às dificuldades dos alunos em acordar cedo. Portanto, a escola retornou ao período da tarde, dividindo os 30 alunos em cinco turmas (Relatório das atividades da escola da Apae, 1982).

O relatório também menciona as atividades oferecidas aos “excepcionais”. Segundo Maria Celeste Pires Ribeiro (Entrevista, 2023), as atividades focavam na psicomotricidade e nos relacionamentos, a intenção inicial não era alfabetizar. Para alcançar os objetivos de integração do público atendido, eram realizadas atividades de socialização, higiene pessoal, identificação de objetos e cores, desenho, música, teatro, entre outros. A Figura 10 apresenta a publicação no jornal sobre o convênio com a Secretaria de Educação:

Figura 10: Convênio com a Secretaria Estadual de Educação em 1982



Fonte: Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (Apae)

A Apae estabeleceu um convênio nº 1262 de 19 de agosto de 1982 com a Secretaria de Educação Estadual (Figura 10), que contratou mais seis professoras e dois serventes para

melhor atender aos alunos. Esses convênios com instituições governamentais foram de grande relevância para a Apae, visto que a entidade não possuía recursos próprios para custear a contratação de professores e demais funcionários.

A professora Maria Celeste relata que “[...] a escola era pequena, só com psicóloga, ela dava treinamento pra gente. Íamos lá até no sábado. Tinha treinamento, aí depois nós fomos participando dos congressos” (Maria Celeste Pires Ribeiro, entrevista, 2023). As professoras contratadas e conveniadas da prefeitura e do estado não tinham, nessa época, formação para trabalhar com pessoas com deficiências. Tinham formação de Magistério e geralmente vinham de escola regular de ensino. Muitas não tinham o conhecimento do que era e como funcionava uma escola especial, como no caso da Apae. Maria Celeste Ribeiro (Entrevista, 2023) explicita: “Na época que eu entrei lá, eu nem sabia o que era a Apae, que pra mim foi uma surpresa até eu chegar lá”. É relevante destacar ,que nesse período, não havia formações específicas sobre as deficiências na cidade de Montes Claros.

Ainda em 1982, visando expandir o número de salas e melhorar as instalações, o presidente da Apae solicitou ao presidente do Sesc/Senac, Newton Veloso, ajuda financeira para a construção de mais duas salas na escola. No dia 07 de maio, a entidade recebeu um cheque no valor de Cr\$ 100 mil (Cem mil cruzeiros) para iniciar as obras. As parcerias com empresas, órgãos e entidades filantrópicas continuavam crescendo, o que possibilitavam, também, a expansão dos atendimentos da Apae.

Em maio de 1982, voluntários da Legião Brasileira de Assistência (LBA) realizaram um pedágio em prol da entidade para arrecadação de recursos. Esses pedágios consistiam em abordar as pessoas nas ruas, explicar sobre a entidade, solicitar doações e oferecer brindes aos doadores. O *Lions Club*, outra entidade filantrópica sempre presente na história da Apae, também organizou pedágios em seu benefício, com o objetivo de instalar portões na sede. Com as ações da Apae se expandindo pela cidade, mais pessoas começaram a colaborar financeiramente (Jornal de Notícias, n.d).

Ao longo de 1982, foram realizadas diversas atividades, tanto para o crescimento da entidade, quanto para com o atendimento educacional. No mês de agosto, o empresário Marcos Guimarães, do meio artístico local que promovia festas e shows na cidade, trouxe a atriz Elke Maravilha para uma sessão especial de estreia do filme “Num Lago Dourado”, no antigo cinema Cine Montes Claros. O empresário, em parceria com a Apae, convidou a população a comparecer à estreia, pois a renda seria revertida para a entidade em apoio às pessoas com

deficiência (Jornal do Norte – Montes Claros, 05/08/1982). Marcos Guimarães também esteve envolvido em outros projetos para arrecadar fundos para a Apae, como peças teatrais, durante esse período.

Ainda sob a gestão de Antônio Franco de Amaral Netto (1981- 1983), houve uma apresentação do Grupo de Teatro Vidinha no Centro Cultural (CEC) da cidade, com a peça “Fernão Bolão”, contando com a participação de várias crianças com deficiência assistidas pela Apae. O autor do texto da peça, o empresário Marcos Guimarães, em parceria com a Apae, convidou toda a comunidade para assistir à peça, com a renda revertida para a expansão das instalações da instituição. A peça foi um sucesso, contando com a participação de 31 crianças da entidade, e narrava a história de um velho palhaço que compartilhava momentos marcantes de sua vida. Embora voltada ao público infantil, a peça também cativou os adultos (Fragmento de Jornal nos arquivos da Apae, 2023)<sup>24</sup>.

No ano 1983, a escola da Apae enfrentava situações difíceis. Não havia merenda escolar para atender os alunos, tampouco cadeiras e mesas em quantidade suficiente. Em uma matéria publicada pelo Jornal de Montes Claros em 02 de maio de 1983, a diretora Cecília Kátia Dantas Ramos relatou diversos problemas enfrentados pela instituição. A reportagem destacava a necessidade de apoio da comunidade para a manutenção da entidade, uma vez que os recursos eram escassos e as despesas excediam o orçamento, especialmente os gastos elevados com combustível para o transporte dos alunos.

O jornal do Norte de 26 de abril de 1983, registra uma outra doação de um terreno para a Associação dos Amigos dos Excepcionais de Montes Claros. O empresário Walduck Wanderley, presidente da Cowan, sensibilizado com as dificuldades que a Apae estava passando, doa um terreno já com construção, na zona rural da cidade de Capitão Enéas.

Nesse processo de implantação e busca dos meios necessários para a consolidação de seu projeto, os gestores da Apae procuravam ser criativos na organização de eventos para dar visibilidade à instituição e envolver a comunidade local. Em 19 de agosto de 1984, foi realizada a Semana Nacional da Criança Excepcional. Durante o evento, alunos e familiares participaram de atividades e palestras educativas, buscando consolidar internamente a relevância dos trabalhos realizados. Além disso, a instituição recebeu visitas de pessoas externas, como os

---

<sup>24</sup> Embora os arquivos da instituição possuam uma gama de fragmentos e recortes de jornais que contam parte da história e ações da Apae, os mesmos encontram-se em má estado de conservação e alguns não constam a fonte e a data da publicação.

alunos do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez, em uma programação aberta à comunidade em geral. Essa iniciativa estava alinhada à metodologia geral da instituição.

As informações obtidas na leitura das fontes indicam que os esforços de mobilização realizados de 1981 a 1983 produziram resultados, o que produz ânimo e vontade de continuar semeando o bem. Em 1984, houve um relevante aumento na quantidade de pessoas trabalhando na Apae. Havia mais de 15 funcionários, entre eles, professoras cedidas pela prefeitura, contratadas da Apae, professoras do convênio com a secretaria estadual de ensino, psicóloga, serventes, motorista, o presidente da época e pessoas envolvidas na gestão que trabalhavam voluntariamente.

As transformações são observadas nos anos seguintes e o processo de consolidação apresenta indícios de consideráveis avanços. A partir do ano de 1985, a Apae inicia uma fase de crescimento e de grandes melhoras estruturais, já em uma nova gestão. Nos registros citados, a Apae elege como presidente Enos Rocha, tendo como vice-presidente Lenir de Abreu. Essa nova gestão inicia seus trabalhos na instituição em 1985 e consegue se reeleger em 1987 indo até 1989. Lenir de Abreu, que ocupou o cargo de vice-presidente de 1985 a 1989, foi presidente de 1992 a 2002 e, em 2004, retornou como vice-presidente por mais um mandato. Ele foi o primeiro pai de um “excepcional” a tomar posse como presidente e participou efetivamente da consolidação da Apae, colaborando para complementar as fontes documentais desta pesquisa.

Uma instituição mantida por colaboradores voluntários requer ações constantes por parte de seus gestores com a finalidade de manter o apoio existente, encontrar novos colaboradores para substituir eventuais desistências e ampliar o quadro de colaboradores para atender às novas demandas decorrentes do crescimento. As dificuldades enfrentadas pela instituição, frequentemente, exigem a elaboração de novas estratégias para buscar apoio da comunidade, de instituições filantrópicas, empresas e órgãos públicos. A divulgação dos projetos institucionais e a percepção da necessidade de melhorias no atendimento das pessoas com deficiência devem alcançar a sociedade de forma persuasiva, promovendo, desse modo, seu engajamento ( T. Mendes, 2003).

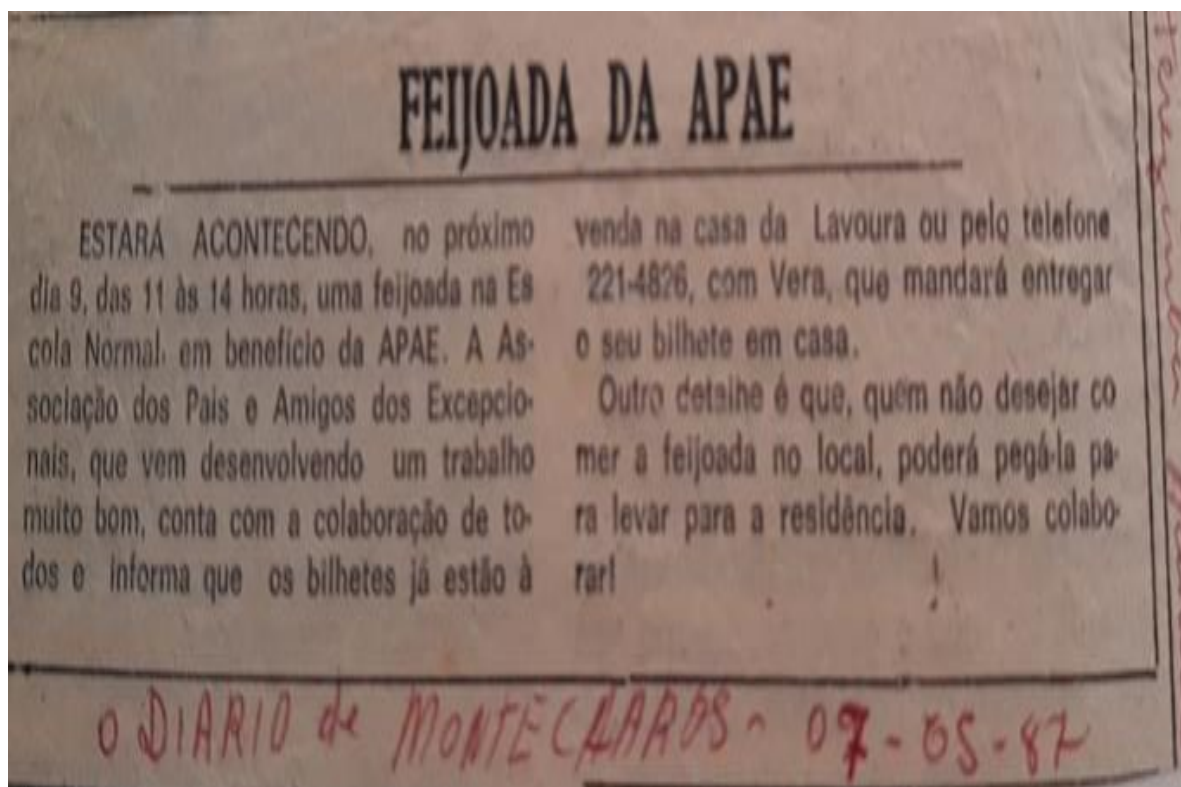
A Escola Cirandinha da Apae funcionava como um espaço de socialização e planejamento da vida diária, onde os alunos aprendiam rotinas e habilidades essenciais para o seu desenvolvimento. A intenção era preparar os alunos para a alfabetização de acordo com os princípios da “educação especial”, visando uma melhor preparação para a inclusão. Nesse

período, a escola da Apae contava com oito professoras pagas pelo convênio com a secretaria estadual de educação e duas cedidas pela prefeitura, para atender 35 alunos matriculados.

Uma outra perspectiva do momento era a de manter o atendimento permanente na área da saúde, visto que até então havia apenas um profissional que prestava serviços de forma voluntária. Além disso, buscava-se consolidar o atendimento de fisioterapia, fonoaudiologia, psicologia e serviço social. Nesse sentido, surgiu a iniciativa de angariar recursos financeiros para montar uma clínica médica na unidade.

Embora a estrutura física estivesse crescendo e a quantidade de alunos matriculados aumentasse, não havia recursos disponíveis para contratar mais professores e profissionais da saúde, nem para montar a clínica. Assim, a classe artística iniciou uma parceria por meio de eventos para arrecadar fundos para a Apae. Em 9 de julho de 1987, no Teatro Auditório do Centro Cultural Hermes de Paula, ocorreu a estreia de uma peça teatral intitulada “Toalhas Quentes”, em que metade do valor da bilheteria foi destinado à instituição. Neste mesmo ano, ocorreu uma feijoada beneficente na Escola Normal com o intuito de angariar recursos.

Figura 11: A divulgação da feijoada beneficente em prol da Apae



Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (Apae)

Uma notícia publicada no Diário de Montes Claros, um importante órgão da imprensa local da época, destacou o evento exposto na Figura 11. Nele, foi mencionado o espaço cedido

pela Escola Normal e a venda de ingressos por um estabelecimento comercial da cidade, que se dispunha a entregar em casa aqueles que foram adquiridos por telefone.

Devido ao aumento das parcerias com instituições filantrópicas, empresas e órgãos públicos, mencionadas anteriormente, a Apae começou a ganhar visibilidade no município e atrair os olhares da comunidade. Diversas empresas e voluntários começaram a participar do processo de consolidação da entidade. Ao longo da década de 1980, as estratégias de criação da imagem da Apae como uma instituição essencial para o bem comum, especialmente das pessoas com deficiência, foram eficazes no alcance de seus objetivos, conforme evidenciado pelas respostas de diversos setores da sociedade como o empresariado da cidade, entidades filantrópicas, além de pessoas físicas e da classe política. Todos estavam envolvidos para a promoção de ações de desenvolvimento da PcD enquanto ser humano capaz de realizar diversas tarefas, como qualquer outro ser humano, desde que orientados e incentivados, de forma adequada.

A partir das fontes analisadas como recortes de notícias de jornais, portanto, observam-se diversas ações relacionadas ao voluntariado filantrópico. Foram realizados pedágios voluntários por várias instituições e pessoas físicas, como *Lions Clubs* e *Elos Clube*, além de pedágios organizados por grupos de motociclismo. A loja Maçônica Deus e Liberdade doou materiais escolares para os alunos, e também foram realizados shows com cantores regionais da época, como Tião Boi e Wanderdaick Fernandes (Magnus Medeiros, 1987). O objetivo dessas ações era ajudar a Apae a se fortalecer financeiramente e estabelecer-se na cidade. A relevância da instituição tornou-se consensual no imaginário local, ampliando o alcance da sensibilização em diversos setores da sociedade que se engajaram no projeto. Em Montes Claros, foi notável a contribuição dada por essa instituição à sociedade, especialmente a população que fazia uso dos recursos fornecidos pela Apae.

Nos registros do Jornal do Norte em 25 de agosto de 1989, encontramos o momento em que acontece a Semana do Excepcional na cidade. Vale destacar que a Semana Nacional do Excepcional teve início em 1963 pela Federação Nacional das Apaes (Fenapae), com o objetivo de disseminar o conhecimento sobre as deficiências e suas características para a sociedade. A partir de 2017, o evento passou a ser denominado Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, conforme estabelecido pela Lei nº 13.585, de 20 de dezembro de 2017, que “institui a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla” (Brasil, 2017, p. 1). O objetivo da ação, porquanto, era de conscientizar a sociedade a respeito das

deficiências e das dificuldades que a Apae encontrava para realizar melhores atendimentos à PcD e aos seus familiares.

Na Figura 12, Lenir de Abreu, está sentado na praça da Matriz com diversos alunos e o seu filho Guto, na semana do Excepcional.

Figura 12: Semana do Excepcional da Apae de Montes Claros



Fonte: Arquivo pessoal do Ex-presidente da Apae, Lenir de Abreu (1989)

No dia 27 deste mês inicia-se uma exposição dos trabalhos feitos pelos alunos na instituição, aconteceram também, desfiles nas ruas da cidade, concurso de redação no auditório da Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro (Escola Normal), e por fim acontece um dia de rua de lazer na praça Flamarion Vanderley com a colaboração da secretaria municipal de cultura.

O fim da década de 1980 e início da década de 1990 foi de grande progresso para a instituição. O “projeto” Associação de Pais do Amigos e Excepcionais da Cidade de Montes Claros já era visto como consolidado, apesar de ainda passar por diversas dificuldades (Lenir de Abreu, entrevista, 2023).

Considerando a ampla demanda de pessoas com deficiência, necessitadas dos serviços ali prestados, ainda nesse período, a Apae considera necessário ampliar espaço e aumentar o número de alunos, porém sem transporte para os alunos, isso não era possível acontecer. A Apae ganha então um ônibus no início da década de 1990, que suporta 60 crianças com a

parceria da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (Amams), sob a presidência de Arlen Santiago, e da empresa Transnorte, por meio do seu superintendente Henrique Sapori. Posteriormente com a melhoria das condições houve a oportunidade de a Apae comprar um novo ônibus, pois a quantidade de alunos havia crescido muito, mais de 200. De acordo com Lenir de Abreu (Entrevista, 2024), foi comprado um segundo ônibus, pois com tantos alunos, se um quebrasse não teria como buscá-los em casa e os pais não tinham condições de levá-los.

Em 1991, na escola da Apae, foram realizadas atividades de artes, escrita e linguagens, matemática e oficinas para reciclagem de material para os alunos. Eles também participaram de datas comemorativas, como: carnaval, páscoa, Dia das Mães, festas juninas, Dia dos Pais, semana do excepcional, folclore e Natal. Houve também oficinas e exposições de trabalhos realizados pelas mães dos alunos, além de palestras e estudos com um psicólogo (Entrevista de Lenir de Abreu, 2023).

No documento (Relatório anual da Apae de dezembro de 1991), foram descritos diversos atendimentos oferecidos na área da saúde para alunos, familiares e a comunidade. Na psicologia, houve diagnósticos individuais para alunos novatos e entrevistas com pais para anamnese. A enfermagem prestou cuidados como administração de medicação, higiene e curativos, além de suporte na vigilância dos estudantes. O atendimento médico incluiu consultas, laudos, diagnósticos e palestras sobre prevenção de condições excepcionais. No setor social, visitas domiciliares foram realizadas para renovar matrículas e avaliar a situação socioeconômica das famílias, abrangendo informações sobre o aluno, sua família, diagnóstico, medicação, e condições financeiras e de instrução.

Em 24 de outubro de 1991, por meio da resolução 6.900 no livro nº 01, folha 06-verso, sob o nº 004 constando o registro de pré-escola, funcionando na rua Dois nº 390, bairro Jaraguá I (Regimento Escolar, 2022). A Escola Cirandinha foi registrada em cartório, estando legalmente habilitada para atuar na pré-escola, conforme exigências do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação. Suas atividades continuaram a crescer e nos anos subsequentes intensificaram-se, com campanhas frequentes em prol da Apae. Na década de 1990, o número de alunos aumentou consideravelmente, e em 1992 a Apae já atendia cerca de 120 alunos, contando com o apoio financeiro da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e dos recursos doados pelos voluntários.

No ano de 1997, o nome foi alterado para “Núcleo Educacional Expansão e Educação Especial”, com autorização para funcionar com o ensino fundamental, por meio da Portaria nº

341/98 e Parecer de nº 1220/97, sendo mantida pela Apae, uma sociedade civil sem fins lucrativos. É importante mencionar que, no início da Apae, mesmo os indivíduos com idade mais avançada eram tratados como “crianças”, e o foco da instituição era totalmente voltado para o Ensino Infantil e a socialização.

No final da década de 1990, durante a gestão de Lenir de Abreu, marcada por seu voluntarismo e filantropia, foram ampliados os convênios com órgãos públicos, como a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria Municipal, resultando no aumento do número de professores. Além disso, houve a celebração de convênios com o Sistema Único de Saúde (SUS) para fornecer atendimento médico e multiprofissional na clínica, bem como a implementação do projeto Casa Lar (Entrevista de Lenir de Abreu, 2023).

Figura 13: Relatório das atividades desenvolvidas em 1999 na Apae de Montes Claros

<b>Relatório das atividades pedagógicas desenvolvidas em 1999 na APAE de M. Claros</b>			
<b>Dados da clientela atendida</b>			
<b>N.º de alunos</b>	206		
<b>Alunos atendidos</b>	<b>Sexo</b>	masculino	98
		feminino	108
<b>Faixa etária da clientela</b>		0 a 2 anos	06
		3 a 6 anos	36
		7 a 14 anos	82
		14 a 18 anos	50
		acima de 18 anos	32
<b>Tipos de deficiência</b>			
			89
			15
			07
			01
			41
			24
			10
			08
			05
			03
			03
<b>Formas de atendimento</b>			
			80
			148
			30
			206

Fonte: Documentos analisados na Apae (2023)

O documento “Relatório das atividades pedagógicas desenvolvidas em 1999 na Apae de Monte Claros” na figura 13 acima, mostra que a Apae crescia em quantidade de alunos e em

atendimento de todas as áreas. No início do ano de 2000, a instituição já estava em um processo assertivo da sua consolidação, embora persistissem dificuldades e desafios, reconhecidos pelos relatos dos entrevistados dessa pesquisa.

No que diz respeito ao conhecimento e tratamento das pessoas com deficiência em Montes Claros, assim como em todo o mundo, as famílias que tinham membros com problemas mentais tendiam a escondê-los dentro de casa e excluí-los de qualquer contato social. Em algumas famílias da cidade, que tinham melhores condições financeiras, os membros com deficiência mental eram enviados para hospitais psiquiátricos na região metropolitana de Belo Horizonte. Em casos mais graves e agressivos, as pessoas com deficiência eram encaminhadas para hospitais como o de Barbacena (MG), conforme relatado por Lenir de Abreu (Entrevista, 2023). Outra situação enfrentada pelas pessoas com deficiência na época era a questão dos órfãos. Quando os pais dos alunos faleciam, eles muitas vezes ficavam abandonados e entregues à própria sorte, já que não tinham condições mentais para cuidar de si mesmos. Aqueles que não tinham recursos financeiros ou perdiam suas famílias, principalmente os pais, eram frequentemente encaminhados para a Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor (Febem). “A Febem<sup>25</sup> de deficiente não era a Febem de delinquentes não” (Lenir de Abreu, entrevista, 2023).

Diante de denúncias de maus-tratos aos internos, o juiz determinou que acontecessem fiscalizações intensas nas unidades das Febems em toda a região de Belo Horizonte. A partir de então, unidades começam a fechar e internos são transferidos para outras instituições, como a Apae-BH, desempenhando um papel crucial ao acolher essas pessoas, oferecendo condições de atendimento e cuidados. No ano de 1997, as Apaes de Minas Gerais iniciaram uma parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho de Assistência Social, da Criança e do Adolescente (Setascad), atual Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Criança e Esporte (Sedese), e começaram a receber esses ex-internos das Febems<sup>26</sup>, geralmente aqueles que não tinham vínculos familiares, autonomia e condições de autossustentabilidade. Assim, surgiu o projeto Casa Lar da Apae, segundo Lenir de Abreu (Entrevista, 2023).

---

<sup>25</sup> Em 1964, a Lei Federal nº 4.513 instituiu a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem). Na década de 1970, surge em Belo Horizonte o Centro Educacional do Horto, conhecido como Febem do Horto, destinado a abrigar menores em situação de risco. Em 1976, é criado o Programa de Centro Integrado de Atendimento ao Menor (Ciame), visando implementar métodos pedagógicos de educação, socialização, recreação e formação profissional para os menores atendidos na instituição e suas famílias.

<sup>26</sup> Em 21 de junho de 2006, o Governo do Estado de Minas Gerais, através do Decreto nº 44.327/2006 extingue o funcionamento das Febems, assinado pelo Governador Aécio Neves em uma cerimônia no Palácio da Liberdade.

Após conhecer o Projeto Casa Lar, Lenir de Abreu expressou a intenção de construir 10 Casas Lares, seguindo o modelo das Apaes da região metropolitana de Belo Horizonte, para abrigar os alunos da Apae de Montes Claros que haviam perdido seus familiares e não tinham um lar para morar. Além disso, a proposta era trazer os ex-internos das Febems da região que ainda estavam sendo atendidos fora da cidade, utilizando um terreno doado pela Cowan que estava localizado na zona rural, próximo à entrada de Capitão Enéas.

No entanto, de acordo com as regras da Federação das Apaes, não era permitida a construção de uma Apae fora do município de origem que era a cidade de Montes Claros. Para contornar essa restrição, a Apae conseguiu realizar a troca do terreno na zona rural de Capitão Enéas por outro dentro do município, na zona rural próximo ao Parque Estadual da Lapa Grande, por meio de uma doação feita por um fazendeiro. Essa doação foi devidamente legalizada e transferida para o nome da Apae de Montes Claros, conforme aponta Lenir de Abreu (Entrevista, 2023).

No entanto, a construção das Casas Lares não foi realizada conforme planejado, trazendo prejuízos para os estudantes que frequentavam às aulas. Em vez de construírem as Casas Lares, foram alugadas duas casas que abrigaram doze alunos, seis em cada casa. Cada uma dessas casas contava com uma Mãe Social, responsável por cuidar dos residentes e fornecer afeto materno e familiar. As Mães Sociais são pessoas selecionadas para esse papel, recebendo remuneração e contando com capacitação e apoio técnico, tanto das organizações não governamentais que as contratam quanto do governo do Estado (Lenir de Abreu, entrevista, 2023).

No ano de 1998, a Apae de Montes Claros firmou o convênio de nº 136/98 com a Secretaria de Estado de Trabalho, Assistência Social e do Adolescente (SUCAD). A primeira cláusula do convênio tinha como objetivo apoiar a Apae no atendimento de 8 crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, transferidos do Centro Educacional Mário Casassanta de Lagoa Santa (MG), por meio do programa Casa Lar, em conformidade com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Posteriormente, a Setascad passou a ser chamada de Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese). De acordo com a tese de doutorado de Lenir de Abreu, intitulada “Nossa Casa - Um lar para receber nossos filhos portadores de necessidades especiais quando nós lhes faltarmos”, a Apae recebia da Sedese uma quantia de 6 mil reais (Abreu, 2008, p. 121-123).

Os ex-internos foram acolhidos na Casa Lar da Apae de Montes Claros e matriculados na escola da Apae. A professora Maria Celeste Ribeiro (Entrevista, 2023) destacou a intensa mobilização dos funcionários para ajudar na formação da Casa Lar, incluindo a compra de móveis e utensílios domésticos. A professora Rosângela Lopes Veloso relatou que quando o presidente da Apae, Lenir de Abreu, foi a Belo Horizonte buscar os ex-internos, todos ficaram apreensivos, pois haviam ouvido notícias de que seria desafiador devido à história dos métodos de tratamento que eles recebiam na Febem.

A professora explica, então, que, ao chegarem na Apae, eles “cuspiam no alimento e comiam como se estivessem famintos” Rosângela Lopes Veloso (entrevista, 2023). Os que continuaram na Apae foram sendo atendidos com a escolarização e formação profissional e, também, eram atendidos na Casa Lar. Alguns dos atendidos conseguiram a ressocialização. Depois de algum tempo na Apae, eles começaram a se integrar à sociedade, trabalhando e alguns se casaram e, até nos dias de hoje, possuem contato com alguns funcionários antigos da Apae.

Atualmente, a Casa Lar ainda existe, com a mãe social atendendo os estudantes da Apae que foram envelhecendo e perderam as suas famílias. A ideia da Casa Lar implica na construção de um espaço o mais próximo possível de um lar comum, em que seus moradores sintam-se acolhidos e pertencente à uma família. Oferece, então, segurança e socialização, uma vez que os problemas apresentados são sanados por profissionais capacitados, que direcionam os conflitos e harmoniza as convivências.

O Projeto Casa Lar funciona desde 1998, em casas alugadas, com o objetivo de atender os estudantes da Apae que não têm as suas famílias e vivem em situação de vulnerabilidade social. Atualmente ela possui 8 residentes e a Mãe Social, contando com o apoio da mantenedora Apae. No que se refere ao terreno, que era para ser construído as 10 Casas Lares, Lenir de Abreu (Entrevista, 2023) afirma que não tem conhecimento do que foi feito do mesmo após a sua saída da gestão da Apae.

Em 2010, a Apae comemorou os 40 anos de sua fundação. Nesse ano, uma nova gestão assumiu, liderada por Ana Paulina de Abreu, eleita pelos pais e pelos próprios alunos, marcando a primeira eleição com a participação dos alunos. Durante esse ano de celebração, a Apae participou de diversas ações, como a disputa da Liga Nacional de Vôlei. O time de Montes Claros destinou os recursos arrecadados para a instituição, além de oferecer aos alunos a oportunidade de assistir aos jogos gratuitamente.

Na figura 14, a seguir, há descrição de ações realizadas em comemoração da fundação da Apae, a instituição registra parte de sua história em um livro, constando fotos das diversas fases da sua construção.

Figura 14: Livro de comemoração dos 40 anos da Apae de Montes Claros



Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (Apae).

Em 2010 a Apae participa da III Paraolimpíadas Atletas do Século XXI, realizadas no Sistema Social do Comércio (Sesc) na cidade de Montes Claros. Os alunos conquistaram medalhas de 1º lugar em diversas modalidades esportivas. Nesse mesmo período, ocorreu o primeiro casamento entre alunos. Fábio da Silva, 29 anos, e Graciele Machado Sampaio foram os primeiros “excepcionais” a oficializarem uma união matrimonial (Jornal Norte de Minas, 20 de agosto de 2010). Esses eventos contribuíram para mudar a percepção da sociedade em direção a Apae, destacando sua importância e o potencial de seus alunos (Jornal Ronco do Motor, 10-17 de dezembro de 2010). Foram a partir dessas ações e participações de eventos da sociedade que instituição colocava-se a frente para o seu reconhecimento (Entrevista de Nária Gomes Lopes Costa, 2023).

No ano de 2011, a Apae de Montes Claros alcançou uma divulgação em nível nacional. Um professor de biologia da cidade, André Ricardo Martins, de 37 anos, que teve uma filha com síndrome de Down, a qual faleceu com 27 dias de vida, decidiu se voluntariar e ficou sensibilizado com as condições do ônibus que transportava as crianças da instituição. Ele gravou um vídeo para o quadro “Lata Velha” do apresentador de TV Luciano Huck, buscando apoio para reformá-lo (Jornal Super Notícia/ Belo Horizonte, 2011). O vídeo ganhou o primeiro lugar, e após 4 meses de espera, o ônibus foi reformado e passou a levar, até os dias atuais, o

nome da filha do professor, Maria Vitória. Esse evento gerou uma ampla divulgação da Apae na cidade.

Os efeitos dessa visibilidade e da imagem da instituição perante a sociedade foram considerados fatores de fundamental importância para a eleição do professor André Ricardo como vereador em Montes Claros, conforme uma reportagem do G1 de 12 de outubro de 2012 constada na Figura 15: “Ele reconhece a importância da aparição no programa de TV para sua eleição como vereador. André teve 3.142 votos, os quais, segundo ele, foram conseguidos sem muitos investimentos financeiros”. Esse episódio evidencia como a divulgação nacional da Apae e o reconhecimento de sua importância social influenciaram diretamente a vida dos envolvidos, tanto na instituição quanto na esfera política local (Entrevista de Nária Gomes Lopes Costa, 2023).

Figura 15: Pedido de reforma para ônibus da Apae



Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (Apae).

No dia 6 de julho de 2015, foi promulgada a Lei 13.146, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que garantiu às pessoas com deficiência condições de igualdade no sistema educacional. Embora a inclusão fosse o objetivo da escola especial, como é o caso da

Apae, o Estatuto definiu uma abordagem de inclusão de pessoas com deficiência dentro do sistema regular de ensino (Brasil, 2015), sem, contudo, munir os espaços físicos e os profissionais da educação dos aparatos imprescindíveis para o trabalho com a PcD, que necessita de metodologias apropriadas e acessibilidade para transitar nos espaços escolares.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência é um avanço significativo na luta pelos direitos humanos e pela inclusão social, buscando eliminar barreiras e promover a participação plena e efetiva das pessoas com deficiência em todas as esferas da sociedade. É fato que o sistema educacional brasileiro, ainda, não está preparado para cumprir o prescrito nessa legislação sobre a inclusão da PcD no ensino regular, no entanto essa é uma realidade e deve ser enfrentada com responsabilidade por todos os profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

De acordo com Lenir de Abreu (Entrevista, 2023), na Apae, não houve uma corrida dos pais para transferir os alunos. Alguns pais procuraram a instituição para obter mais informações, e uma minoria retirou seus filhos da escola. A professora Edna Albuquerque Oliveira (Entrevista, 2023) observou que os alunos que foram transferidos para a escola regular “retornavam”.

A professora afirma que “a Apae era uma escola muito bem vista”, então os pais tinham grande confiança no trabalho dos profissionais envolvidos (Entrevista de Edna Albuquerque Oliveira, 2023). A professora Rosângela, também, relata que os alunos se sentiam mais acolhidos pela Apae (Rosângela Lopes Veloso, entrevista, 2023). Esses relatos sugerem, portanto, que, apesar da nova legislação promover a inclusão no sistema regular de ensino, a Apae, ainda, era vista como uma instituição de confiança e acolhedora pelos pais e alunos.

A Apae em Montes Claros-MG, desde a sua fundação, mesmo com os percalços enfrentados na sua primeira década de existência, procurou comunicar à sociedade local as dificuldades enfrentadas pelo seu público-alvo e a necessidade do engajamento individual para amenizar as referidas dificuldades. Assim, construiu-se um determinado imaginário por meio das propagandas e atividades que deram visibilidade às suas ações. Esta foi, inclusive, uma estratégia para a sua própria continuidade e consolidação.

O Quadro 4, a seguir, fornece o nome dos presidentes e vice-presidentes eleitos até a atualidade. Percebe-se que os registros mostram a gestão da década de 1970, posteriormente somente há registros de diretoria eleita após o ano de 1981.

Quadro 4: Presidentes e vice-presidentes da Apae de Montes Claros

<b>Ano de início e fim da gestão</b>	<b>Presidente</b>	<b>Vice-presidente</b>
1970 - 1981	José Gomes de Oliveira	Juarez Gomes de Oliveira
1981 - 1983	Antônio Fraco de Amaral Neto	Geraldo Ruas de Abreu
1983 - 1985	Juarez Gomes de Abreu	_____
1985 - 1987	Enos Rocha	Lenir Abreu
1987 - 1989	Enos Rocha	Lenir Abreu
1990 - 1992	Gustavo Tomás de Aquino e Paulo Douglas	Eduardo Marques e Márcia Ribeiro
1992 - 2000	Lenir Abreu	Ana Paulina de Abreu
2000 - 2002	Lenir Abreu	Manoel Gonçalves Piedade
2002 - 2004	Manoel Gonçalves Piedade	Luiz Gonzaga de Oliveira
2004 - 2007	Luiz Gonzaga de Oliveira	Lenir de Abreu
2008 - 2010	Ana Paulina de Abreu	Mara de Castro Machado
2011 - 2013	Ana Paulina de Abreu	Eliete Veloso Silva e Oliveira
2014 - 2016	Eliete Veloso Silva e Oliveira	Lenir de Abreu
2017 - 2019	Eliete Veloso Silva e Oliveira	Silvano Gonçalves Pereira
2020 - 2022	Silvano Gonçalves Pereira	Miriam Ribeiro
2023 - 2025	Ana Luiza de Souza	Miriam Ribeiro

Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos analisados (2023).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais passou por 13 gestões até o período do recorte temporal, contabilizando 11 presidentes e 10 vice-presidentes, em que alguns participaram de mais de uma gestão. Cabe ressaltar, dessa forma, que a gestão da entidade se dá por meio de voluntariado e não recebem remuneração. É, pois, uma função que exige muito e não há retorno financeiro, o que pode representar razão para desmotivação, no entanto há quem não deixa de acreditar que é possível fazer algo pelo próximo.

Nesse viés, a Apae é associada à empatia e à compaixão, refletindo a dedicação de seus profissionais, voluntários e colaboradores. A associação se fundamenta, portanto, na ideia de que, por iniciativa de indivíduos sensíveis e solidários que se unem em torno de dificuldades

vivenciadas pelo semelhante, no caso específico, de pessoas com deficiência, é possível criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos (Estatuto da Apae Montes Claros, 2023).

A Associação<sup>27</sup> de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Montes Claros é uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, com estatuto registrado sob o número 16806, livro A22, e atualmente funciona na rua Alameda das Palmeiras, 390, bairro Jaraguá I. Conforme o Projeto Político Pedagógico da Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, 2012) e o Alvará de Localização e Funcionamento, a fundação legalmente documentada ocorreu em 7 de novembro de 1970, autorizada a funcionar por meio da Resolução nº 6.141, de 13 de setembro de 1973, disposto nos decretos nº 16.126, de 4 de março de 1973 e nº 16.187, de 2 de abril de 1974.

### 3.2.1 O telemarketing nas ações da Apae

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais instalou-se, assim, no imaginário social como uma fonte de esperança, atuando na sociedade, levando-a a repensar atitudes e a promover uma mudança cultural duradoura em relação à inclusão, em um contexto em que a pessoa com deficiência ainda não tinha os seus direitos reconhecidos como acontece atualmente. No caso brasileiro, tais direitos são reconhecidos de forma ampla na Constituição de 1988 e, no caso específico da educação, na LDBEN 9394/96, com seus desdobramentos posteriores. Ressalta-se, portanto, o pioneirismo da Apae no aspecto de luta pela promoção do direito e equidade da PcD.

É preciso reconhecer, entretanto, por se tratar de uma instituição histórica, que esteve sujeita às limitações de conceitos e práticas de cada etapa durante o seu período de criação e consolidação, passando por transformações de acordo com os novos conhecimentos, novas teorias no que concerne à Educação Especial. Trevisan (2019) faz alguns questionamentos:

Será possível conhecer uma sociedade lendo as imagens que ela cria? Ou antes, só é possível conhecer algo sobre as imagens conhecendo-se a sociedade na qual elas são criadas? Se há uma certeza sobre essas questões é que pouco nos valem da produção visual das sociedades para refletirmos sobre a vida e sobre as próprias imagens (Trevisan, 2019, p. 114).

---

<sup>27</sup> As associações são pessoas jurídicas de direito público ou privado, sem fins lucrativos, que formam-se pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. São regidas pelo código civil, Lei nº 10.406, de 2002, pela Constituição Federal e leis correlatas, que lhes garantem o direito à livre associação. Desta forma, essas instituições têm finalidade comum que defendem os interesses de determinado grupo social, portanto, são pessoas que se reúnem em prol de um objetivo comum, sem interesse de dividir resultados financeiros entre elas. Toda receita oriunda de suas atividades deve ser aplicada para o cumprimento dos seus objetivos estatutários.

Essa ideia sugere que a produção visual de uma comunidade pode fornecer *insights* significativos sobre seus valores, crenças e identidade cultural. As imagens podem refletir o modo como a sociedade percebe a si mesma e ao mundo ao seu redor. É inegável que o texto imagético apresenta coerência e coesão ao transmitir uma determinada mensagem, porquanto deve ser lido e interpretado, visto que pode e muito veicular o pensamento de um povo, argumentando para que a defesa de suas temáticas sejam aceitas ou, ao menos, discutidas, a fim de promover reflexões relevantes, dialogando com o contexto sociocultural em que circulam.

As estratégias adotadas para a construção desse imaginário, presentes ao longo de todo o período estudado, foram moldadas e viabilizadas por meio das transformações ocorridas em cada fase desse processo histórico. No final da década de 1990, em outubro de 1999, foi implementado na Apae o sistema de *telemarketing* (Teleapae). Até então, o conhecimento da sociedade sobre os projetos da Apae e seu público atendido era geralmente transmitido por voluntários, empresários e políticos envolvidos com a instituição.

A partir de 2000, a instituição iniciou uma fase de ampla divulgação para arrecadação de fundos para suas obras. As campanhas de *telemarketing* alcançaram uma grande parte da população. Naquela época, as chamadas eram feitas para os telefones fixos nas residências das pessoas, uma vez que ainda não havia telefones celulares e a internet em larga escala (Entrevista de Lenir de Abreu, 2023).

Para Maria Clarice Braga, coordenadora do *Telemarketing* da Apae,

*[...] o objetivo do telemarketing era arrecadação financeira para ajudar nos cursos da Apae, que nesse período, os professores participavam de cursos e palestras fora de Montes Claros sobre deficiências e, muitas vezes, arcavam com as despesas de viagem do próprio bolso. Como eram poucos, e havia atrasos nas verbas, o dinheiro arrecadado servia para pagar os funcionários do telemarketing e contribuía para a manutenção da escola (Entrevista de Maria Clarice Braga, 2023).*

A partir da arrecadação de fundos em maiores volumes financeiros por meio das ligações do Teleapae, a instituição passa fornecer o “Jornal da Apae”, um informativo que continha o número do Teleapae na perspectiva de uma ampla divulgação das suas ações para a sociedade, conforme a Figura 16, com as suas ações, eventos, festividades, cursos, entre outras, mensalmente.

Figura 16: Jornal informativo da Apae / abril de 2000

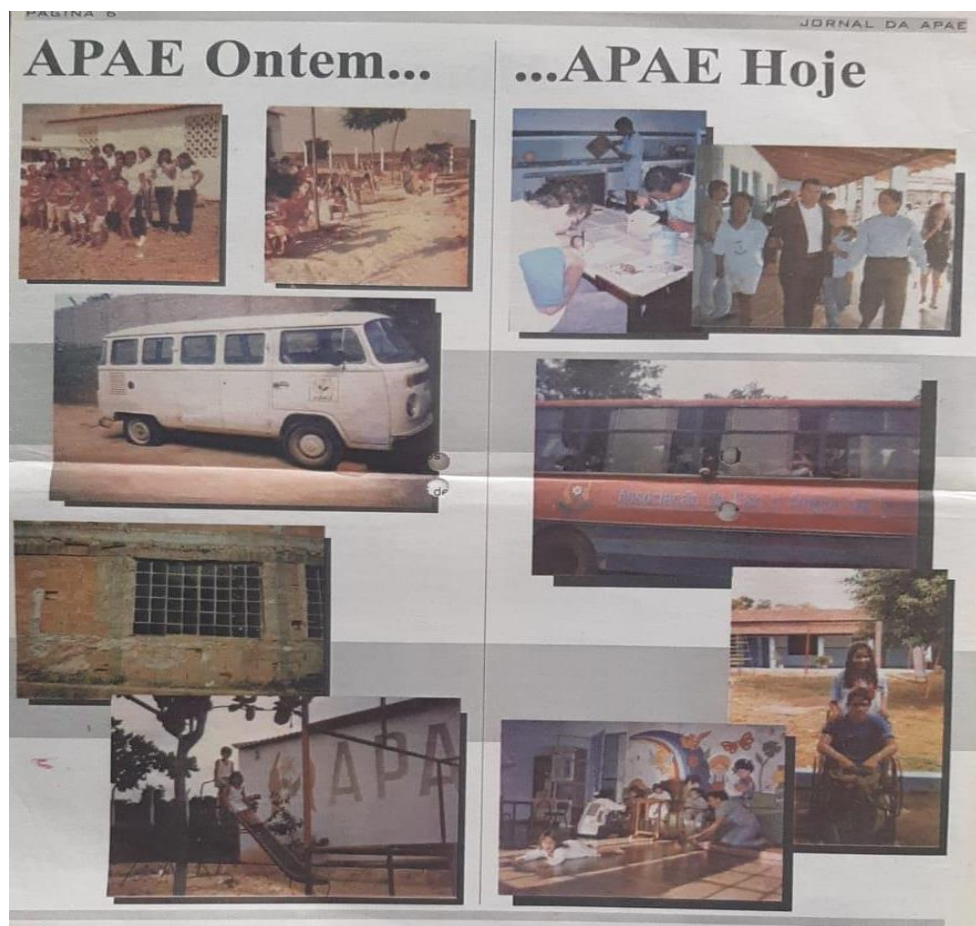


Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (Apae)

Conforme demonstrado nas manchetes dos jornais, a promoção da instituição por meio da propaganda crescia cada vez mais, visto que destacava as atividades e contribuições da instituição para os estudantes e, conseqüentemente, para a sociedade. A Apae ainda passava por dificuldades financeiras, mesmo com o aumento das verbas, pois havia crescido em número expressivo a quantidade de alunos e a estrutura, por conseqüência, necessitava de ampliação, a fim de melhor acomodar os assistidos e seus familiares (Entrevista de Maria Clarice Braga, 2023).

Na Figura 17, a seguir, o informativo em questão mostra a Apae prosperava e trazendo maiores benefícios para as pessoas com deficiências atendidas. Na página da “Apae ontem”, estava no início do seu funcionamento e ainda com instalações precárias. A “Apae de hoje”, têm-se uma instituição consolidada e com maiores estruturas para atender as pessoas com deficiências promovendo inclusão na vida dessas pessoas.

Figura 17: Jornal informativo da Apae / Abril de 2000



Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (Apae).

No ano de 2001, o Senado aprovou um Projeto de Lei nº 2286/99, através da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, que visava arrecadar fundos para as Apaes. Foi então criado um selo para a Semana Nacional da Criança Excepcional, que foi comercializado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Nesse ínterim, o Teleapae, continuava fazendo a parte da divulgação via telefone na perspectiva de maiores ganhos para ajudar nas obras. A sociedade já contava com mais acesso às informações e a Apae estava vivendo uma fase de mais aceitação e menos preconceito. Como afirma a funcionária do telemarketing Nária Gomes Lopes Costa (Entrevista, 2023), ao ligar para as pessoas, éramos bem aceitos, pois muitos já conheciam o trabalho da Apae ou pelo menos já tinham ouvido falar.

Em 2008, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) organizou estandes de entidades filantrópicas, como a Apae e a Fundação Sara, em sua sede, com o intuito de apresentar os trabalhos desenvolvidos por essas instituições aos funcionários. A finalidade dessa ação era que os funcionários doassem 6% do imposto de renda para as entidades

cadastradas, conforme prevê o Artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com a verba arrecadada, a Apae consegue executar a construção do teatro, ampliação da sala de fisioterapia, projeto de combate a incêndio, além da construção de mais sete salas de aula (Jornal de Notícias, 25 de novembro de 2008).

A percepção da sociedade sobre a imagem na Associação de Pais e Amigos dos excepcionais, na avaliação dos seus gestores, era positiva. A imagem de uma instituição benfeitora, servindo a uma causa relevante, cristalizava-se na sociedade local, motivando, inclusive, muitos cidadãos comuns a se tornarem voluntário mantenedores. Havia aqueles que eram doadores mensais e outros doavam quando o telemarketing ligava falando de uma ação ou uma obra que necessitava de dinheiro e sempre que a Apae conseguia executar a ação. O vínculo com os colaboradores era mantido por meio de agradecimentos formais, específicos, relatórios, imagens esses doadores eram convidados para participar da inauguração na própria sede (Nária Gomes Lopes Costa, entrevista, 2023).

### **3.3 Formação de professores em Educação Especial para a Apae**

A formação de professores em educação especial no Brasil passou por várias etapas e transformações ao longo do tempo, influenciada por mudanças sociais, políticas e educacionais. No início da década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 4.024 de 1961, aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (Brasil, 1961).

Nas leis 4.024/61 e 5.692/71, a educação especial não era prioritária: a lei de 1961 mostrava a falta de compromisso do ensino público com essa modalidade; a de 1971 mencionava apenas um tratamento especial a ser regulamentado pelos Conselhos de Educação, um processo que se prolongou durante a década. Essa abordagem evidenciava a pouca importância dada à educação especial nesse período. Contudo, essa legislação não abordou especificamente a formação de professores em educação especial de maneira detalhada. Na época, o enfoque principal estava na garantia do direito à educação para todos, incluindo as pessoas com deficiência, preferencialmente no sistema geral de ensino (Januzzi, 1992).

No período supracitado, as Legislações penitentes à pessoa com deficiências iniciavam as discussões no atendimento inclusivo, mas não havia discussões relevantes sobre a formação de docentes especificamente para atender ao aluno com deficiência. A formação exigida para a docência no atendimento à criança era o Magistério. O curso de magistério começou a ganhar destaque no Brasil na década de 1930. Em 1932, a Reforma Francisco Campos no governo de

Getúlio Vargas destacou a necessidade de formação de professores para a educação primária (Saviani, 2007). Esse período demonstra que, apesar das iniciativas legislativas e reformas educacionais, a formação de professores especializados para atender alunos com deficiência ainda estava em fase incipiente, revelando a necessidade de um avanço significativo nas políticas de formação docente inclusiva no Brasil.

Nesse contexto, cria-se também o curso de Pedagogia no Brasil com o Decreto-Lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939. Esse decreto organizou a Faculdade Nacional de Filosofia em quatro seções: filosofia, ciências, letras e pedagogia, além de estabelecer uma seção especial de didática. As seções de filosofia, ciências e letras incluíam diferentes cursos, enquanto a seção de pedagogia e a seção especial de didática consistiam cada uma em um único curso, cujo nome era o mesmo da seção. Assim, surgiu o curso de Pedagogia, inicialmente definido como um curso de bacharelado (Saviani, 2007).

Na década de 1960, algumas iniciativas para a formação na área de educação especial começaram a surgir em diversos estados do Brasil. Um exemplo significativo é o Rio Grande do Sul, onde, em 1962, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) deu início ao primeiro Curso de Extensão Universitária voltado para o atendimento à pessoa com deficiência. Esse curso foi um marco importante na formação de profissionais qualificados para atuar na Educação Especial no país (Deimling, 2013).

No curso de Pedagogia, inicialmente, não havia disciplinas e discussões específicas voltadas para a formação de professores em Educação Especial. A capacitação de professores para atender às necessidades de alunos com deficiências dependia de iniciativas de instituições filantrópicas e privadas. Essas instituições ofereciam cursos de extensão que buscavam proporcionar conhecimentos e habilidades específicas para profissionais interessados em atuar no campo da Educação Especial. Esses cursos de extensão surgiram como resposta às crescentes demandas por profissionais qualificados, refletindo uma atenção crescente às questões de inclusão e diversidade na educação.

Em 1963, a pae de São Paulo, fundada em 1961, faz uma campanha com o objetivo de se tornar conhecida, por meio da publicação no informativo “*Mensagem da Apae*” (Figura 18), divulgando um “curso de férias”, como o título: “*Curso de Orientação no Trabalho com a Criança Retardada*”. Geralmente, as mensagens eram divulgadas nas páginas finais do impresso.

Figura 18: Mensagem de divulgação de cursos para trabalho com criança retardada (Mensagem da Apae, 1963)

## CURSOS

### CURSO DE ORIENTAÇÃO NO TRABALHO COM A CRIANÇA RETARDADA.

Com a colaboração da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - de São Paulo e patrocinado pelo Serviço de Expansão Cultural da Secretaria da Educação de São Paulo, realizar-se-á um curso sobre "Orientação no Trabalho com a Criança Retardada".

Esse "Curso de Férias" será levado a efeito na Clínica Psicológica "Sedes Sapientiae", à rua Caio Prado, nº 102 e terá início no dia 4 de fevereiro vindouro; deverá abranger o período de 4 a 15 daquele mês, perfazendo um total de 10 dias úteis, com 30 aulas (3 aulas diárias no horário de 9 às 12h).

Do programa constam 10 aulas de Psicologia ministradas pelos seguintes professores:

Dr. Haim Grunspun  
Madre Cristina Maria  
Dr. Enzo Azzi  
Dra. Betti Katzenstein Schoenfeldt

10 aulas de Metodologia, pelos professores:

Prof. José Cactano Gomes  
Prof. Yolanda Bianco

10 aulas de Atividades diversas a cargo dos professores:

Prof. José Geraldo Massucatto

Fonte: *Mensagem da Apae* (1963, p. 13)

O texto de anúncio do curso de férias que foi realizado em 1963 demonstra o pensamento "atrasado" que inferiorizava a PcD ao considera-la "retardada", embora desejassem mudança, os profissionais da época não sabiam (alguns ainda não sabem) como lidar com a situação de trabalhar com crianças com deficiência. As nomenclaturas passaram, e ainda passam, por diversas alterações, a fim de representar, de fato, essa parcela da população brasileira, com vistas ao respeito por cada especificidade.

Em 1964, informativo "*Mensagem da Apae*", exposta na figura 15, a seguir, realiza uma campanha tratando-se de um apelo aos considerados professores "normalistas". A instituição ofertava cursos especializados no atendimento a "excepcionais" e disponibilizava oportunidades de emprego na área, pois, conforme indicado no comunicado da Apae, existia uma carência de "[...] professores especializados". O anúncio dizia que, em São Paulo, havia apenas 300 profissionais na área e ainda precisava de milhares em todo o país (Figura 19).

Figura 19: Primeiro apelo para uma grande campanha (Mensagem da Apae, 1964)



Fonte: *Mensagem da Apae* (1964, quarta capa)<sup>28</sup>

A publicação tinha o objetivo de não apenas incentivar os professores das escolas normais a se especializarem em Educação Especial, mas também de chamar a atenção das políticas públicas para a necessidade de formação de professores nessa área. Isso se tornou especialmente relevante devido ao aumento contínuo da demanda por atendimento especializado a esse público.

Um outro informativo importante da “Mensagem da Apae” no ano de 1964, tinha o propósito de divulgar conhecimento sobre as pessoas com deficiências. Foi divulgado um “Seminário sobre a infância excepcional”, na cidade de Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais que ocorreria do dia 25 de junho a 5 de julho, na Fazenda do Rosário. O seminário

<sup>28</sup> Primeiro apelo para uma grande campanha, informe (Apae, 1964).

oferecido tinha parceria a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) (Figura 20).

Figura 20: Seminário sobre a infância excepcional (Mensagem da Apae, 1964)

A Sociedade Pestalozzi do Brasil, fará realizar um curso de Psico-Pedagogia. Duração 1 (um) ano. Horário integral. Curso especialmente dedicado a professores. Será dado maior ênfase ao problema da linguagem.

Início dia 27 de abril de 1964 — Mensalidade — Cr\$ 5.000,00 — Taxa de inscrição — Cr\$ 1.000,00.

**FAZENDA DO ROSÁRIO  
IBIRITÉ**

"Seminário sobre a infância excepcional" na Fazenda do Rosário, em Belo Horizonte.

Início dia 25 de Junho a 5 de Julho — Sem pagamento — Estadia na Fazenda do Rosário.

Maiores informações: Fazenda do Rosário — Ibirité — M. Gerais.

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
CLÍNICA EDUCACIONAL E  
PROFISSIONAL**

O Instituto de Psicologia Clínica e Profissional — IPOCEP — sob a direção do professor Heraldo A. F. Cidade, fez realizar um curso para Orientadores e Professores de classes de excepcionais, Professores de classes comuns que desejavam aperfeiçoar-se no estudo do aluno excepcional. Foi extensivo ainda, às mães de crianças com dificuldades na aprendizagem das matérias do Curso primário e alunos de Escolas Normais.

Programa: I — Psicologia e Pedagogia. II — Educação dos Sentidos e Ortopedia Mental. III — Linguagem. IV — Atividades Musicais.

Travessa Santa Leocádia, 24 — B — Copacabana — Rio de Janeiro — Est. da Guanabara.

— 54 —

Fonte: *Mensagem da Apae* (1964, p. 54)

Nas figuras 15, 16 e 17, podemos observar que o movimento Apaeano começou a se consolidar, lançando raízes que se expandiram nas décadas seguintes. Conforme Mazzotta (2011), as autoridades governamentais viam a questão dos excepcionais como um desafio, o que levou à criação e aprovação de Leis. Além disso, alguns governos começaram a repassar auxílios financeiros às Apaes já estabelecidas, reconhecendo a importância do suporte a essas instituições. Desse modo, é importante destacar que a Federação Nacional das Apaes buscou atrair profissionais especializados na área da excepcionalidade, durante 1963 a 1973, através das edições de *Mensagem da Apae*. O impresso, por meio de anúncios e textos, influenciou um modelo de formação, cujos reflexos ainda persistiram durante muitas décadas nas práticas e representações docentes na Educação Especial.

Nesse ínterim, a crescente demanda de professores para o atendimento às pessoas com deficiência, refletia nas instituições educacionais. Segundo Mazzota (1993), foi em 1972 que o

primeiro curso de formação de professores para excepcionais, especificamente para o ensino de deficientes mentais, foi instituído no Brasil, no Estado de São Paulo. A Faculdade Pestalozzi de Ciências, Educação e Tecnologia, em Franca (SP), ofereceu essa habilitação como parte do curso de Pedagogia. Além de Administração Escolar e Orientação Educacional, o curso incluía a habilitação em “Educação de Excepcionais Deficientes Mentais”.

A partir desse período, outros centros universitários iniciaram, no âmbito do curso de Pedagogia, disciplinas específicas relacionadas a pessoas com deficiência, como o Colégio Universitário da Universidade Presbiteriana Mackenzie, que em 1973 incluiu a habilitação para o “Magistério de Deficientes Mentais”. No ano 1977, a Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” (Unesp) incorporou a Educação Especial como habilitação específica no curso de Pedagogia e a Faculdade de Educação, Filosofia, Ciências Sociais e da Documentação, de Marília, passou a oferecer “Habilitação para o Ensino de Retardados Mentais e Deficientes Visuais”. Estas iniciativas foram um avanço significativo na formação de professores para a Educação Especial, embora ainda houvesse limitações.

Para suprir a demanda, surgiram cursos intensivos e parcerias com instituições filantrópicas focadas em educação especial. No mesmo ano, 1977, a Unesp criou a Comissão de Educação Especial para adaptar um projeto ao contexto universitário, resultando na Habilitação em Educação Especial (HEE) no curso de Pedagogia, em Marília. As áreas de deficiência mental e visual foram implementadas em 1977, audiocomunicação em 1980 e física em 1986. Simultaneamente, a UFSCar lançou um curso de especialização e, em 1978, o Programa de Mestrado em Educação Especial. Em 1982, a UFSP iniciou o Curso de Educação Especial Licenciatura Plena, sendo a única instituição pública a oferecer o curso presencialmente até 2008 (Mazzota, 1993).

Mazzotta (2011) destaca que a década de 1980 foi significativa para a educação no Brasil, marcada por movimentos sociais e iniciativas voltadas para atender às necessidades das pessoas com deficiência. Esses esforços contribuíram para criar um ambiente educacional mais inclusivo e igualitário. As lutas desses setores sociais culminaram na promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, que garantiu direitos fundamentais a todos os cidadãos. Ela fortaleceu a estrutura democrática do país, criando um arcabouço legal mais moderno e alinhado aos princípios democráticos.

A Constituição Federal de 1988 estabelece as bases legais para a promoção da inclusão e igualdade na educação, fornecendo suporte para políticas públicas e práticas, que visam

atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência no ambiente educacional. Essas iniciativas buscavam assegurar que a educação no país refletisse os princípios de inclusão, equidade e acessibilidade preconizados em compromissos nacionais e internacionais.

A partir da Constituição de 1988, novas legislações foram implementadas, desempenhando um papel de extrema relevância para a construção de uma sociedade mais inclusiva, assim como a Lei n.º 7853/89 assegurou o direito à educação para pessoas com necessidades especiais, e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 reforçou os direitos educacionais das crianças e adolescentes, incluindo aquelas com necessidades educacionais especiais, garantindo-lhes acesso à educação. Esses direitos são fundamentais para assegurar que a inclusão social e educacional das pessoas com deficiência seja uma prioridade nas políticas públicas brasileiras, promovendo uma sociedade mais justa e igualitária (Mazzotta (2011).

Apesar dos avanços, até a década de 1990, a educação de pessoas com deficiência ainda não era prioritária em muitas sociedades. As práticas educacionais eram caracterizadas pela segregação, com alunos colocados em classes especiais, perpetuando estigmatização e marginalização, como aponta Jannuzzi (1992). A formação dos professores ainda se limitava ao Magistério, sem formação específica na área. Todavia, nesse período as transformações significativas começaram, quando os direitos das pessoas com deficiência ganharam mais atenção. Movimentos de inclusão e de iniciativas para a formação de professores na educação especial se intensificaram, marcando o início de uma abordagem mais justa e igualitária na educação brasileira (Jannuzzi, 1992).

No que se refere ao processo de formação de professores no Brasil, a Declaração de Salamanca de 1994 foi relevante, pois destacou a necessidade de transformações nos sistemas educacionais para assegurar uma educação de qualidade para todos. Trouxe a discussão de preparação dos educadores para atender à diversidade de necessidades dos alunos e a formação de professores em Educação Especial. O documento enfatiza a importância de capacitar os professores para responder às diversas maneiras de aprendizagem, promovendo assim uma abordagem inclusiva. Ao equipar os educadores com as habilidades e conhecimentos necessários para atender às necessidades individuais dos alunos, a educação torna-se mais acessível e equitativa. Essa formação especializada permite que os professores adotem práticas pedagógicas diferenciadas, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas habilidades, possam participar plenamente do processo educativo. Dessa forma, a inclusão não

é apenas um ideal, mas uma realidade concreta nas salas de aula.

Criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem, cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias, os sistemas de educação devem ser planeados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades, as crianças e jovens com, necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades (Declaração de Salamanca, 1994. p. 7).

As diretrizes e princípios apresentados na Declaração influenciaram a elaboração de políticas educacionais e ações voltadas para a inclusão de alunos com necessidades especiais. Bueno (1999) aponta que o texto parece ignorar o fato de que, antes da década de 1990, esses alunos já estavam presentes nas instituições de ensino, especialmente nas privadas. Contudo o autor afirma que apesar de controvérsias em suas traduções, a Declaração foi reconhecida por promover a participação de alunos com necessidades educativas especiais em salas de ensino regular como uma abordagem democrática e inclusiva. Essa iniciativa é vista como uma maneira de garantir a integração desses alunos, destacando-se pela sua perspectiva democrática no contexto educacional (Bueno, 1999).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, promulgada em 20 de dezembro de 1996, trouxe importantes avanços na educação, especialmente na formação de professores para a educação especial. A lei estabeleceu a criação de cursos específicos para preparar docentes para atender às necessidades dos alunos com deficiência. Entre os principais avanços, destaca-se o artigo 58, que prevê serviços de apoio especializado nas escolas regulares para atender às peculiaridades dos alunos da educação especial, além de assegurar o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) para esses alunos, abrangendo atividades, recursos de acessibilidade e estratégias para promover seu desenvolvimento acadêmico e social. O artigo 59, inciso III, enfatiza a necessidade de professores com especialização adequada para atendimento aos estudantes com deficiência e a capacitação de professores do ensino regular para integrar esses alunos nas classes comuns (Brasil, 1996).

A LDBEN nº 9394 de 1996 reforçou a importância da formação de professores para a educação especial ao exigir que os cursos de Pedagogia e demais licenciaturas incluam disciplinas e conteúdos específicos sobre educação inclusiva. A LDB destaca a necessidade de preparar os professores para lidar com a diversidade e promover a inclusão escolar, garantindo

que todos os alunos, inclusive aqueles com necessidades educacionais especiais, tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite suas diferenças individuais. A legislação sublinha a importância de garantir que os profissionais estejam preparados para lidar com a diversidade e promover a inclusão, demonstrando um compromisso com a oferta de oportunidades educacionais iguais para todos os estudantes, independentemente de suas condições específicas (Deimling, 2013).

A Resolução nº 1/2002 do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP) desempenhou um papel fundamental ao estabelecer as Diretrizes para a formação dos professores da educação básica no Brasil. Ao enfatizar que esses educadores deveriam atuar como agentes de transformação na sociedade, a Resolução reforçou a importância de uma formação pedagógica que fosse além da simples transmissão de conhecimentos, promovendo uma abordagem crítica e reflexiva. O Art. 1º define que

as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, constituem-se de um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino e aplicam-se a todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil, 2002, p. 1).

Essa medida visava preparar os professores para os desafios educacionais, além de capacitá-los a combater preconceitos e contribuir para uma educação mais inclusiva e equitativa. No mesmo ano, no dia 24 de abril de 2002, a Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda. Além de reconhecer a Libras, a lei estabelece que essa língua deve ser inserida como disciplina curricular nos cursos de formação de professores, para que estes possam se comunicar efetivamente com alunos surdos (Brasil, 2002).

O Parecer CNE/CP nº 5/2005, emitido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), enfatiza a relevância dos movimentos sociais na formulação de políticas educacionais inclusivas e destaca a necessidade de os cursos de Pedagogia prepararem futuros educadores para atender plenamente os segmentos historicamente excluídos. De acordo com o relatório, esses movimentos evidenciam uma demanda significativa que ainda não foi completamente satisfeita, reforçando a importância de uma formação pedagógica que assegure a educação inclusiva e equitativa para todos os estudantes (Bueno, 2011). Segundo o Parecer, a inclusão e a atenção às necessidades educacionais especiais são exigências fundamentais da educação escolar como um todo. Dessa forma, os professores devem sentir-se constantemente desafiados

a trabalhar com uma postura ética e profissional, acolhendo todos os alunos que apresentem qualquer tipo de deficiência que:

os impeçam de realizar determinadas atividades; os levem a apresentar dificuldades extremamente acentuadas para a realização de determinadas atividades; requeiram meios não convencionais ou não utilizados por todos os demais alunos para alcançar determinados objetivos curriculares, ou, ainda; realizar apenas parcialmente determinadas atividades (Brasil, 2005, p. 13).

As transformações ocorridas no processo de formação de professores na educação especial no Brasil revelaram um percurso de diversos desafios e avanços. Ao longo das décadas, mudanças legislativas fundamentais, como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996, e as demais Legislações pertinentes ao atendimento educacional à pessoa com deficiência foram importantes para estabelecer bases para um sistema educacional, que atendesse às necessidades das pessoas com deficiência.

Todavia, segundo Mazzotta (2011), apesar dessas legislações enfatizaram a importância da inclusão, a implementação prática dessas leis frequentemente enfrenta barreiras. Muitas escolas públicas no Brasil não possuem a infraestrutura necessária para atender adequadamente alunos com deficiência. A falta de recursos, salas de aula adaptadas, e equipamentos especializados comprometem a efetividade do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Andrade (2006) afirma que, embora a legislação brasileira tenha avançado no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, a implementação prática dessas políticas enfrenta grandes barreiras devido à falta de infraestrutura, e principalmente de formação inadequada dos professores e ausência de recursos específicos nas escolas.

No contexto da cidade de Montes Claros, a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior-FUNM, estabelecida pela Lei Estadual nº 2.615 em 24 de maio de 1962, iniciou a oferta do curso superior em Pedagogia, começou em 13 de abril de 1964, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras., sendo ministrado nas instalações do Colégio Imaculada Conceição (Unimontes, 2022). No entanto, naquela época, a habilitação ainda estava longe de ser exigida para os profissionais que lecionavam para o Ensino Infantil e Fundamental (Anos Iniciais), o que viria ocorrer a partir da LDBEN 9394/96.

Em 6 de maio de 2003, a Universidade Estadual de Montes Claros aprovou o curso Normal Superior, de acordo com a Resolução nº 093/2003, em várias cidades da região do Norte de Minas Gerais, sendo elas: Águas Vermelhas, Alpercarta, Bocaiúva, Botumirim, Corinto,

Grão Mogol, Itacarambi, Jaíba, Japonvar, Manga, Montes Claros, Pirapora, Pompéu, Salinas, São João da Ponte, Serro, Taiopbeiras, Turmalina e Várzea da Palma (Universidade Estadual de Montes Claros, 2003). Posteriormente, o curso foi extinto, pois suas habilitações foram inseridas ao curso de pedagogia.

Com a promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como um meio legal de comunicação e expressão para a comunidade surda no Brasil (Brasil, 2002). Esta legislação foi um marco significativo para a inclusão e os direitos das pessoas surdas, pois garantiu-lhes acesso a serviços públicos e privados em sua própria língua.

De acordo com a tese de doutorado da professora Silvana Diamantino França (2014), a Resolução Nº 77/CEPEX/2003, que foi aprovada em 2003, formaliza a criação do curso de Especialização '*Lato Sensu*' em Educação Especial. Esta resolução é um marco importante, pois estabelece o curso como uma oferta educacional, que busca atender à necessidade de formação avançada de professores e profissionais da educação, capacitando-os para lidar de maneira mais eficaz e inclusiva com alunos que possuem necessidades educacionais especiais.

A partir do ano de 2005 a Universidade Estadual de Montes Claros insere nos cursos para formação docente a disciplina de Libras, através do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou a Lei nº 10.436 de 2002 e detalhou as diretrizes para a inclusão da Libras na educação, bem como na formação de profissionais especializados. Essas medidas visam assegurar que a comunidade surda tenha pleno acesso à educação e aos serviços essenciais, promovendo a inclusão social e a igualdade de oportunidades. O Decreto nº 5.626, de 22 em seu Artigo 13, diz que:

O ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas, deve ser incluído como disciplina curricular nos cursos de formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, de nível médio e superior, bem como nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa (Brasil, 2005, p. 2).

Conforme a Resolução Nº 227 – Cepex<sup>29</sup>/2007, também foi aprovado o projeto do curso de pós-graduação “*Lato Sensu*” em Língua Brasileira de Sinais – Libras, para ser oferecido em

---

<sup>29</sup> Cepex: O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPEX é o órgão técnico superior de deliberação e supervisão em matéria de ensino, pesquisa e extensão, cabendo, de suas decisões, recurso para o Conselho Universitário da Unimontes. É composto, exclusivamente, por docentes e discentes representando, respectivamente, 70% e 30% da totalidade dos membros, na forma do Parágrafo Único do artigo 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

outros *campi* da Universidade Estadual de Montes Claros, conforme a Resolução Nº 227 – Cepex/2007 (Diamantino, 2014).

No que se refere a disciplina de educação especial, a Universidade inicia a inclusão a partir do ano de 2007. A Resolução nº 2 de 1º de Julho 2015, propõe as mudanças no Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que foram implementadas no ano de 2019. Essa resolução define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Em seu Artigo 3º dispõe que:

A formação inicial e a formação continuada destinam-se, respectivamente, à preparação e ao desenvolvimento de profissionais para funções de magistério na educação básica em suas etapas – educação infantil, ensino fundamental, ensino médio – e modalidades – educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância – a partir de compreensão ampla e contextualizada de educação e educação escolar, visando assegurar a produção e difusão de conhecimentos de determinada área e a participação na elaboração e implementação do projeto político-pedagógico da instituição, na perspectiva de garantir, com qualidade, os direitos e objetivos de aprendizagem e o seu desenvolvimento, a gestão democrática e a avaliação institucional (Brasil, 2015, p. 1).

No ano de 2023 sob a Resolução do Cepex/Unimontes Nº. 043, de 22 de março de 2023, aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial Inclusiva, que é ofertado na modalidade a distância.

A formação de professores em Educação Especial na Unimontes tem sido fundamental para atender às necessidades da Apae de Montes Claros. Com a aprovação das disciplinas na área da educação especial nos cursos de licenciatura e os cursos de pós-graduação, a Universidade tem formado profissionais para atuar com competência na educação inclusiva, respondendo diretamente às demandas da Apae, que necessita de educadores preparados para lidar com as diversas especificidades de seus alunos.

Paralelamente, outras instituições de ensino superior (IES) na cidade e região também passaram a contribuir significativamente, oferecendo programas e cursos de graduação e pós-graduação, além de cursos profissionalizantes, voltados para a formação em Educação Especial, o que tem fortalecido a rede de atendimento e suporte às pessoas com deficiências em Montes Claros e arredores. Esse movimento conjunto entre a Universidade Estadual de Montes Claros e outras instituições de ensino superior tem promovido uma educação mais inclusiva e de qualidade, refletindo no melhor atendimento educacional proporcionado pela Apae.

Todas as legislações aqui, supracitadas, trouxeram avanços significativos ao promover a inclusão e garantir direitos educacionais para pessoas com deficiência. No entanto, a garantia de uma educação de qualidade, que respeite e valorize a individualidade de cada aluno, ainda enfrenta muitos obstáculos. A realidade das instituições de ensino brasileiras muitas vezes não reflete os ideais das legislações devido à falta de recursos, formação inadequada dos professores, e desafios estruturais e burocráticos.

### **3.4 A formação inicial e continuada de professores na escola da Apae de Montes Claros para o atendimento do “excepcional”**

A Apae de Montes Claros, fundada em 1970 e constituída através da Escola Cirandinha por pessoas voluntárias, entidades filantrópicas e professoras que sentiram a necessidade de uma local para realizar o atendimento educacional às pessoas com deficiência, ficou desativada por alguns anos e reiniciou suas atividades no mês de novembro de 1981, como citado no tópico 3.2 deste capítulo. A professora entrevistada, Maria Celeste Pires Silveira Ribeiro, com formação em magistério, foi uma das primeiras professoras contratadas na Apae. Ela afirma que, nesse período, eram poucas crianças, poucos funcionários e a Apae tinha recursos limitados (Maria Celeste Pires Ribeiro, entrevista, 2023).

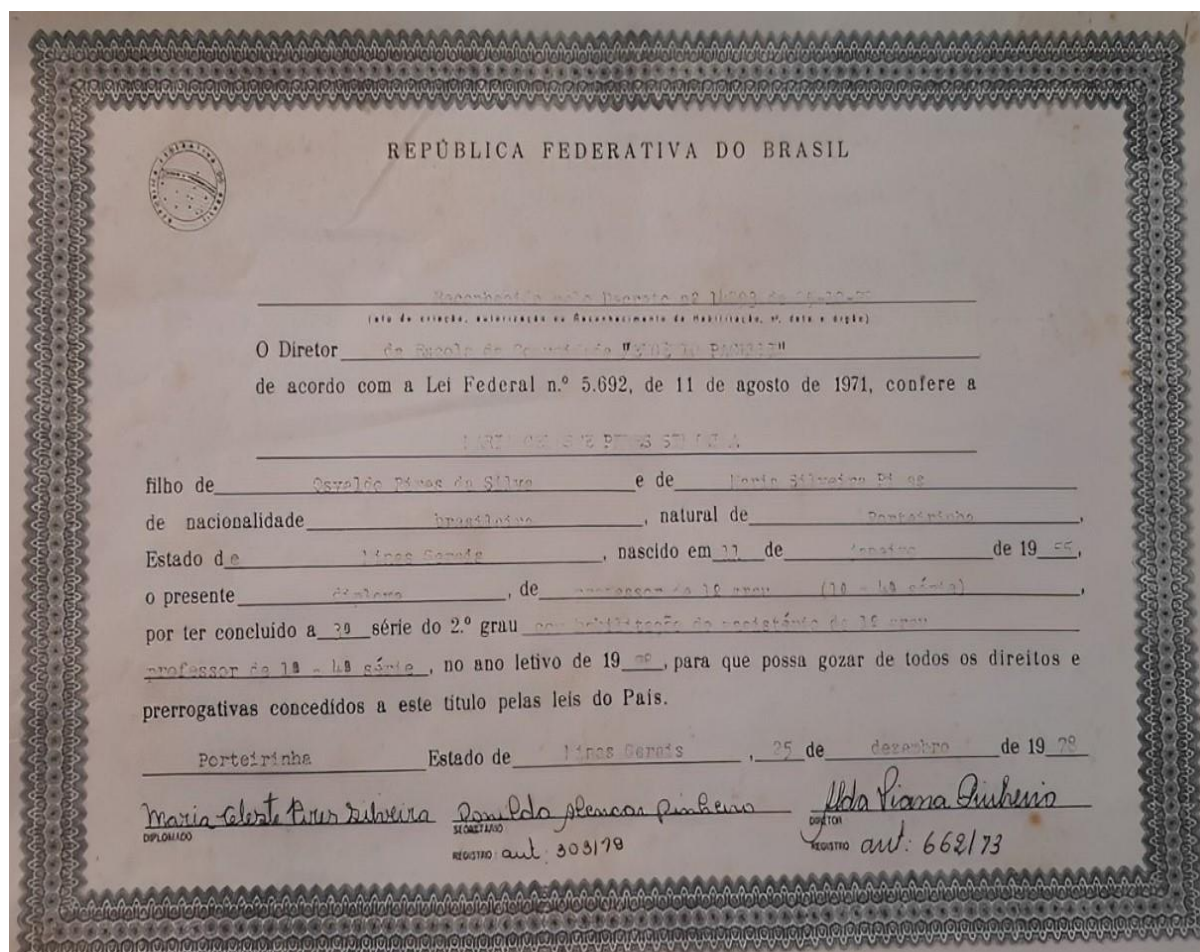
Na década de 1980 em que a escola é reativada, a formação de professores para o ensino infantil era feita por meio do Magistério, a formação em nível superior não era exigida e em muitos locais do país, principalmente em cidades do interior, muitos profissionais da educação ainda não tinham a oportunidade de fazer um curso superior para formação docente. Nesse período o curso de pedagogia da antiga Fundação Norte Mineira de Ensino Superior – FUNM, fundada em 1962, já existia, mas era uma Era uma fundação que precisava cobrar mensalidades dos alunos para sua manutenção.

A FUNM foi transformada na Universidade Estadual de Montes Claros, instituída através do Decreto Estadual nº 30.971, de 9/3/1990, por intermédio da Constituição Estadual de 1989, promulgada em 21 de setembro de 1989 (Unimontes, 2022). A partir da sua estadualização, a Universidade pode, então, trazer diversas oportunidades e benefícios para a população e para a comunidade em geral em cursar um curso superior através de recursos públicos.

Todavia, até esse momento, não havia preocupação com carreira. Somente após as novas legislações, é que houve uma maior uma maior procura por formações em áreas específicas na carreira docente. A Figura 21, traz o certificado de formação do magistério da professora Maria

Celeste Pires Ribeiro, concluído em dezembro de 1978.

Figura 21: Certificado de conclusão do Magistério da professora Maria Celeste Pires Silveira Ribeiro



Fonte: Acervo pessoal de Maria Celeste Pires Silveira Ribeiro (2023).

Nesse contexto, como já citado em um tópico anterior, a Lei nº 5.692/71 estava em vigor e delineava que a formação de professores ocorresse nos cursos de Magistério, com o propósito de preparar profissionais para atuar na educação de crianças e nos 1º e 2º graus (Brasil, 1971). A referida Legislação foi posteriormente revogada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394 de 1996, que introduziu mudanças substanciais no sistema educacional do país.

Visando ampliar o atendimento aos alunos excepcionais, em 1º de março de 1982, a APAE deu início às suas atividades com uma capacidade inicial de atendimento para 30 a 40 alunos, estabelecendo uma parceria com a Prefeitura Municipal. Nesse período, foram contratadas mais duas professoras, sob a direção pedagógica de Adelaide Aparecida da Silva, com orientação psicológica de Cláudia Alvim dos Santos, além de uma servente, uma inspetora de alunos e um motorista. A Figura 22 abaixo mostra a quantidade de pessoas trabalhando na

APAE em 1º de março de 1982, entre professoras e funcionários.

Figura 22: Livro do ponto do dia 01 de março de 1982

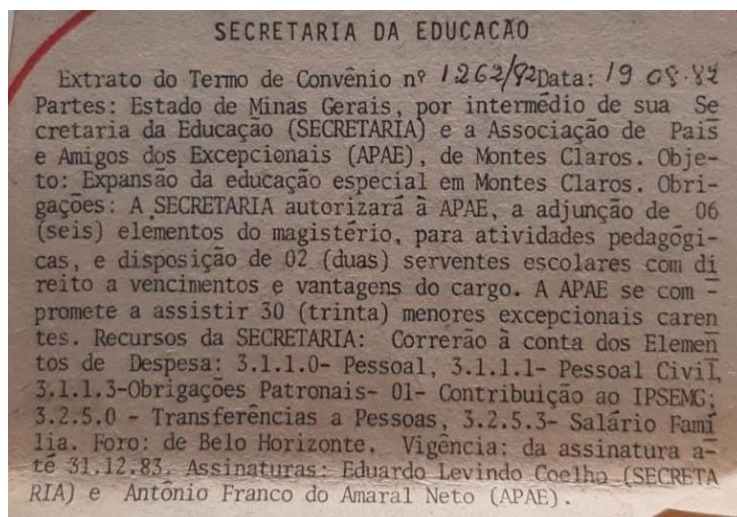
número	hora de entrada	assinatura	hora de saída		assinatura
			saída	entrada	
1	13:00	[assinatura]	17:00	[assinatura]	
2	13:00	[assinatura]	17:00	[assinatura]	
3	13:00	[assinatura]	17:00	[assinatura]	
4	13:00	[assinatura]	17:00	[assinatura]	
5	13:00	[assinatura]	17:00	[assinatura]	
6	13:00	[assinatura]	17:00	[assinatura]	
7	12:00	[assinatura]	15:00	[assinatura]	
8	12:00	[assinatura]	18:00	[assinatura]	
9	12:00	[assinatura]	18:00	[assinatura]	

Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Montes Claros (2023)

No início das atividades, a APAE funcionava apenas como escola. Neste momento, ainda não havia atendimento específico no setor da saúde, havia somente uma psicóloga que recebia os alunos e fazia a triagem dos mesmos, além de capacitar as professoras, oferecendo palestras aos sábados. A estrutura era pequena e operava com recursos limitados. O objetivo principal nesse estágio era proporcionar às crianças um local de acolhimento para socialização e cuidados da vida diária. Não havia alfabetização. Os alunos brincavam e aprendiam a cuidar da higiene pessoal, bem como desenvolviam hábitos sociais, como dar recados, cumprimentar as pessoas, pedir algo, agradecer, entre outros (Maria Celeste Pires Ribeiro, entrevista, 2023).

Em agosto de 1982, por meio de um Convênio nº 1262/82 com a Secretária de Educação do Estado de Minas Gerais, a escola da Apae ganha mais duas professoras com formação em Magistério para aumentar o quadro de funcionários e ampliar o atendimento aos excepcionais, conforme mostra a Figura 23.

Figura 23: Convênio com a Secretaria Estadual de Educação em 1982



Fonte: Arquivo da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (2023).

A Apae conseguiu, em 1982, um novo convênio com a Secretaria de Educação Estadual, o que possibilitou a contratação de mais quatro professoras, todas com formação em Magistério, além de duas serventes, pretendendo o aprimoramento do atendimento aos seus alunos.

Um desafio relevante nesse período, década de 1980, era a falta de conhecimento sobre as especificidades de cada deficiência. As professoras da Apae não tinham formação específica em educação especial, o que exigiu a busca por novos conhecimentos e práticas. Mazzotta (2011) destaca a importância da formação específica para os professores que atuam com alunos com deficiência. O autor enfatiza que, na década de 1980, a carência de formação adequada exigia que os educadores buscassem novos conhecimentos e práticas para atender melhor às necessidades de seus alunos.

A formação continuada de professores desempenha um papel fundamental na promoção da qualidade do ensino e no desenvolvimento da educação. Este processo vai muito além da obtenção de um diploma inicial, sendo uma busca constante pela atualização, aprimoramento e adaptação às transformações na sociedade e, especificamente, nas práticas pedagógicas. Desse modo,

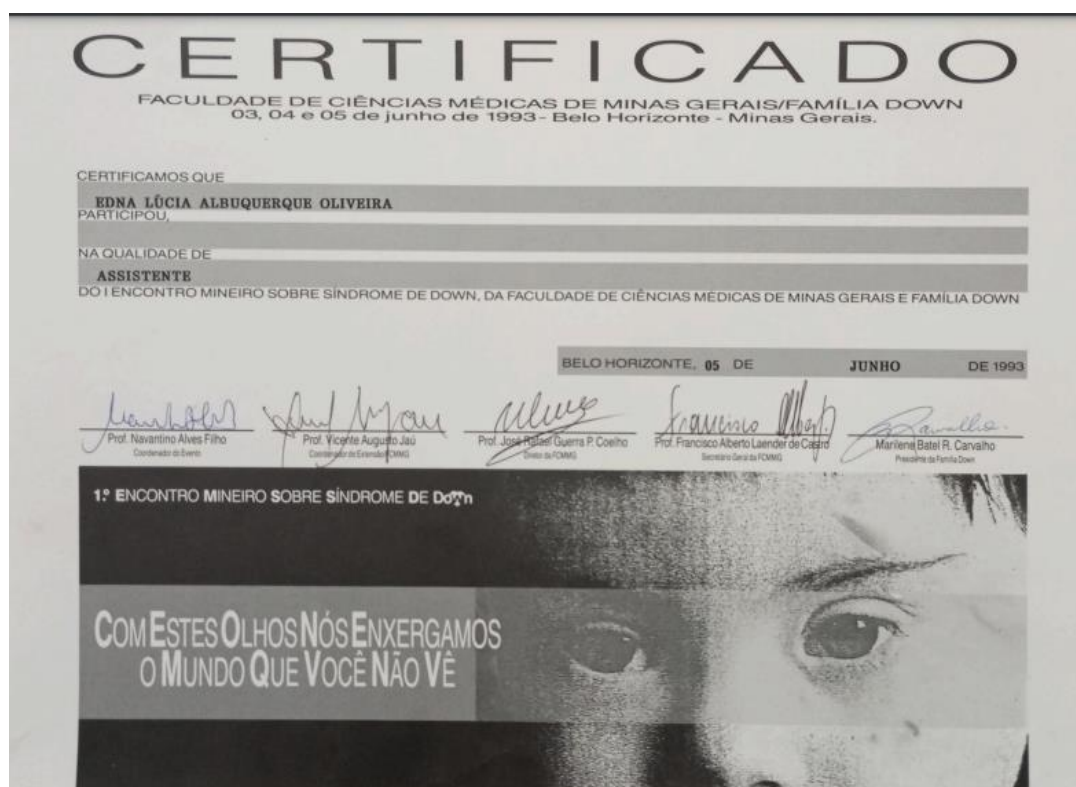
a formação continuada é uma exigência para os atuais. Desse modo, pode-se afirmar que a formação docente acontece em *continuum*, iniciada com a escolarização básica, que depois se completa nos cursos de formação inicial, com instrumentalização do professor para agir na prática social, para atuar no mundo e no mercado de trabalho (Romanowski, 2007, p. 138).

De acordo com a autora, o aprimoramento não só aperfeiçoa as habilidades técnicas dos professores, mas também impulsiona o desenvolvimento de competências socioemocionais.

Educadores que se mantêm atualizados estão mais bem preparados para lidar com a heterogeneidade presente nas salas de aula, ajustando suas abordagens de ensino de acordo com as particularidades individuais dos alunos. O planejamento sob a perspectiva inclusiva deve ser o foco dos educadores comprometidos com um ensino de qualidade.

No início da década de 1990, durante a gestão do presidente Lenir de Abreu, as professoras da escola da Apae foram incentivadas a continuarem suas formações. Começaram, então a participarem de congressos, palestras e cursos na área, geralmente, realizados fora da cidade. A Figura 24, a seguir, mostra um certificado do I Encontro Mineiro sobre Síndrome de Down, realizado pela faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais, que ocorreu em 5 de junho de 1993.

Figura 24: I Encontro Mineiro sobre Síndrome de Down (1993)



Fonte: Acervo pessoal de Edna Albuquerque Oliveira (2023).

Nesse período, em Montes Claros, ainda não havia cursos relacionados às deficiências. A professora Edna Albuquerque Oliveira (Entrevista, 2023) afirma que participava de congressos e cursos oferecidos por instituições filantrópicas como a Apae e a Federação das Apaes de Minas Gerais (Feapaes), em parceria com instituições privadas que ofereciam essas formações para os professores. Geralmente, esses eventos ocorriam na região metropolitana de Belo Horizonte e em cidades como Uberaba, Lagoa da Prata, Caxambu, São Lourenço, entre

outras.

De acordo com Matoan (2003, p. 42), “há uma cisão entre o que os professores aprendem e o que põem em prática nas salas de aula”, portanto esperar fórmulas mágicas para realização das práticas educacionais é uma falácia. O que se deve considerar é a abertura livre de preconceitos para novas possibilidades para construção dos atos de aprendizagem, a fim de que eles façam sentido para os estudantes. A inclusão permanece sendo pauta de discussão nos espaços escolares e os educadores continuam buscando a compreensão por temáticas e conceitos enraizados de maneira conflituosa na sociedade. Isso não é errado, não estar acessível para essas discussões é que pode causar danos irreparáveis aos estudantes.

Na Figura 25, a seguir, consta a foto em que a professora Edna Albuquerque participa do I Encontro Mineiro sobre Síndrome de Down.

Figura 25: Foto do I Encontro Mineiro sobre Síndrome de Down.



Fonte: Acervo pessoal de Edna Albuquerque Oliveira (2023).

Em 1996, foi instituído o curso Normal Superior, por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, respaldado na Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de setembro de 1999 (Brasil, 1999). Essa Legislação trouxe importantes mudanças na educação brasileira, incluindo a criação do curso Normal Superior, destinado à formação de professores para a educação de infantil e séries iniciais do ensino fundamental.

A implementação desse curso visava aprimorar a qualidade da formação dos

profissionais da educação, buscando oferecer uma base sólida para atuação nos primeiros anos escolares. Nesse período, as professoras da escola da Apae sentiram a necessidade de cursar Normal Superior, devido à exigência iniciada pela secretaria de educação para o cargo de professor no ensino regular. Não havia disciplinas relacionadas à educação especial, relata a professora Ilza Nunes de Souza (Entrevista, 2023).

Desse modo, as formações davam continuidade por meio de cursos, como os que ocorreram em 1998 no Colégio Opção, cuja proprietária é uma das pioneiras no atendimento a pessoas excepcionais em classes especiais em Montes Claros. Maria da Conceição Mendonça Silva ofereceu um curso com o título de “Especialização em Educação Especial”, com habilitação em deficiência mental (Figura 26). É importante esclarecer que, neste momento, o título de especialização não correspondia a uma habilitação em pós-graduação, mas sim a um curso de capacitação.

Figura 26: Certificado de conclusão de curso de Especialização em Educação Especial com habilitação em deficiência mental

**Colégio Opção**  
Reconhecido Pela Resolução nº 946/74 - MG 27.08.74  
Estudos Adicionais com Especialização em Educação Especial  
Portaria Autorizativa nº 360/98 - SEE  
Av. Santos Dumont, 76 Fone: 221-2408 Montes Claros - Minas Gerais

**CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Certificamos que Ilza Nunes Alencar  
Natural de Simão Campos Estado de Minas Gerais  
Nascida aos 03 de abril de 1959 Filha de  
Elemente Pereira de Souza e de  
Pedrelina Nunes Maciel Identidade nº H-4.437.541  
Titulo nº 2.05051.702/56 Zona Eleitoral 184 Seção 0017  
Estado Minas Gerais Concluiu no ano de 1998 **ESTUDOS ADICIONAIS**  
**COM ESPECIALIZAÇÃO** em Educação Especial - Habilitação de: Deficiente Mental  
Montes Claros, 03 de novembro de 1998

*Maria da Conceição Mendonça Silva*  
Diretora  
SECRETARIA - REG. 1206

**HISTÓRICO ESCOLAR**

CONTEÚDOS CURRICULARES	APROVEITAMENTO	FALTAS	CARGA HORÁRIA
1- Noções de Organização e Funcionamento do Sistema Nervoso Central	93,0	12:30	200,00
2- Saúde e Deficiência Mental	69,0	10:00	200,00
3- Recursos Terapêuticos e Orientação Vocacional e Familiar do Deficiente Mental	79,0	10:50	200,00
4- Metodologia e Prática de Ensino	89,0	11:40	233,20
5- Estágio	—	—	90,00
Carga Horária Total do Curso	—	—	923,20

Fonte: Acervo pessoal de Ilza Nunes de Souza (2023)

Essas iniciativas surgiram devido ao aumento do número de alunos com necessidades

especiais, exigindo que os professores expandissem seus conhecimentos, principalmente no campo da deficiência mental, que, conforme relatado pelos profissionais da época, era o mais desafiador para quem não tinha familiaridade com o assunto. Além da professora Ilza Nunes de Souza ter participado do curso, uma outra professora entrevistada, Maria da Glória Pereira Veríssimo (Entrevista, 2023) também afirma também ter participado do curso oferecido pelo Colégio Opção em Deficiência Mental durante um ano, além de frequentar diversas formações em outras cidades. Para ela, os cursos e formações ofertam o conhecimento teórico que falta para que o atendimento educacional aos alunos fosse mais efetivo. “Ali a gente via o que estava acertando e estava errando” (Maria da Glória Pereira Veríssimo, entrevista, 2023). O objetivo dos cursos, congressos e demais formações era possibilitar ao docente aprender sobre as especificidades das deficiências.

A Apae também desempenhou um papel essencial no suporte à comunidade surda. No início, os professores não tinham conhecimento sobre a língua de sinais e, da mesma forma que em relação às outras deficiências, precisavam adquirir conhecimento para atender a esses alunos. De acordo com Rosângela Lopes Veloso (Entrevista, 2023), ela se deslocava para Belo Horizonte para fazer cursos de Língua Brasileira de Sinais (Libras), durante o período de férias, muitas vezes pagando com recursos próprios.

Analisando a carência de políticas públicas e de financiamento educacional para a formação em Educação Especial, percebemos que isso dificultava a expansão e a qualidade da capacitação dos professores. Essa lacuna frequentemente resultava na necessidade de investimentos próprios por parte dos educadores que buscavam aprimorar suas habilidades na área de Educação Especial. Dessa forma, muitas professoras, no interesse desse aprimoramento, iniciaram o curso Normal Superior e, alguns anos depois, ingressaram no curso superior de Pedagogia, o qual já abordava discussões acerca da educação especial desde a década de 1970.

Os cursos de licenciatura na formação de profissionais para a docência são um pilar fundamental para garantir a qualidade do ensino em todos os níveis educacionais. Dias e Souza (2017) apontam que a formação para a docência não deve ser percebida apenas como a oferta ocasional de cursos independentes do trabalho do professor. Pelo contrário, a formação deve ser encarada como um processo contínuo, intrinsecamente ligado às demandas que surgem no exercício profissional, integrando-se de maneira coesa à prática cotidiana do educador.

Na década de 2000, as professoras da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), por meio dos cursos específicos das deficiências e das formações essenciais da docência

como geral, tiveram a oportunidade de aprimorar ainda mais seus conhecimentos com os diversos cursos oferecidos.

Mantoan (2003) conclui que a formação contínua das professoras em educação especial não se encerra nos cursos iniciais, ao contrário, abre portas para um constante processo de aprendizado e desenvolvimento profissional. Essas oportunidades de conhecimento pós-graduação na área proporcionam um aprimoramento constante das práticas pedagógicas, promovendo uma abordagem mais inclusiva e eficaz no ambiente escolar.

No Quadro 5, a seguir, mostramos os cursos e formações em que as professoras da Apae participaram na área da educação especial ao longo dos anos.

Quadro 5: Participação das professoras da Apae em cursos e formações na área de educação especial

<b>Ano</b>	<b>Curso/Formação</b>	<b>Instituição</b>
1983	Curso de atualização em Ensino Especial	Secretaria do Estado de Minas Gerais
1993	Curso de atualização em Educação Especial	Secretaria do Estado de Minas Gerais
1995	Com estes olhos nós enxergamos o mundo que você não vê	2º Encontro Mineiro sobre Síndrome de Down
1997	Curso para professores pedagogos do Ensino Especial	Secretaria do Estado de Minas Gerais
1998	Curso de formação de professores em Educação Especial	VI Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais
1999	Curso de capacitação para professores das APAEs do Norte de Minas Gerais	Universidade Estadual de Montes Claros
2001	Curso de Língua Brasileira de Sinais – Nível II	Associação dos deficientes físicos de Betim
2005	Pós-Graduação em nível de especialização em Educação Especial	Faculdades Integradas Pitágoras
2005	Curso de formação de professores em serviço de informática na Educação Especial	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

2009	Oficina Integralidade de Ações no ciclo de vida da pessoa com deficiência intelectual	Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais
2015	Curso Transtorno do espectro do autismo na perspectiva educacional	Unidade Mineira da Universidade Corporativa da Rede APAE (UNIAPAE)
2015	Pós-Graduação em Educação Especial	Instituto Superior em educação Ibituruna (ISEIB)

Fonte: Elaborado pela autora com base nos documentos analisados (2023).

Os cursos, citados nesse quadro, foram identificados a partir das entrevistas com as professoras da Apae. Observa-se que no ano de 1983 houve a participação em um curso de formação para atualização em educação especial. Entre os documentos analisados um outro curso só acontece no ano de 1993. A década de 1990 na Apae inicia a fase em que a gestão incentiva as formações continuadas, que oferecem a oportunidade de explorar diversas fontes de conhecimento. Essas experiências proporcionam atualizações, por exemplo, as especificidades das inúmeras deficiências que são atendidas no âmbito da Educação Especial.

A partir de 2008, com a implementação da Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva e a necessidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE), juntamente ao Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que estabelece que o professor deve possuir formação continuada na área específica do AEE, e da Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que garante às pessoas com deficiência condições de igualdade no sistema educacional, as formações em graduação e pós-graduação em Educação Especial tiveram um importante crescimento. É importante ressaltar que

a política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva adotada pelo país desde 2008 operou mudanças na formação e na atuação dos professores, tanto da escola regular quanto dos professores que atuam na Educação Especial. Passou de uma atuação mais especializada, com atendimento individualizado, para uma atuação mais abrangente. Em outras palavras, tal professor passa a atuar com alunos com diferentes deficiências (Possá; Pieczkowski, 2020, p. 11).

Podemos refletir que a formação continuada revela que muitos professores optaram por cursar programas de especialização *lato sensu* por diferentes motivações. Em alguns casos, essa busca é impulsionada pela necessidade de preencher lacunas identificadas em sua formação inicial. Isso sugere um reconhecimento por parte dos educadores de que a constante atualização é essencial para acompanhar as demandas em evolução no campo educacional.

Para superar possíveis lacunas que podem surgir na formação inicial dos professores, é essencial implementar uma formação continuada alinhada com as problemáticas e necessidades contemporâneas das escolas brasileiras. A dinâmica do cenário educacional está em constante evolução, demandando dos educadores habilidades e conhecimentos atualizados para enfrentar desafios emergentes. A formação continuada, ao se adaptar às demandas do presente, proporciona aos professores ferramentas valiosas para aprimorar suas práticas pedagógicas, promover a inclusão e enfrentar as diversidades presentes nas salas de aula.

Investir, portanto, na constante atualização dos profissionais da educação não apenas preenche lacunas, mas também fortalece a qualidade do ensino e contribui para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção de uma educação mais inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES

---

Pesquisar a criação e o desenvolvimento de uma escola como a Apae nos permitiu compreender a importância da produção científico-acadêmica na história das instituições educativas, contribuindo para a produção e divulgação do conhecimento sobre as diferentes realidades desse campo investigativo. O Brasil possui uma vasta rede de Apaes que oferecem atendimento especializado e gratuito para pessoas com deficiência, possibilitando, então, o acesso a uma educação inclusiva e de qualidade para uma parcela significativa da população (Mazzotta, 2011). É significativo constatar como essas instituições se tornaram realidade, considerando o contexto social e político, e como continuam a operar ativamente.

No que se refere à escrita da história da criação e do funcionamento da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) de Montes Claros no período delimitado, foi considerado um estudo relevante desde o início das atividades desta pesquisa. As leituras preliminares que permitiram o planejamento do estudo revelaram o grande potencial do tema. Após a sua realização, apesar do enfrentamento dos diversos elementos limitadores de diferentes naturezas, essa relevância foi confirmada.

A investigação realizada foi importante, não apenas para ampliar a compreensão do desenvolvimento das instituições de educação especial no Brasil, em Minas Gerais e, especificamente, em Montes Claros, mas também para valorizar as práticas inclusivas promovidas por essas instituições em diferentes contextos. Compreender as transformações ocorridas ao longo do tempo nesse tema possibilita uma melhor compreensão das políticas educacionais e das práticas educativas atuais. A investigação específica sobre a trajetória da Apae de Montes Claros permitiu identificar os desafios enfrentados e as conquistas obtidas ao longo dos anos, proporcionando uma visão clara do papel dessa entidade como pilar no apoio às pessoas com deficiência em seu contexto. Isso também motiva estudos posteriores sobre o papel que passou a desempenhar após a legislação específica de 2015.

O estudo sobre a Apae também oferece reflexões sobre o contexto social e político que influenciou a criação e a manutenção dessa instituição. Compreender esse contexto é fundamental para reconhecer os esforços individuais, fundamentados em convicções pessoais de pais, educadores, voluntários e gestores e os seus impactos coletivos uma vez que, juntos, superaram diversas adversidades para garantir direitos e oportunidades às pessoas com deficiência.

Essa análise permite, portanto, reflexões sobre a importância das associações voluntárias no desenvolvimento humano em sociedades livres, fomentando temas como

voluntariado, cooperação, generosidade e liberdades individuais. Além dessa ênfase, o conhecimento adquirido reforça a relevância das políticas públicas e das ações comunitárias não apenas no fortalecimento da rede de apoio às Apaes, destacando a necessidade contínua de investimentos, mas também no tratamento de questões mais amplas no que se refere ao atendimento de pessoas com deficiência.

A pesquisa aborda, portanto, a década de 1960, quando as ações iniciais de atendimento às pessoas com deficiência em Montes Claros começaram a emergir, ainda que de maneira isolada e pontual. Essa abordagem, com o objetivo de contextualizar o objeto específico do presente trabalho, pode fomentar estudos sobre aspectos nele apresentados sem a intenção de análise mais aprofundada. Esse período que foi marcado por esforços individuais e pela iniciativa de alguns educadores comprometidos com a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional, sendo que o atendimento educacional para pessoas com deficiência era, predominantemente, realizado por instituições privadas, poderá ser objeto de outras pesquisas.

Iniciativas como a de Marta de Almeida Brasil, Marília de Lourdes Carvalho e Zeni de Araújo Gomes, professoras com formação em magistério, que fundaram a Escola Cirandinha. A decisão de criar a escola veio após Marta, Marília e Zeni realizarem um curso de educação para crianças excepcionais em Belo Horizonte, onde adquiriram conhecimentos e técnicas para atender melhor a esse público específico. A Escola enfrentou desafios significativos, principalmente financeiros e de documentação, que acabaram por dificultar sua subsistência.

Apesar dos esforços das fundadoras, a escola funcionou por apenas alguns anos antes de encerrar as suas atividades. Os serviços prestados por essa instituição também poderá ser objeto de investigação. Paralelamente, no mesmo contexto montesclareense, outra pessoa importante, a professora Maria da Conceição Mendonça e Silva, conhecida como Dona Conceição. Dona Conceição começou a receber alunos com deficiência física em sua escola, o Colégio São Norberto. Sua iniciativa foi essencial para proporcionar um espaço educativo para esses alunos, que até então tinham pouquíssimas opções de atendimento especializado.

A acolhida desses alunos no Colégio São Norberto representou um avanço significativo, ainda que modesto, na inclusão educacional das pessoas com deficiência em Montes Claros. Foram temas aqui tratados com objetivos relacionados à contextualização do objeto específico, mas que poderão despertar interesses para investigações específicas. Embora esta pesquisa não tenha a pretensão de tratar exhaustivamente do tema proposto, pretende levantar questões para a

continuidade do debate, para novas produções, entendendo ser essa também uma importante contribuição.

Quanto ao objeto da pesquisa propriamente dito, que é a fundação e consolidação da Apae de Montes Claros, os resultados obtidos a partir das fontes consultadas permitiram reflexões importantes sobre a inclusão das pessoas com deficiência durante o período delimitado, especialmente no que concerne à educação escolar. Além das práticas educativas voltadas ao atendimento dos alunos e suas famílias, foi possível problematizar a formação dos professores que os atendiam. A pesquisa destacou as transformações ocorridas no processo de formação docente e a importância da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, na preparação de profissionais com habilidades específicas para atuar na educação especial. Posteriormente, outras instituições também contribuíram significativamente para esse campo. Ressalta-se o caráter histórico das instituições escolares e das modalidades de ensino, bem como os conhecimentos considerados necessários para o exercício da profissão docente.

Observa-se que a implementação da Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008 e a Lei 13.146/2015, que garantiu igualdade no sistema educacional para pessoas com deficiência, certamente ocasionou mudanças nas práticas educativas promovidas pela Apae. Analisar esses impactos a partir desse recorte temporal é um desafio que merece ser explorado em estudos futuros. A análise das fontes, permite afirmar que a instituição permanece relevante, considerando a contínua demanda por seus serviços, conforme demonstrado nos dados apresentados neste trabalho.

A pesquisa cumpriu seus objetivos sem a intenção de esgotar todas as abordagens possíveis relacionadas ao tema. Espera-se que a leitura deste trabalho suscite interesse para futuras pesquisas, como por exemplo: as práticas pedagógicas das professoras da Apae antes e após a oportunidade de formações específicas na educação especial; a Apae no imaginário local, seus impactos e responsabilidade social; a educação profissional ofertada pela Apae aos alunos atendidos e sua inserção na sociedade; entre outros.

## REFERÊNCIAS

---

- ABREU, L. *Nossa Casa: Um lar para receber nossos filhos portadores de necessidades especiais quando nós lhes faltarmos*. 2008. 133f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade Tecnológica Intercontinental. Asunción.
- ALBERTI, V. Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 155-168.
- ALMEIDA, C. A. Relações sociais e racionalidade: Um estudo a partir de Max Weber. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 45-62, 2014.
- ALVES, D. S. S. Concepções de deficiência: um estudo sobre a representação social da diversidade humana ao longo da história. *Polyphonia*, Goiânia, v. 28, n. 1, jan.-jun. 2017.
- ANDRADE, G. R. M. A inclusão escolar de alunos com deficiência: desafios e possibilidades. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 372-385, 2006.
- ANTIPOFF, H. Orientação geral do trabalho e dos estudos da escola. *Boletim Claparède*, Belo Horizonte, v. 4, p. 25-29, ago. 1996.
- APAE inicia seleção de alunos para escolinha de excepcionais. *Jornal de Notícias*, Montes Claros, 1981.
- APAE. Estatuto Movimento Apaeano e Federação Nacional das Apaes do Estado/Apae. *Mens. da Apae*, Brasília, set. 2006.
- APAE. *Regimento Escolar*. Montes Claros: Núcleo Educacional Expansão e Educação Especial, 2012, p. 8-12.
- APAE. Federação Nacional das APAEs. *Mens. da Apae*, Brasília, ed. espec. 60 anos, ano 47, n. 1, nov. 2014.
- APAE. *Estatuto da Apae de Montes Claros*. Montes Claros: Apae, 2023.
- ARANHA, M. S. F. Inclusão Social. In: MANZINI, E. J. (Org.) *Educação Especial: temas Atuais*. Marília: Unesp Marília Publicações, 2000.
- ARANTES, E. M. M. Rostos de Crianças no Brasil. In: *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1995.
- ARANTES, E. M. M. Arquivo e memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João del-Rei, v. 5, n. 1, jan./jul. 2010.
- ARCE, A. *A pedagogia na “era das revoluções”*: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas: Autores Associados, 2002.

- ARROYO, M. G. *Ofício de mestre: imagens e auto-imagens*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BACELLAR, C. Histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 24-53.
- BARBOSA, C. V. *Tambores do Paranoá: Um estudo etnográfico sobre uma associação voluntária*. 2015. 82f. Monografia (Bacharel em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília. Brasília.
- BARBOSA, M. T. *Legião Brasileira de Assistência (LBA): o protagonismo feminino nas políticas de assistência em tempos de guerra (1942-1946)*. 2017, 244f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba.
- BERNARDINO, Bruno. A Origem da Cruz Vermelha. *Universo Doc*, Rio de Janeiro, 10 jan. 2020.
- BLANCO, R. Aprendendo na diversidade: Implicações educativas. *Anais do IV Congresso Ibero-americano de Educação Especial*. Foz do Iguaçu: MEC, 2003, p. 72.
- BLOCH, M. *Apologia da história: ou o ofício do historiador*. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOBBIO, N. *Teoria da norma jurídica*. Trad. de Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 3. ed. Bauru: EDIPRO, 2005.
- BORGES, V. P. *O que é história*. São Paulo: Livraria Brasiliense Editora, 1980.
- BORGES, A. A. P. *De anormais a excepcionais: história de um conceito e de práticas inovadoras em educação especial*. Curitiba: Editora CRV, 2015.
- BORGES, A. A. P.; CAMPOS, R. H. F. A escolarização de alunos com deficiência em Minas Gerais: das classes especiais à educação inclusiva. *Rev. Bras. Educ. Esp.* Marília, v. 24, Edição Especial, p. 69-84, 2018.
- BOTO, C. *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial, 11 ago. 1971.
- BRASIL. Constituição política do imperio do brazil (de 25 de março de 1824). Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Manda observar a Constituição Política do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil a fls. 17 do Liv. 4º de Leis, Alvarás e Cartas Imperiaes, 22 Abr. 1824.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Diário Oficial da União, 5 out. 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 13 jul.1990.

BRASIL. *Declaração De Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 19 fev. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. 4. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. *Apae Educadora: a escola que buscamos. Uma proposta orientadora das ações educacionais*. Brasília: Fenapaes, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 24 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 5/2005. Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia. Brasília: Diário Oficial da União, 13 dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Diário Oficial da União, 22 dez. 2005.

BRASIL. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília: Diário Oficial da União, set. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Diário Oficial da União, 25 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Parecer CNE/CP nº 5/2005. Aprovado em 13 dez. 2005. Reexaminado pelo Parecer CNE/CP nº 3/2006. Brasília: Diário Oficial da União, 26 ago. 2009.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Diário Oficial da União, 6 jul. 2015.

- BRENO, A. S. M.; EICHNER, K. A formação do capital social em comunidades de baixa renda. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 16, n. 46, p. 29-41, 2001.
- BRITTO, I. F. P. Discurso pronunciado pela Sra. Ignez F. P. Britto. In: *Mens. da Apae*, Brasília, p. 23-27, 1973.
- BRUM, M. L. T. *A pedagogia social em Pestalozzi: teoria e prática pedagógicas*. 2014. 106 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas.
- BUENO, J. G. S. A educação inclusiva e as novas exigências para formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO, M. A. V.; SILVA JUNIOR, C. A. S. (Org.). *Formação do educador e Avaliação Educacional*. São Paulo: Editora UNESP, 1999, v. 2, p. 149-164.
- BUENO, J. G. S. *Educação Inclusiva: Compreensões e Práticas*. Campinas: Autores Associados, 2011.
- BURKE, P. *Variedades de história cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- BURKE, P. *A Escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: UNESP, 2003.
- CAMPOS, R. H. F. *Helena Antipoff*. Recife: Editora Massangana, 2010.
- CLEMENTE FILHO, A. S. A fundação da Federação Nacional das Apaes: recordações pessoais. *Mens. da Apae*, Brasília, ano XXXVI, n. 87, p. 4-5, out./dez. 1999.
- COMENIUS, J. A. *Didática Magna: a arte de ensinar tudo a todos*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- CORDE. *Declaração de Salamanca e linhas de ação*. Brasília: Independência, 1994.
- CORDEIRO, A. F. M. *Relações entre educação, aprendizagem, e desenvolvimento humano: as contribuições de Jean Marc- Gaspard Itard (1774- 1838)*. 2006. 209f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.
- COSTA, L.; PIMENTEL, B. O contexto histórico do voluntariado e a sua relevância para o terceiro setor no Brasil. *Migalhas*, [on-line], ago. 2020.
- COUTINHO, J. P. *As Ideias Conservadoras: Explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.
- CREMONESE, D. A Difícil Construção da Cidadania no Brasil. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 5, n. 9, p. 59-84, out. 2014.
- DANVERS, F. Orienter selon l'Education nouvelle. In: OHAYION, A., OTTAVI, D.; SAVOYE, A. *L'Education nouvelle, histoire, presence et devenir*. Berne: Peter Lang, 2007, p. 163-184.

DEIMLING, N. N. M. A Educação Especial nos cursos de Pedagogia: considerações sobre a formação de professores para a inclusão escolar. *Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 17, n. 3, set./dez. 2013.

DIAMANTINO, F. S. D. *Inclusão de alunos com NEE no ensino superior: um estudo de caso na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)*. 2014. 239f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.

DIAS, M. A.; SOUZA, C. M. Os cursos de licenciatura e a formação de professores: desafios e perspectivas. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 71, p. 78-92, 2017.

DUNANT, Henry. *Un souvenir de Solférino*. Genève: Comité international de la Croix-Rouge, 1862.

FAITANIN, P. O mal como privação do bem em Santo Tomás de Aquino. *Aquinate*, João Pessoa, n. 2, p. 106-134, 2006.

FALCON, F. J. C. Da Ilustração à Revolução - percursos ao longo do espaço-tempo setecentista. *Acervo. Rev. Arq. Nac.* Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 54-55, 1989.

FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente: objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. In: *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Universidade Santa Úrsula, 1995.

FENAPAES. *Projeto Águia: manual de conceitos*. Brasília: Fenapaes, 1998.

FENAPAES. A história das APAEs no Brasil. *Apae Brasil*, [on-line], 26 nov. 2011.

FEAPAES-MG. *Rede mineira das Apaes: um retrato em preto e branco*. Belo Horizonte: Feapaes-MG, 2013.

FIGUEIREDO, E. *As Pessoas Com Deficiência na História do Brasil: uma trajetória de silêncio e gritos!* 4. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

FONSECA, V. *Educação especial*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FONTES, B. A. S. M.; EICHNER, K. Sobre a estruturação de redes sociais em associações voluntárias: estudo empírico de organizações não-governamentais da cidade do Recife. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 187-221, dez. 2001.

FRANÇA, S. P. Uma visão geral sobre a educação brasileira. *Rev. Integração*, Brasília, v. 1, p. 75-88, 2008.

GADOTTI, M. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 2002.

GATTI JÚNIOR, D.; GATTI, G. C. A história das instituições escolares: fundamentos conceituais, historiografia e aspectos da investigação recente. *Educativa*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 327-359, 2015.

GLAT, Rosana. *A integração Social dos Portadores de deficiência: uma reflexão*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1995.

- HUDSON, M. *Administrando Organizações do Terceiro Setor*. São Paulo: Makron Books, 1999.
- INCONTRI, D. *Pestalozzi: Educação e Ética*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 1997.
- ITARD, J. M. G. Mémoire sur le mutism produit par la lésion des fonctions intellectuelles. In: GINESTE, T. *Victor de l'Aveyron: dernier enfant sauvage, premier enfant fou*. Paris: Hachette Littératures, 2004.
- JANOTTI M. de L. O livro Fontes históricas como fonte. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-22.
- JANNUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 1992.
- KISNERMAN, N. *Introdução ao trabalho social*. São Paulo: Editora Moraes, 1983.
- KOSSOY, B. *Fotografia & história*. 4. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- LE GOFF, J. *Para um Novo Conceito de Idade Média*. Lisboa: Estampa, 1980.
- LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. Trad. de Anoar Aiex. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1999.
- MAGALHÃES, J. *Tecendo nexos: história das instituições educativas*. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.
- MANTOAN, M. T. E. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.
- MANTOAN, M. T. E. *A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar*. Campinas: Laboratório de Estudos e Pesquisas de Ensino e Diversidade da Unicamp, 2011.
- MARCONDES, Danilo. *Iniciação à História da Filosofia: Dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 13. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- MATTEUCCI, N. *Organización del poder y libertad: historia del constitucionalismo moderno*. Madrid: Trotta, 1998.
- MAZZOTA, M. J. S. *Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial*. São Paulo: EPU, 1993.
- MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- MEIRA, J. N. G.; XAVIER, W. L. V. Cosmovisão Cristã na Didática Magna de Comenius. *Rev. Educação, Escola e Sociedade*, Montes Claros, v. 13, n. 15, p. 1–20, 2020.
- MENDES, T. *Gestão de Organizações do Terceiro Setor*. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, G. M. O ato de cuidar na Roda dos Expostos. Contexto histórico de uma educação assistencialista no Brasil. *Rev. Humanidades e Inovação*, Tocantins, v. 8, n. 32, p. 103-116, abr. 2021.

MERQUIOR, J. G. *O Liberalismo: Antigo e Moderno*. Trad. de Henrique de Araújo Mesquita. São Paulo: É Realizações, 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Educação. Convênio nº 1262 de 19 de agosto de 1982. Belo Horizonte: SEE, 1982.

MINAS GERAIS. Lei nº 8502 de 19 de dezembro de 1983. Cria sistemas operacionais e secretarias de Estado e dá outras providências. Belo Horizonte: Palácio da Liberdade, 19 de dezembro de 1983.

MORAES, L. F. R. de; FILHO, A. D. M.; DIAS, D. V. O Paradigma Weberiano da Ação Social. *RAC*, Maringá, v. 7, n. 2, p. 57-71, abr./jun. 2003.

MOREIRA, M. H. B. *Uma análise do serviço de ensino itinerante de apoio pedagógico à inclusão escolar na rede municipal de Araraquara*. 2006. 221f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista. Araraquara.

MOSSÉ, B. *Dom Pedro II, Imperador do Brasil: o Imperador visto pelo barão do Rio Branco*. Brasília: FUNAG, 2015.

NOSELLA, P.; BUFFA, E. *Instituições escolares: por que e como pesquisar*. Campinas: Alínea, 2008.

OLIVEIRA, S. K. L. Relato da minha infância à maturidade: formação acadêmica. In: BARBOSA, H. P.; CARDOSO, L. M. S.; NOGUEIRA, S. P. C. A. (Org.). *Memórias revisitadas: trajetórias de vida*. Montes Claros: Editora HD, 2023, p. 308-329.

OMOTE, Sadão. Normalização, integração, inclusão... *Ponto de Vista*, Viçosa, v. 1, n. 1, p. 4-13, jul./dez. 1999.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração universal dos direitos humanos, de 10 de dezembro de 1948.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração de direitos do deficiente mental, de 22 de dezembro de 1971. Aprovada pela Resolução nº A/8429 da Assembléia Geral da ONU de 22 de dezembro de 1971.

PACHECO, K. M.; ALVES, V. L. R. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: uma mudança de paradigma. *Acta Fisiart*, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 242-248, dez. 2007.

PAIVA, V. A Constituição de 1824 e a Educação no Brasil Império: Desafios e Contradições do Liberalismo. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, 2008.

PEIXOTO, L. C. A perspectiva da educação especial nos anos 20 em Minas Gerais. *Cadernos Faculdade de Educação UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, p. 6-11, 1985.

- PESTALOZZI, J. H. *Obras Completas e Cartas*. Zurique: Educação Crítica, 1946.
- PESSOTTI, I. *Deficiência Mental: Da superstição a ciência*. São Paulo: Queroz, 1984.
- PILETTI, C.; PILETTI, N. *Filosofia e História da Educação*. 15. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- PILETTI, C. *Didática Geral*. São Paulo: Ática, 1998.
- PINKER, S. *O Novo Iluminismo: Em Defesa da Razão, da Ciência, do Humanismo e do Progresso*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PIRES, R. P. O problema da integração. *Sociologia*, Porto, v. XXIV, p. 55-87, 2012.
- POSSA, J. D. B.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. Desafios docentes para a atuação no Atendimento Educacional Especializado. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 33, n. 37, p. 1-23, set. 2020.
- RAFANTE, H. *Helena Antipoff, as Sociedades Pestalozzi e a educação especial no Brasil*. 2011. 309f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Educação e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.
- RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira*. Campinas: Autores Associados, 1995.
- ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- ROMANOWSKI, J. P. *Formação e profissionalização docente*. Curitiba: Ibepex, 2007.
- ROTA JÚNIOR, C.; IDE SOUZA, M. H. de. Ensino superior e desenvolvimento regional: o Norte de Minas Gerais na década de 1960. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, jan./mar. 2016, p. 143-164.
- SANTOS, M. P. A pedagogia filosófica do movimento iluminista no século XVIII e suas repercussões na educação escolar contemporânea: uma abordagem histórica. *Imagens da Educação*, Maringá, v. 3, n. 2, p. 1-13, 2013.
- SASSAKI, R. K. Entrevista. *Revista Integração*, Brasília, v. 8, n. 20, p. 8-10, ago. 1998.
- SAVIANI, D. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.
- SAVIANI, D. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.
- SCHAFF, A. *História e Verdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- SCHEWINKY, S. R. A barbárie do preconceito contra o deficiente: todos somos vítimas. *Acta Fisiart*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 7-11, set. 2004.

SILVA, D. A. *A história da educação para crianças especiais na APAE da Cidade de Machado/MG de 1971 a 2003*. 2013. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade São Francisco. Itatiba.

SILVA, J. P.; AMORIM, A. S. Ação Social e Racionalidade na Teoria Sociológica de Max Weber. *Revista de Sociologia e Política*, Paraná, v. 20, n. 42, p. 121-134, 2012.

SILVA, L. M. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. *Revista Brasileira de Educação*, Salvador, v. 11, n. 33, p. 424-434, set./dez. 2006.

SOETARD, M. *Johann Pestalozzi*. Trad. de Martha Aparecida Santana Marcondes, Pedro Marcondes e Gino Marzio Ciriello Mazzetto. Recife: Massangana, 2010.

SOUZA, J. P. *A educação física no contexto inclusivo: análise do curso de capacitação de professores multiplicadores em educação física adaptada*. 2006. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande.

SUDENOR - Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas. Diretoria de incentivos fiscais. *Aspectos da Industrialização do município de Montes Claros com incentivos da SUDENE*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral de Minas Gerais, 1983.

THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TÍBOLA, I. M. *Apae educadora a escola que buscamos: proposta orientadora das ações Educacionais*. Brasília: Federação Nacional das Apaes, 2001.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América: leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

TREVISAN, A. M. *Imagem e Cultura: Reflexões sobre a Produção Visual e a Sociedade*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (Unimontes). Resolução nº 093/CEPEX/2003. Aprova a implantação do Curso Normal Superior Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental – Emergencial Modular e Curso Normal Superior Magistério da Educação Infantil. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 22 dez. 2003.

WEBER, M. *Conceitos Básicos da Sociologia*. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

XAVIER, A. R. R. História e filosofia da educação: da Paideia Grega ao pragmatismo romano. *Revista Dialectus*, Fortaleza, v. 3, n. 9, p. 81-99, set./dez. 2016.

ZANATTA, B. A. O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 25, n. 66, p. 165-184, , maio/ago. 2005.

ZOTTI, S. A. *Sociedade, Educação e Currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980*. Campinas: Autores Associados, 2004.

# Apêndice

---

## Apêndice A: Roteiro para as entrevistas

### Pessoal

- Nome
- Idade
- Cidade

### Formação

- Básica
- Universitária

### Atuação

- Profissional

### Sobre a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

1. Em que ano começou a trabalhar na APAE?
2. Ainda trabalha ou já saiu?
3. Em qual cargo atuou?
4. Você participou da fundação da APAE?
5. Você conhece sobre a história da implantação da APAE no município de Montes Claros e quais as suas motivações para a fundação?
6. Conhece alguém que participou?
7. Você conheceu a escola Cirandinha, citada na ata de fundação da APAE?
8. Quando você trabalhou havia alfabetização dos alunos?
9. Se sim. Havia bons resultados no atendimento educacional a essas pessoas com deficiência?
10. Você sabe quais tipos de atendimento a APAE ofertava na época em que você atuou na escola?
11. Já existia o atendimento à saúde e assistência social?

12. Como ocorria a adaptação das pessoas com deficiência atendidas pela APAE?
13. A família participava do processo de adaptação e escolarização?
14. Quais eram as condições de trabalho a APAE oferecia na época em que você atuou?
15. Qual a formação você possuía na época em que trabalhou?
16. Como era a formação de professores para a educação especial na época em que você trabalhou na instituição?
17. Você participou de curso de especialização na área da educação especial na época em que atuou na APAE?
18. Como ocorreu a prática pedagógica de educadores na escolarização de alunos com deficiência na APAE, tendo em vista que não se tinham uma diretriz específica que direcionasse essa prática.
19. Na época que você trabalhou na APAE, já existia o telemarketing?
20. Qual a percepção da sociedade sobre a APAE à partir das ações do telemarketing?
21. Havia bons resultados no atendimento educacional a essas pessoas com deficiência?
22. Se você estava na APAE em 2015, após a lei de inclusão da pessoa com deficiência na escola regular, você percebeu uma evasão?
23. Sabe se depois de algum tempo os alunos retornaram para a APAE?

# Anexos

## Anexo A: Parecer consubstanciado do CEP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MONTES CLAROS -  
UNIMONTES



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Instituições de Educação Especial no Município de Montes Claros-MG (1970-2015)

**Pesquisador:** STEFANIE KELLY LOURENCO OLIVEIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 61833022.0.0000.5146

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.761.287

#### Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do projeto", "Objetivos da pesquisa" e "Avaliação de riscos e benefícios" foram retiradas de documentos inseridos na Plataforma Brasil.

"Para a realização dos objetivos propostos, serão levados em consideração os elementos trazidos pela análise documental uma vez que esta técnica "busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse" uma vez que esta inclui" desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos diários pessoais, autobiografias, jornais revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares" (LUDKE; ANDRÉ, 1986, P.38). O uso da análise documental buscará compreender em que momento histórico social iniciou-se a implantação das escolas especiais no Município de Montes Claros. Em seguida serão realizadas entrevistas semiestruturada com os atores envolvidos nessas implantações, nesse dado momento. A entrevista semiestruturada é constituída por tema e roteiro, no qual consta uma relação de assuntos que deverão ser abordados. A escolha pela entrevista semiestruturada se deu pelo fato de que "mesmo quando se utilizada um" guia, as entrevistas qualitativas oferecem ao entrevistador uma amplitude de temas consideráveis, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecem ao sujeito a oportunidade de moldar seu conteúdo" (BODGAN; BIKLEN, 1994. P. 135). O estudo em questão trará uma estudo histórico da educação e da educação especial no Brasil, perpassando pela história da educação e da educação no Estado de Minas Gerais e assim destinando -se a trazer para o leitor a história das instituições

**Endereço:** Av. Dr Rui Braga s/n- Prédio 05, 2º andar, sala 205 . Campus Univers Prof Darcy Ribeiro  
**Bairro:** Vila Mauricéia **CEP:** 39.401-089  
**UF:** MG **Município:** MONTES CLAROS  
**Telefone:** (38)3229-8182 **Fax:** (38)3229-8103 **E-mail:** comite.etica@unimontes.br

Continuação do Parecer: 5.761.287

de educação especial em Montes Claros -MG. Na direção dos objetivos desta pesquisa, serão aplicados questionários aos atores envolvidos na implantação dessas instituições para que possam ser identificadas suas percepções vivenciadas, quanto à estrutura física, a escolarização e o atendimento especializado que foi idealizado e aplicado naquele contexto histórico."

**Objetivo da Pesquisa:**

Segundo os pesquisadores:

Objetivo Primário:

- Analisar a história das Instituições de Educação Especial, no Município de Montes Claros.

Objetivos Secundários:

- Analisar o percurso das Instituições de Educação Especial no Município de Montes Claros e sua relevância para a sociedade local;

- Investigar a percepção dos atores envolvidos na implantação dessas instituições;

- Analisar a prática educacional das Instituições de Educação Especial no Município de Montes Claros de 1970 a 2015;

- Levantar dados sobre o atendimento a pessoa com deficiência em equipamentos da Saúde e da Assistência Social no Município de Montes Claros desde a implantação da primeira instituição até a data da lei brasileira da inclusão da pessoa com deficiência de 2015.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Conforme os pesquisadores, o projeto envolve os seguintes riscos e benefícios:

Riscos: "Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de desconforto e risco para o participante, nesta pesquisa o risco pode ser desconforto em responder determinadas perguntas durante a entrevista, além desses os entrevistados podem se sentir abalados pela pesquisa. Com vistas à sanar e/ou minimizar tais riscos, prezar-se-á pela confidencialidade e privacidade das informações, assegurando-se que os dados colhidos não serão utilizados para o prejuízo das pessoas ou comunidades, de maneira que, quando divulgada, a presente pesquisa terá cautela o suficiente para que a discricção dos participantes e/ou instituições envolvidas prevaleçam."

Benefícios: "São esperados os seguintes benefícios com essa pesquisa: Agregar reflexões sobre a problemática apontada e levar a história das Instituições pesquisadas até a sociedade, podendo assim beneficiar professores, familiares e sujeitos envolvidos nessas Instituições."

**Endereço:** Av. Dr Rui Braga s/n- Prédio 05, 2º andar, sala 205 . Campus Univers Prof Darcy Ribeiro  
**Bairro:** Vila Mauricéia **CEP:** 39.401-089  
**UF:** MG **Município:** MONTES CLAROS  
**Telefone:** (38)3229-8182 **Fax:** (38)3229-8103 **E-mail:** comite.etica@unimontes.br

Página 02 de 05

Continuação do Parecer: 5.761.287

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Projeto relevante, com metodologia de acordo com objetivo proposto. "O estudo em questão trará uma estudo histórico da educação e da educação especial no Brasil, perpassando pela história da educação e da educação no Estado de Minas Gerais e assim destinando-se a trazer para o leitor a história das instituições de educação especial em Montes Claros- MG."

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

**Recomendações:**

1 - Apresentar o roteiro de entrevista a ser realizada, conforme solicitado no parecer anterior. Juntamente com a carta resposta.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

1 - Apresentar o roteiro de entrevista a ser realizada, conforme solicitado no parecer anterior juntamente com carta resposta.

**Considerações adicionais:**

- Todos os projetos submetidos ao CEP-UNIMONTES são avaliados com base na Resolução 466/2012 e nas Normas Operacionais emanadas da CONEP.
- Todas as pendências devem ser sanadas e o projeto reapresentado ao CEP-UNIMONTES no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de envio deste parecer ao proponente.
- As pendências devem ser respondidas em uma CARTA RESPOSTA, elencando todas as soluções.
- A CARTA RESPOSTA DEVE SER ANEXADA A PLATAFORMA, JUNTO COM OS DOCUMENTOS NA NOVA SUBMISSÃO.
- O cronograma do projeto deve ser verificado antes da nova submissão e devidamente adequado caso surjam inadequações decorrentes do tempo de tramitação.
- Um mesmo projeto pode ser submetido ao CEP-UNIMONTES com pendências, no máximo, 3 (três) vezes. Após a terceira submissão, permanecendo as pendências, o projeto será reprovado.
- O trabalho do pesquisador com os participantes da pesquisa, em hipótese alguma, pode ser iniciado antes da aprovação integral do projeto pelo CEP/UNIMONTES, sob pena de responsabilização civil nos termos da legislação vigente.
- Em caso de dúvida, favor entrar em contato com o CEP Unimontes, telefone 3229-8182 ou por e-mail [comite.etica@unimontes.br](mailto:comite.etica@unimontes.br).

**Endereço:** Av. Dr. Rui Braga s/n- Prédio 05, 2º andar, sala 205 . Campus Univers Prof Darcy Ribeiro  
**Bairro:** Vila Mauricéia **CEP:** 39.401-089  
**UF:** MG **Município:** MONTES CLAROS  
**Telefone:** (38)3229-8182 **Fax:** (38)3229-8103 **E-mail:** [comite.etica@unimontes.br](mailto:comite.etica@unimontes.br)

Continuação do Parecer: 5.761.287

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O CEP-UNIMONTES apreciou o projeto, considerando-o PENDENTE.

**ATENÇÃO NA RESPOSTA ÀS PENDÊNCIAS:**

Para responder às pendências, elabore uma carta formal (modelo padrão consta no site da Unimontes, Pró-Reitoria de Pesquisa, Comitê de Ética em Pesquisa) e anexe-a na Plataforma Brasil com título: RESPOSTA ÀS PENDÊNCIAS. Responda tudo que foi questionado e solicitado pelo CEP no Parecer Consubstanciado. Caso tenha sido solicitado envio de novos documentos, informe na carta o que está sendo anexado e o que foi alterado na documentação anexada à Plataforma Brasil.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2000504.pdf	17/10/2022 09:18:15		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLCom.pdf	17/10/2022 09:13:43	STEFANIE KELLY LOURENCO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclecompactado.pdf	29/09/2022 08:23:25	STEFANIE KELLY LOURENCO OLIVEIRA	Aceito
Declaração de concordância	tcisagrupados.pdf	29/09/2022 08:21:19	STEFANIE KELLY LOURENCO OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETOCEP.pdf	16/08/2022 18:49:27	STEFANIE KELLY LOURENCO OLIVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16/08/2022 18:48:58	STEFANIE KELLY LOURENCO OLIVEIRA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	16/08/2022 18:46:43	STEFANIE KELLY LOURENCO OLIVEIRA	Aceito

**Endereço:** Av. Dr Rui Braga s/n- Prédio 05, 2º andar, sala 205 . Campus Univers Prof Darcy Ribeiro  
**Bairro:** Vila Mauricéia **CEP:** 39.401-089  
**UF:** MG **Município:** MONTES CLAROS  
**Telefone:** (38)3229-8182 **Fax:** (38)3229-8103 **E-mail:** comite.etica@unimontes.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MONTES CLAROS -  
UNIMONTES



Continuação do Parecer: 5.761.287

**Situação do Parecer:**

Pendente

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MONTES CLAROS, 17 de Novembro de 2022

---

**Assinado por:**

**Carlos Alberto Quintão Rodrigues**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Av. Dr Rui Braga s/n- Prédio 05, 2º andar, sala 205 . Campus Univers Prof Darcy Ribeiro  
**Bairro:** Vila Mauricéia **CEP:** 39.401-089  
**UF:** MG **Município:** MONTES CLAROS  
**Telefone:** (38)3229-8182 **Fax:** (38)3229-8103 **E-mail:** comite.etica@unimontes.br

Página 05 de 05

## Anexo B: Termo de consentimento livre e esclarecido para participação em pesquisa (TCLE)



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS  
Centro/Departamento  
Grupo e Pesquisa/Linha de Pesquisa\*



### 12 - ANEXOS

#### Anexo I

#### CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA – TCLE

Título da pesquisa: INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS-MG (1970-2015)

**Instituição promotora:** Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes

**Patrocinador:** Patrocínio/Recursos próprios da coordenadora/pesquisadora

**Coordenadora:** Stefanie Kelly Lourenço Oliveira

#### Atenção:

Antes de aceitar participar desta pesquisa, é importante que você leia e compreenda a seguinte explicação sobre os procedimentos propostos. Esta declaração descreve o objetivo, metodologia/procedimentos, benefícios, riscos, desconfortos e precauções do estudo. Também descreve os procedimentos alternativos que estão disponíveis a você e o seu direito de sair do estudo a qualquer momento. Nenhuma garantia ou promessa pode ser feita sobre os resultados do estudo.

1. **Objetivo** - Analisar a história das Instituições de Educação Especial no Município de Montes Claros.

#### 2 – Metodologia /Procedimentos -

Para a realização dos objetivos propostos, serão levados em consideração os elementos trazidos pela análise documental uma vez que esta técnica “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” uma vez que esta inclui “desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos diários pessoais, autobiografias, jornais revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos escolares” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, P.38).O uso da análise documental buscará compreender em que momento histórico social iniciou-se a implantação das escolas especiais no Município de Montes Claros. Em seguida serão realizadas entrevistas semiestruturada com os atores envolvidos nessas implantações, nesse dado momento. A entrevista semiestruturada é constituída por tema e roteiro, no qual consta uma relação de assuntos que deverão ser abordados. A escolha pela entrevista semiestruturada se deu pelo fato de que “mesmo quando se utilizada um” guia, as entrevistas qualitativas oferecem ao entrevistador uma amplitude de temas consideráveis, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecem ao sujeito a oportunidade de moldar seu conteúdo’ (BODGAN; BIKLEN, 1994. P. 135).O estudo em questão trará uma estudo histórico da educação e da educação especial no Brasil, perpassando pela história da educação e da educação no Estado de Minas Gerais e assim destinando -se a trazer para o leitor a história das instituições de educação especial em Montes Claros-MG. Para a fundamentação teórica dessa pesquisa histórica da educação no Brasil, traremos autores como Burke (1997); Reis (2007), Áries (1994), Borges (1986), Pinsky (2006), Schaff (1995) e Thompson (1998). Especificamente para o campo da história das instituições escolares, Nosella e Buffá (2013), Luchese, Fernandes e Belusso (2018) e Gatti Júnior e Araújo (2002). Quanto à pesquisa histórica das instituições de educação especial, serão utilizadas obras de autores que discutem a Educação Especial, tais como Borges e Campos (2018), Januzzi (1992), Mantoan (2003) e Romero (2006).Na direção dos objetivos desta pesquisa, serão aplicados questionários aos atores envolvidos na implantação dessas instituições para que possam ser identificadas suas percepções vivenciadas, quanto à estrutura física, a escolarização e o atendimento especializado que foi idealizado e aplicado naquele contexto histórico.

27



A partir de coletas de dados, será possível identificar quais foram as contribuições da implantação de instituições de ensino especial no Município de Montes Claros e os caminhos percorridos pelas mesmas até o presente momento.

### 3- Justificativa -

A inquietação pessoal que motivou o interesse pelo estudo do tema proposto foram experiências educacionais e afetivas compartilhadas durante a atuação junto à escola especial. Fato que amadureceu o anseio em manifestar sobre a importância de políticas públicas que versam sobre o atendimento da pessoa com deficiência no Município de Montes Claros. A temática apresentada no presente proposta de pesquisa analisa o percurso sócio histórico das políticas públicas para atendimento da pessoa com deficiência em espaços escolares em Montes Claros, tendo como eixo norteador o contexto que culminou na implantação das Instituições de Educação Especial. Este presente estudo acerca da história da educação provocará diversas reflexões, pois remete um olhar através do passado, permitindo que deste modo, exista sentido em conhecer essa área de atuação. Essa retomada ao passado torna-se importante para compreender os processos atuais que são as construções das permanências e transformações do mesmo. O trabalho será relevante para a produção do conhecimento da história da educação em Montes Claros e do Norte de Minas em termos gerais, contribuindo especificamente para reflexões concernentes à formação de educadores. Para ser um profissional da educação é preciso conhecer e compreender as atribuições que norteiam e fundamentam as ações de seu campo de atuação e, para isso, entender o passado possibilita uma melhor compreensão do presente e possibilita ações efetivas transformar o futuro. Com o objetivo de alinhar um debate sobre a história da educação, perpassando pela história das instituições escolares e com a ênfase na educação especial a pesquisa ampliará o debate referente ao tema e ao seu contexto possibilitará a análise de um contexto mais amplo para a abordagem do tema específico, contribuindo assim para a produção do conhecimento referente à historiografia da educação e ainda dando visibilidade aos pressupostos da educação especial em geral e a sua aplicação no contexto específico proposto por este estudo. Além dos argumentos supracitados que validam a relevância da pesquisa sobre a referida temática, ressalta-se ainda a ausência de estudos acerca da mesma, principalmente no que diz a respeito às instituições escolares de educação especial de Montes Claros-MG e região. O Estudo analisará essas instituições que se propõem realizar além do papel social relacionado ao desenvolvimento do aluno especificamente, atuar como um local acolhimento e pertencimento das suas famílias, tendo em vista as peculiaridades de seu atendimento. O estudo, considerando o período delimitado, analisará até que ponto tais objetivos foram cumpridos e quais os meios empregados para que fossem cumpridos.

### 4-Benefícios

São esperados os seguintes benefícios com essa pesquisa: Agregar reflexões sobre a problemática apontada e levar a história das Instituições pesquisadas até a sociedade, podendo assim beneficiar professores, familiares e sujeitos envolvidos nessas Instituições.

### 5-Desconfortos e riscos

Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de desconforto e risco para o participante, nesta pesquisa o risco pode ser desconforto em responder determinadas perguntas durante a entrevista, além desses os entrevistados podem se sentir abalados pela pesquisa. Com vistas à sanar e/ou minimizar tais riscos, prezar-se-á pela confidencialidade e privacidade das informações, assegurando-se que os dados colhidos não serão utilizados para o prejuízo das pessoas ou comunidades, de maneira que, quando divulgada, a presente pesquisa terá cautela o suficiente para que a discricção dos participantes e/ou instituições envolvidas prevaleçam.

### 6- Danos

Em relação aos danos, podemos indicar que para alguns participantes responder a uma entrevista pode causar alguma inquietude ou ansiedade, psicologicamente falando, causando algum tipo de stress ou cansaço. Nesse caso, a pesquisadora entregará com antecedência, a cada participante todos os instrumentos que serão utilizados para coletar informações e só realizará a entrevista com os entrevistados, com o mínimo de desconforto ou dano que for possível.

### 7-Metodologia/procedimentos alternativos disponíveis

O uso da análise documental buscará compreender em que momento histórico social iniciou-se a implantação das escolas especiais no Município de Montes Claros. Em seguida serão realizadas entrevistas semiestruturada com os atores envolvidos nessas implantações, nesse dado momento. A entrevista semiestruturada é constituída por tema e roteiro, no qual consta uma relação de assuntos que deverão ser abordados.



#### 8-Confidencialidade das informações

Como procedimento da pesquisa qualitativa em Educação envolvendo a participação de sujeitos humanos implicados no processo educacional, será respeitada a confidencialidade e anonimato dos nomes dos professores participantes. Todas as informações coletadas serão usadas, única e exclusivamente, para a pesquisa que resultará em uma dissertação de mestrado em Educação (PPGE Unimontes), bem como trabalhados a serem apresentados em eventos e artigos submetidos a periódicos qualificados da área.

#### 9-Compensação/indenização

Não será cobrado valor monetário para a execução desta pesquisa pois não haverá nenhum tipo de gasto para os participantes, não havendo previsão de ressarcimentos ou indenizações financeiras. No entanto, em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização e as despesas serão cobertas, sob a responsabilidade da coordenadora da pesquisa e não da instituição a qual ela presta serviços.

É preciso deixar claro que sua participação é voluntária e que se em qualquer tempo, você recusar a participar ou retirar o seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim o preferir, a sua vontade deverá prevalecer e você não terá nenhum tipo de penalização e de nenhum prejuízo.

#### 10-Outras informações pertinentes

A pesquisa ora proposta refere-se à uma investigação para a elaboração de uma dissertação de mestrado em Educação (PPGE Unimontes), de autoria de Stefanie Kelly Lourenço Oliveira, sob orientação da Prof. Dr. José Normando Gonçalves Meira.

#### 11- Consentimento:

Li e entendi as informações precedentes. Tive oportunidade de fazer perguntas e todas as minhas dúvidas foram respondidas a contento. Este formulário está sendo assinado voluntariamente por mim, indicando meu consentimento para participar nesta pesquisa, até que eu decida o contrário. Receberei uma cópia assinada deste consentimento.

_____ Nome do participante	_____ Assinatura do participante	_____ Data
_____ Nome da testemunha	_____ Assinatura da testemunha	_____ Data
<i>Stefanie Kelly Lourenço Oliveira</i> Nome do coordenador da pesquisa	<i>[Assinatura]</i> Assinatura do coordenador da pesquisa	<i>16/10/2022</i> Data

ENDEREÇO DA COORDENADORA/PESQUISADORA:  
Rua Noruega, 77 – Ibituruna - Montes Claros/MG  
(38) 991953193



Wilson  
Rinaldo  
Domingos  
José  
Wagner  
Sônia  
Luz  
Luz  
Luz

Plano as prae super e retro  
x Maria Luiza Lopez

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Cadastrado e atualizado									
3 de julho de 1970									
[Signature]									
[Stamp]									

CONTABILIDADE GERAL - REGISTRO GERAL DAS EMPRESAS  
RUA COSTA RICA, 40 - LOJA 4 - PONTE - 24-3073

DECLARAÇÃO  
A 1ª vez do presente documento foi expedida em  
Car. No. 677  
contendo averbação à margem do registro lançado de  
No. 156 v do Livro 14 de 332  
datado de 24 de julho de 1970  
Belo Horizonte, 24 de julho de 1970

OFICIAL DO REGISTRO GERAL DAS EMPRESAS  
[Signature]

## Anexo D: Registro de doação de terreno para a apae de Montes Claros

**CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS**  
TABELIÃO: Christian W. Araújo Simões - SUBSTITUTA: Geralda Patrícia R. Simões

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DE MINAS GERAIS

**CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE NOTAS**  
**CANELA**  
**3221-5920**

TABELIÃO: CHRISTIAN W. ARAÚJO SIMÕES  
TABELIÃ SUBSTITUTA: Geralda Patrícia Rodrigues Simões  
R. Camilo Prates, 355, Centro - Montes Claros - Minas Gerais.

Livro 391 Fb. 183 e Verso

**DOAÇÃO.**

**S A I B A M**

pública escritura de doação, virem, que ao primeiro (01) dia do mês de abril (04), do ano dois mil e dois (2.002), nesta cidade de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, em meu Cartório, compareceram perante mim tabelião partes justas e contratadas a saber:- de um lado como outorgante(s) doador(a)(s)(es), PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS, inscrita no CGC/MF, sob nº 22.678.874/0001-35, situada à Avenida Cula Mangabeira nº 211, nesta cidade de Montes Claros - MG; neste ato, representada pelo Prefeito Municipal Dr. Jairo Ataíde Vieira, brasileiro, casado, odontólogo, CPF/MF, Nº 034.283.116-04, residente e domiciliado nesta cidade, autorizado nos termos da lei Municipal nº 2.960, de 23/11/2.001; e, de outro lado como outorgado(s) donatário(a)(s), APAE - ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MONTES CLAROS, inscrita no CNPJ/MF sob o número 21.353.925/0001-96, com sede à Alameda dos Salgueiros, 390, Bairro Jaraguá, nesta cidade, neste ato representada pelo seu presidente Sr. Lenir de Abreu, brasileiro, casado, médico veterinário, CPF número 371.170.257-00, residente e domiciliado nesta cidade. E todos reconhecidos de mim tabelião pelos próprios de quem trato, do que dou fé. E perante mim Tabelião pelo(a)(s) referido(a)(s)

**CARTÓRIO CANELA - (38) 3221-5920 - Rua Camilo Prates - 355 - Centro - Montes Claros-MG**  
**ESCRITURAS - PROCURAÇÕES - AUTENTICAÇÕES - REC. DE FIRMAS**

# CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIÃO : Christian W. Araújo Simões - SUBSTITUTA: Geralda Patricia R. Simões

doador(a)(s)(es) me foi dito que é(são) senhora(s)(es), legítima(s) possuidor(a)(s)(es) do(s) imóvel(is) seguinte(s), havido conforme registro número 02, matrícula 926, às folhas 163 do livro número 2-2-B, em 0/03/77, do Cartório do 2º Registro de Imóveis desta Comarca. " **UM TERRENO COM A ÁREA DE 5.591,22 M2, SITUADA À ALAMEDA DOS SALGUEIROS (ANTIGA RUA 03) E RUA PROJETADA, NO BAIRRO JARAGUÁ, NESTA CIDADE DE MONTES CLAROS-MG, com os seguintes limites e confrontações: Partindo do alinhamento da Alameda dos Salgueiros (antiga rua 03) e o alinhamento da Rua projetada, segue pelo alinhamento da Rua Projetada, a uma distância de 107,00 m; deste, deflete à direita e segue pelo alinhamento da Rua Alberto Mourão (antiga rua 04), a uma distância de 45,00 metros; deste, deflete à direita e segue pelo alinhamento da Alameda das Palmeiras (antiga rua 10), a uma distância de 105,00 metros; deste, deflete à direita e segue pelo alinhamento da Alameda dos Salgueiros (antiga rua 03), a uma distância de 60,00 metros, até o ponto onde se iniciou esta descrição.** Possuindo o(a)(s) doador(a)(s)(es) o(s) imóvel(is) supra descrito(s) e delimitado(s) resolveu(ram) doá-lo(s) como de fato doado(s) têm-no, de hoje e para sempre, ao(a)(s) donatário(a)(s), obrigando-se a qualquer tempo fazer esta doação boa, firme e valiosa e a defender dito(a)(s) donatário(a)(s) quando chamado(a)(s) a autoria, respondendo pela evicção de direito, podendo o(a)(s) mesmo(a)(s) desde já empossar-se(m) da(s) coisa(s) ora doada(s), pois a ele(a)(s) o(a)s doador(a)(s)(es) transfere(m) por este ato todo direito, domínio, ação e posse que tem sobre a mesma. O Imóvel foi avaliado pelo fisco Estadual por R\$24.432,67 (vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos), ficando isento do ITCD, conforme artigo 2º, inciso V, decreto 38.639, de 04/02/97.

**ESCLARECIMENTO:** A área de terreno, objeto desta escritura, foi desafetada de sua característica de uso institucional, passando ao patrimônio disponível do município, conforme o artigo 1º e parágrafo único, da lei número 2.960, de 23 de novembro de 2.001.

**CLAUSULA ESPECIAL:** - A APAE – ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE MONTES CLAROS construirá no imóvel, ora doado, a sua sede própria, caso a construção não seja iniciada no prazo de três (03) anos e terminada no prazo de dez (10) anos, contados da data da assinatura desta escritura, conforme artigo 3º, da Lei número 2.960, de 23/11/01, combinado com os parágrafos 1º, 2º e 3º, do artigo 106, da Lei Orgânica

CARTÓRIO CANELA - (38) 3221-5920 - Rua Camilo Prates - 355 - Centro - Montes Claros-MG

ESCRITURAS - PROCURAÇÕES - AUTENTICAÇÕES - REC. DE FIRMAS

# CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS

TABELIAO : Christian W. Araújo Simões - SUBSTITUTA: Geralda Patricia R. Simões

Municipal, o referido imóvel reverterá, automaticamente, ao patrimônio municipal, obedecendo o parágrafo único, do artigo 3º da mencionada Lei número 2.960, de 23/11/01. A outorgante doadora declara, nos termos do artigo 47, parágrafo 6º, alínea "A", da lei 8.212, de 24/julho/91, combinado com o item 8º, alíneas "a" e "b", da ordem de serviço número 32, de 25/março/92, do INSS, que o terreno, objeto desta escritura, não integra o seu ativo imobilizado. O(s) imóvel(is) ora doado(s) nada deve(m) ao(s) fisco(s) Estadual e Municipal no corrente exercício, conforme quitações apresentadas. Foram-me apresentadas as Certidões de Natureza Cível, Executivas Fiscais, bem como a Certidão Negativa de ônus reais sobre o imóvel, exigidas pela Lei federal nº 7.433/85, regulamentada pelo decreto nº 93.240 de 09/09/86, em nome do(a)s outorgante(s), cujo teor o(a)s adquirente(s) declara(m) Ter inteiro conhecimento. Assim convençionados me pediram que lavrasse esta em minhas notas o que fiz e li as partes que reciprocamente aceitaram, outorgaram e assinam, do que dou fé. Ficando dispensadas as testemunhas conforme Lei Federal de nº 6952 de 06/NOVEMBRO/81. Eu, **GERALDA PATRÍCIA RODRIGUES SIMÕES**, Escrevente substituta em Exercício do 1º Ofício, assino em público e raso. Em testemunho estava o sinal público da verdade (a.) O Escrevente. Geralda Patricia Rodrigues Simões. Dr. Jairo Ataíde Vieira, Sr. Lenir de Abreu. Trasladada e conferida em segunda dou fé. Eu, *[assinatura]*

Escrevente Substituto em exercício do 1º Ofício, fiz subscrevo e assino em público e raso.



*[assinatura]* da verdade

**GERALDA PATRÍCIA RODRIGUES SIMÕES**  
- ESCRIVENTE SUBSTITUTA -  
CARTÓRIO 1º OFÍCIO DE NOTAS

APRESENTADA  
Nº 76663  
Pág. 00/15  
*[assinatura]*

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DO REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE MONTES CLAROS - GOIÁS
Oficial LEA MÂNIA SANTANA SOARES
Registrado no Livro 2.111, p. 199
vol. n.º 01, matrícula n.º 31.965
Montes Claros, 15 de dezembro de 2004

CARTÓRIO CANELA - (38) 3221-0920 - Rua Camillo Prates - 355 - Centro - Montes Claros-MG

ESCRITURAS - PROCURAÇÕES - AUTENTICAÇÕES - REC. DE FIRMAS